

Fevereiro de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migracao](#)
12. [Exploracao Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Angola passa a país de rendimento médio	1
1.2 Comunicação social acusada de dar pouco interesse a pobreza no país	2
1.3 Medidas proteccionistas com efeitos perversos	2
1.4 Perdidos no canteiro do desemprego	4
1.5 Produção aumenta e melhora a vida das famílias	6
2. MICROFINANÇAS	8
2.1 Crescimento do sector bancário é indicador de robustez da economia	8
2.2 Dificuldades no reembolso de créditos	9
2.3 Debilidades estrangularam Crédito Agrícola de Campanha	10
2.4 Quando a venda a prestações nos facilita a vida	11
2.5 Dados revelam elevados taxas de crédito	12
3. MERCADO INFORMAL	14
3.1 Jovens começam a ser homens antes do tempo	14
3.2 Polícia Nacional reforça inspeção ao serviço de táxi	15
3.3 Comércio ilegal de medicamentos persiste na capital	15
3.4 Micro empresas em Namacunde criam empregos	16
3.5 Procura faz disparar o informal	16
3.6 Subida do dólar dispara produtos no mercado informal	18
3.7 Desce	19
3.8 Ilegalidade aumenta	19
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	22
4.1 Orçamento revisto entregue no parlamento	22
4.2 A petro-dependêncis, o OGE rectificativo e urgência da diversificação da economia	23
4.3 Empreendedorismo e justiça	26
4.4 Execução do OGE no III trimestre revisto em baixa	27
4.5 OGE revisto: um exercício arriscado	27
4.6 País amarra-se em dívidas	28
4.7 Orçamento Geral vai à aprovação dos deputados	29
4.8 Deputados da Oposição preocupados com redução de despesa no OGE rectificativo	30
4.9 Impacto provincial	31
4.10 Investimento público é a despesa que sofre maior corte em 2015	33
4.11 Um terço do OGE revisto vai para despesas sociais	34
4.12 Deputados votam hoje orçamento revisto	35
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	37
5.1 Angop tem novas infra-estruturas	37
5.2 Distrito do Kilamba Kixi poderá passar à categoria de município	

6. URBANISMO E HABITAÇÃO	39
6.1 Contornos de uma requalificação polémica	39
6.2 É o que diz a Administração	39
6.3 Colocação anárquica de placas publicitárias com os dias contados	40
6.4 Equipa de remoção de placas actua no 2º semestre	41
6.5 Requalificação Boa vista	41
6.6 Tem de obedecer o padrão do GPL	42
6.7 Modernização deve respeitar a História	43
6.8 Imogestín abre postos para reclamação	43
6.9 Cidade da praia de Santiago construída no Panguila	44
6.10 Processo de entrega de moradias nas centralidades prossegue em Abril	44
6.11 Imogestín ensaia novas metodologias	45
6.12 Os fundamentos do mercado imobiliário angolano parecem sólidos	46
6.13 Relatório indica escassez de infra-estruturas básicas em Luanda	46
6.14 Build Angola: sonhos frustrados	47
6.15 Deviam ser ilegais	49
6.16 Estado demite-se das suas responsabilidades no projecto habitacional «Bem Morar»	49
6.17 Jovens recebem casas sociais	50
7. TERRA	51
7.1 Casas desaparecem na boa esperança III em Cacucaco	51
7.2 Relatório indica escassez de infra-estruturas básicas em Luanda	51
7.3 Contornos de uma requalificação polémica	53
7.4 É o que diz a Administração	53
7.5 Isaac esconde receitas da venda de terrenos	54
7.6 Administração quer denúncias	55
7.7 Cerca de mil hectares de terras sem minas devolvidos à população de Malanje	55
7.8 Construções anárquicas demolidas na província	56
7.9 Jackson Neto será indiciado no crime de usurpação de imóvel	56
7.10 Resolução de conflitos de terra	57
8. SERVIÇOS BÁSICOS	59
8.1 Moradores do bairro Katinton em Luanda abandonados pela EDEL	59
8.2 Punição do garimpo	59
8.3 “Água para todos” abrange habitantes da comuna do Dongo	60
8.4 Assinado acordo no sector das águas	60
8.5 Famílias de Chimbolo e Cotra já beneficiam de água tratada	60
8.6 O crescimento económico passa pela gestão de água	61
8.7 Crise económica não trava oferta de água às populações	63
8.8 Milhares de habitantes beneficiam de água potável	63
9. GÉNERO E VIOLENCIA	65
9.1 Delinquência preocupa Bitá Tanque	65
9.2 Desmantelados vários grupos marginais	65
9.3 Polícia reúne com comissões de moradores	66
9.4 Assaltos preocupam os moradores nos bairros de Luanda	66
9.5 Entre o desentendimento com a população e a intolerância política	67
9.6 Exploração sexual ganha terreno	69
10. AMBIENTE	70

10.1	Habitantes de Ondjiva plantam árvores	70
10.2	Falta de valas de drenagem deixa casas e ruas inundadas	70
10.3	Chuva volta a causar mortes no município do Longonjo	71
10.4	Seca compromete campanha agrícola	71
10.5	Vítimas da chuva receberam apoios	72
10.6	Chuvas desalojam famílias	72
10.7	Apoio às vítimas das chuvas	72

11. MIGRAÇÃO

74

11.1	Adiado repatriamento de angolanos	74
11.2	Imigrantes são repatriados por estarem ilegais no país	74
11.3	Polícia detém estrangeiros	75
11.4	Polícia em Cabinda reforça postos fronteiriços e combate à criminalidade	75
11.4	Polícia em Cabinda reforça postos fronteiriços e combate à criminalidade	76
11.5	11.5 Mais angolanos regressam ao país	78

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

79

12.1	Angola participa na Feira Internacional de Minas na África do Sul	79
12.2	Desmantelado grupo de garimpeiros de madeira no Necuto	79
12.3	Seminário Angola/Canadá em véspera do Indaba Mining	80
12.4	África do Sul, Notícias de Angola sobre captação de investimentos são importantes para país	80
12.5	Soba Grande da Jamba ansioso com retoma da exploração do ferro em Cassinga	81
12.6	Endiama entra na produção de ouro	82
12.7	Apresentada oportunidades de investimento no sector dos diamantes	82
12.8	Diamantes. Vendas atingiram 1,6 mil milhões de dólares em 2014	83
12.9	Estrangeiros que controlam diamantes angolanos com contas bancárias “chorudas” na Suíça	84
12.10	Indústria mineira capta investidores	86
12.11	Começam voos do levantamento geológico-mineiro	87
12.12	Novas empresas na produção de granito	87
12.13	Aumento da produção deve-se a mercado estrangeiro	88
12.5	12.14 Produção de diamantes cresce 25% e rende 168 mil milhões Kz em 2014	89
12.15	Apresentado Plano Nacional de Geologia	90
12.16	Entre o desentendimento com a população e a intolerância política	91
12.17	Reconhecida importância do Planageo para desenvolvimento do sector mineiro	92
12.18	Sociedade Mineira de Catoca vai melhorar eficiência operacional	93
12.19	Cabinda: Província conta com oito concessões para prospecção de Ouro	93
12.19	Angola em condições de forte incremento	94
12.20	Inaugurado estabelecimento de compra e venda de Ouro	95
12.21	Polícia de Fronteiras prende mais de 100 imigrantes ilegais	95

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola passa a país de rendimento médio

Jornal de Angola

06 De Fevereiro de 2015

Texto: Garrido Fragoso

A partir de 2018 Angola deixa de contar com financiamentos provenientes do Fundo Global para custear programas virados ao reforço do sistema de saúde e de combate à malária, tuberculose e VIH-Sida, porque passa para país de rendimento médio, anunciou ontem o ministro da Saúde.

"Depois de 2018, Angola não pode continuar a contar com financiamentos do Fundo Global, porque passa a ser um país de rendimento médio", disse José Van-Dúnem, no final da primeira sessão ordinária da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros, orientada pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente.

Em relação à mortalidade materna e infantil, disse que apesar das intervenções realizadas com a aplicação do Programa Alargado de Vacinação em todo o território, deve-se continuar ainda a trabalhar para minorar as dificuldades que ocorrem durante os partos.

As doenças hipertensivas durante a gravidez, a hemorragia e obstrução no parto foram mencionadas pelo ministro como as que mais influenciam de forma directa na mortalidade materna.

"Estamos, por isso, a treinar parteiras e a criar capacidades cirúrgicas em muitas unidades sanitárias", garantiu.

O ministro da Saúde indicou que, de forma indirecta, o paludismo continua a ser a principal causa de morte entre as grávidas.

A situação da saúde materno-infantil em Angola foi ontem avaliada pelos membros da Comissão para a Política Social com base em dois memorandos apresentados pelos Ministérios da Saúde e da Família

e Promoção da Mulher. De acordo com o comunicado tornado público no final do encontro, a Comissão constatou que os investimentos feitos pelo Executivo nestas áreas causaram um impacto positivo ao conseguir-se reduzir a mortalidade materna em 1.000 de 1.400 nados vivos em 1990, para 460 em 2013.

A Comissão constatou que há insuficiência de serviços obstétricos e neonatais de urgência básicos e de recursos humanos qualificados na prestação de cuidados integrados de saúde materno-infantil em todo o sistema nacional de saúde. O quadro está a ser alterado com a aplicação de programas de formação de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde no país e no estrangeiro, no âmbito do Plano Nacional de Formação de Quadros e a melhoria da cobertura de atendimento no quadro dos serviços municipais integrados de saúde.

Propinas nas escolas

Os membros da Comissão apreciaram também um relatório sobre o Estudo do Custo por Aluno em Angola e um Memorando sobre os Termos de Referência para o Cálculo das Propinas no ensino em Angola.

O objectivo é recolher elementos para a elaboração de indicadores estratégicos de planificação que permitam orientar melhor a formulação das políticas de financiamento da educação e do ensino em Angola, bem como para análise da compatibilidade das propinas actualmente cobradas no ensino privado com os custos reais, no sentido da tomada das medidas pertinentes para o seu ajustamento em caso de necessidade.

O cálculo das propinas a serem pagas deve basear-se num estudo específico, que possa a ter em conta a dimensão social do ensino, o rendimento das famílias e os valores praticados em países com níveis de desenvolvimento similares aos que Angola regista.

O ministro da Educação, Pinda Simão, disse à imprensa que a questão relacionada com o estabelecimento de propinas deve ser discutida com todos os intervenientes no sistema de educação, para se chegar a um "entendimento claro" sobre a questão.

"Depois de ouvidos os directores de escolas, gestores e demais intervenientes no ensino privado, o consenso a que se chegar é o resultado do trabalho que todos esperam", afirmou Pinda Simão.

1.2 Comunicação social acusada de dar pouco interesse a pobreza no país

Jornal Manchete

13 De Fevereiro de 2015

Texto: Albino Sampaio

O director Nacional Adjunto do Programa de Luta contra a Fome e a Pobreza, Yury Xacury acusou recentemente, em Luanda, a imprensa de dificultar o Programa Nacional do Combate a fome e a pobreza, no que tange a sua difusão.

O responsável fez esta afirmação, em Luanda, quando falava à imprensa à margem da Semana Social, promovida pela Igreja Católica e o Mosaico, que avaliou a vida social da população no país, com realce para o sul de Angola.

Yury Xacuri salientou que hoje a sociedade desconhece o projecto devido a fraca divulgação que se regista nas empresas de comunicação social, principalmente aquelas que estão confinadas na capital do país.

De acordo com o mesmo, o Executivo deve olhar mais para as populações carenciadas com vista a criar um equilíbrio entre os mais necessitados e as famílias que detêm desta forma o domínio económico e financeiro do país.

O também engenheiro agrónomo encorajou aos órgãos de comunicação social públicos e privados a colaborarem na divulgação do programa com vista a dissipar algumas dúvidas que ainda persistem em certas famílias.

Yury Xacuri realçou que desde o seu lançamento o programa tem vindo a proporcionar resultados animadores e que neste momento a coordenação trabalha na descentralização do Plano de Combate a fome e a pobreza.

Acrescentando que desta forma o Executivo tem vindo a colaborar com as organizações não-governamentais, com vista a levar cada vez mais as populações necessitadas, disse. Insistindo reconheceu que o governo tem feito algo mas no entender deste técnico agrónomo deveria fazer mais no sentido de desenvolver projectos que ajudam as populações a sentir os feitos do crescimento económico. Por sua vez, o padre Pio Wakussanga sublinhou que no sul do país, face a questão de estiagem vivida as suas

populações e os seus animais têm conhecido a morte por causa do referido fenómeno, disse.

Pio Wakussanga salientou que os habitantes da referida região do sul de Angola, por serem os principais afectados com o fenómeno seca que abalou as suas vidas sociais, económicas e financeira, deveriam merecer de maior atenção por parte das autoridades nacionais, com vista a melhorar o nível de vida dos mesmos.

O também padre sublinhou que é importante que o Executivo deste país criem mecanismos que visam estabilizar a vida dos cidadãos, que perecem nas diferentes comunidades do território nacional.

Realçou ainda a vontade de ver defendidas a melhoria das condições de vida das populações deste país engolidas pelos mais poderosos. Deste modo reforçou que vários programas tem sido criados pelo Estado mas não se sabe quais têm sido os beneficiários dos mesmos.

De acordo ainda com o representante da igreja Católica no sul do país, algumas populações nunca ouviram falar de projectos para o desenvolvimento criados pelo Executivo devido a falta da sua divulgação e acompanhamento aos seus destinatários, concluiu.

1.3 Medidas proteccionistas com efeitos perversos

Jornal A Capital

21 De Fevereiro de 2015

Texto: Presbítero Lundage

Num estalar de dedos, a generalidade de produtos alimentares de primeira necessidade viu o seu preço disparar no mercado, onde até bem pouco tempo as famílias podiam abastecer as respectivas despensas a custo de algum modo acessível.

Mas, desde as últimas semanas, a realidade começa a ser completamente diferente, com a generalidade do consumidor angolano, agora, a adquirir os mantimentos a preços cada vez mais proibitivos.

Analistas como o economista Mário Andrade associam o facto àquilo que têm sido as últimas

intervenções do Estado, que, em nome da defesa da produção nacional, avançou com medidas como a recente imposição de quotas à importação de uma série de produtos, depois de no início do ano passado ter já agravado as taxas que recaem sobre a importação de vários outros bens.

Mas a gota de água que desta vez fez transbordar o copo parece mesmo estar na limitação imposta à importação, a fazer fé na leitura de Mário Andrade.

"Sempre achei inoportuno limitar-se a importação num país onde, na prática, ainda não se produz o suficiente para o seu consumo interno", considerou o economista, que olha para tal medida como sendo um dos factores que geraram a actual subida dos preços dos produtos básicos.

A gaffe, segundo o especialista, não reside apenas no facto do Governo ter estabelecido quota de importação, mas também no facto de tal medida ter sido tomada num momento em que a economia se bate com a indisponibilidade de divisas para o aprovisionamento de bens e serviços a partir do mercado externo.

Assim, a mão protectora do Estado começa a ter efeitos perversos, traduzido no aumento, em apenas algumas semanas, dos preços dos principais bens que asseguram a dieta alimentar da maioria das famílias angolanas.

Uma alusão a produtos como arroz, feijão, óleo alimentar, açúcar, peixe e frango, além de outras componentes que conformam a cesta alimentar básica dos angolanos.

E a situação começa a preocupar o Executivo, que, na pessoa da ministra do Comércio, já reagiu, atribuindo a culpa pela situação vigente aos grandes grupos importadores, com quem esta semana reuniu a respeito do assunto em questão.

"Não há necessidade da subida dos preços, isso vem apenas prejudicar a população", pediu a governante, que lamenta o facto de nos últimos dias o poder de compra ter estado a baixar.

Ela tem, para já, motivos de sobra para reagir no tom em que fez. É que os cálculos avançados indicam que, nas últimas semanas, vários produtos alimentares aumentaram de preços até 50 por cento, facto qualificado pela ministra como sendo "totalmente exagerado".

Para Rosa Pacavira, o que não se pode entender é que a subida registada abrange até mesmo bens de produção nacional, constatação que a leva a encarar

isso como sendo sinal claro de especulação, protagonizada por empresários desonestos.

Empresários que, por sua vez, justificam a situação vigente com a dificuldade de reposição de stock em razão das restrições no acesso a divisas, para além das limitações colocadas à importação.

Mas, no entender de entidades como o também professor Mário Andrade, a realidade em questão só confirma que o país ainda não possui capacidade interna de produção que permita, para já, as autoridades avançarem com medidas restritivas, à semelhança das barreiras postas à importação.

A limitação da importação de produtos que, entre nós, já se produz em suficiente quantidade está regulamentada por um decreto-executivo, que fixa para todo o ano de 2015 uma quota geral de importação de 2.045.440 toneladas de bens que integram a cesta básica.

Por força desse mesmo decreto, os refrigerantes e bebidas ficam limitados a 950 mil hectolitros, para além de limitar igualmente à importação de ovos em 156 milhões de unidades em 2015.

A decisão abrange ainda as hortofrutícolas, cuja importação fica reduzida à 184 mil toneladas.

Ocorre, entretanto, que tão logo a decisão entrou em vigor o mercado reagiu, empolando para cima os preços da grande maioria dos produtos, incluindo os da cesta básica, que, à luz da pauta aduaneira que vigora desde 1 de Março de 2014, estão agora livres do pagamento de qualquer taxa por altura da sua entrada no mercado angolano.

Mas, apesar de tais isenções, os produtos alimentares de primeira necessidade também dispararam de preço, com as autoridades a acusarem os importadores de fazer aproveitamento que acabaram por resultar em aumentos de preços no mercado.

"Se os produtos da cesta básica não sofreram aumentos em termos de taxas aduaneiras, não há razões para que os preços no mercado venham a subir", considerou em tempos o chefe do Departamento de Tarifas e Comércio das Alfândegas, Garcia Afonso, justificando que um produto só sobe de preço "caso haja aumentos quer na produção e quer nos custos de aquisição".

Aos importadores que assim procederem, a direcção das Alfândegas deixa um claro aviso: "Em caso de se comprovar que houve alguma falsa declaração em termos de preços e que por isso também motivou o aumento desnecessário ao nível de venda no consumidor poderá haver ajustamento para poder

pagar os direitos aduaneiros na proporção que deixou de pagar, sem excluir a possibilidade de ser levado ao contencioso para o pagamento de multa”.

I.4 Perdidos no canteiro do desemprego

Jornal A Capital

21 De Fevereiro de 2015

Texto: Marcos António

Há dez anos, com a segunda fase do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela praticamente na estaca zero, a construtora brasileira Odebrecht começava a erguer o estaleiro que deu vida ao Luongo, para o qual acorriam jovens desempregados oriundos de diferentes pontos da província, atentos a um lugar em infra-estruturas que prenunciavam milhares de postos de trabalho.

O estaleiro, agora reduzido a sobras de um passado recente cheio de significado, não passa, se quisermos, de uma lembrança algo amarga para jovens que conseguiram ali a ocupação que julgavam ser sustentável. Nem mesmo a instalação de pequenas unidades fabris, no quadro do PDIC, apaga a tese de que o Luongo perdeu a sua imagem de marca. É notório, conforme constatou a reportagem do semanário *A Capital*, o vazio provocado pelo encerramento de grande parte das actividades da Odebrecht na província de Benguela, em consequência de um momento caracterizado por cortes atrás de cortes.

O fim de projectos como a reabilitação de rodovias, do programa de infra-estruturas públicas e pouco mais, ao qual se seguiu o travão orientado pelo Governo central, atirou para o desemprego, tal como indica a calculadora do Sindicato da Construção, cerca de 1.200 jovens.

Um deles, desanimado como quem se vê obrigado a fazer contas à vida, ainda que indemnizado, é o cidadão Daniel Junga, 32 anos de idade. À semelhança dos colegas, vai ter de batalhar para conseguir uma outra ocupação, mas sempre a rezar para que a crise venha a ser ultrapassada nos próximos tempos. "Dentro de sete meses, no final deste ano, os trabalhadores poderão ser chamados. Vamos esperar que surjam obras", disse Daniel Junga, mecânico, dono de um semblante bastante carregado.

O jovem, que até já se vira em biscates, reafirma que o estaleiro tem as portas fechadas, só com trabalhadoras de limpeza e um engenheiro que dificilmente é visto nas instalações. "Recebi três ou quatro meses de salários (indemnização), mas não posso estar descansado", resumiu.

A reboque de uma das passagens de Daniel, este jornal chega até ao conformismo do Governo de Benguela, que vê no fecho do estaleiro uma oportunidade de negócio para agricultores com dificuldades em termos de meios de trabalho.

Isaac Maria dos Anjos alertou que o equipamento da Odebrecht vai a leilão, lembrando que o preço não deverá chegar, como é óbvio, a valores estabelecidos para máquinas novas. Feita esta observação, avançamos para o desalento de Evaristo Bravo, pedreiro, confrontado com o fim de um ciclo laboral de quase dez anos.

Sem muitos comentários adicionais, fala de uma situação "triste e lamentável", mesmo que perceptível, e reitera que estarão centenas de cidadãos a bater as portas de entidades empregadoras nos municípios de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta.

PAB foi O ponto de partida

A construtora Odebrecht chegou à província de Benguela há cerca de dez anos, altura em que colocou em marcha o Projecto de Águas, dividido em três fases de execução, que absorveram um investimento de quase USD 500 milhões.

O denominado PAB implicou a construção, justamente nas imediações do Luongo, de grandes infra-estruturas, com realce para a Estação de Bombeamento de Água Bruta (EBAB), ligada ao rio Catumbela, e para a Estação de Tratamento (ETA). Mereceu a confiança do Governo angolano e ganhou mais projectos, sobressaindo a reabilitação de rodovias.

A via Benguela/Baía Farta, ampliada e modernizada, é disto exemplo inequívoco. Os bairros Benfica e Luz, em Benguela e no Lobito, foram requalificados no quadro do programa de infra-estruturas públicas, também a cargo da construtora brasileira. Neste momento, com o aperto a falar mais alto, está confinada à futura Refinaria do Lobito, ainda numa etapa em que não se faz sentir o recrutamento de funcionários.

Os despedimentos, que vinham ocorrendo desde 2013, afectando mais de 500 trabalhadores numa

primeira fase, conhecem, hoje, um quadro que o Sindicato da Construção classifica de dramático.

O tremor do Sindicato da Construção enquanto procedia ao balanço que acima descrevemos, visivelmente condoído, o secretário-geral do Sindicato da Construção, Albano Caley, olhava já para o dia seguinte, convicto de que outras empresas, nacionais ou estrangeiras, terão de mandar para casa centenas de trabalhadores. O Sindicato, um dos vários adstritos à UNTA-CS, teme que a cifra actual, de 5.814 jovens, colocados em 12 empresas e em centros de trabalho, baixe de forma considerável.

De acordo com o sindicalista, até finais de Janeiro deste ano, mais de cem trabalhadores reivindicavam os seus direitos, uma vez que as obras se encontravam canceladas. "Os patrões, sem condições para pagar ordenados, não prestam os devidos esclarecimentos. Por esta razão é que somos constantemente procurados", declarou.

Albano Caley acrescentou que existem duas empresas com trabalhadores dispensados e sem indemnizações, provavelmente à espera que o Governo liberte verbas para o reinício dos projectos. "Lamentamos bastante quando um empregador, contrariando a legislação e o teor dos contratos de trabalho, furta-se a cumprir com as suas obrigações", vinçou.

Quanto ao futuro, tendo como paradigma a situação na Odebrecht, afirmou que os filiados terão inúmeras dificuldades sociais. Caley preferiu recordar que o processo na construtora brasileira decorreu em obediência à lei, tendo os despedidos recebido entre três a seis meses, conforme o tempo de serviço. A Odebrecht praticava um salário base de 30.124 Kwanzas.

Obras do Estado descortinam paradoxo Longe de representar um caso isolado, a situação na Odebrecht reforça a tese de que o mundo da construção pode proporcionar vários amargos de boca, surgindo como o elo mais fraco a franja que ocupa os postos de trabalho considerados voláteis.

Se existiram dúvidas, o que parece pouco provável, adicionamos o vaticínio do sindicalista Albano Caley, para quem as empresas, sobretudo as pequenas, não conseguirão suportar o momento de aflição. Fica claro, portanto, que nem sempre o "canteiro de obras" consegue segurar postos de trabalho, seja com o petróleo em alta ou a baixar, acabando, como se vê, por colocar gente na rota da pobreza que se quer eliminar.

Colocados os dados nesses termos, um breve recurso a trechos de um pronunciamento do arquitecto

Felisberto Amado, docente universitário, mostra que a construção é um mundo de paradoxos, onde um pequeno grupo se toma rico, ao passo que a maioria convive com a amargura do desemprego.

Conhecedor da matéria, mercê de uma privilegiada relação com empreiteiros, arquitectos e projectistas, o antigo funcionário sénior das Obras Públicas começa por falar de um sector recheado de leis e directrizes, mas sem aplicação. "Há muita coisa desregrada, falta fiscalização", resume o professor, certo de que toda a "confusão" resulta dos largos milhões que a indústria da construção movimentava.

Daí que, refere o nosso interlocutor, alguns apetites mais exacerbados não olhem a meios para chegar a fins que nada têm a ver com a causa do povo, da província ou do país. Categórico, Felisberto Amado faz referência a fins pessoais, traduzidos no "enriquecimento fácil" de muitas pessoas ligadas à indústria da construção, sobretudo quando em causa estiverem obras suportadas pelo Estado.

Governo minimiza pelas rodovias

O Ministério da Construção e do Urbanismo espera criar em Benguela mais de quatrocentos postos de trabalho para cidadãos nacionais, no quadro do programa de reabilitação e construção de infra-estruturas para transportes rodoviários, com três projectos avaliados em quinze biliões e 305 milhões de Kwanzas. As obras, consignadas há quase duas semanas, devem ser entregues em finais do ano em curso, esperando-se que os benefícios, paralelamente a uma melhor circulação rodoviária, englobem uma maior fluidez na movimentação de produtos agrícolas.

A primeira empreitada, para a qual serão necessários 160 trabalhadores angolanos e dez expatriados, é a reabilitação, a cargo da firma Carmon, Engenharia e Serviços, do troço Bocoio/ Chila/Atome, estrada nacional nº 110. Serão necessários seis biliões e 75 milhões de Kwanzas para a reparação de 81 quilómetros.

A segunda empreitada, a reabilitação da via Chongoroi/Cubal, qualquer coisa como 80 quilómetros, vai criar 160 empregos para nacionais e dez para expatriados. A cargo da Minuila, o projecto vai custar seis biliões de Kwanzas. A terceira e última é a reabilitação dos 38 quilómetros que conformam o troço Egipto Praia/Praia da Eva, estrada nacional nº 100, orçada em 3 biliões e 230 milhões de Kwanzas.

Noventa cidadãos angolanos e oito expatriados estarão envolvidos numa obra que, à semelhança das outras, prevê sete metros de largura. Na hora dos

discursos, o governador de Benguela e os directores nacionais presentes no acto de consagração realçaram, unânimes, as valências sociais decorrentes destes projectos estruturantes, particularmente no que toca à criação de empregos.

1.5 Produção aumenta e melhora a vida das famílias

Jornal de Angola
25 De Fevereiro de 2015
Texto: Helma Reis

O presidente da UNACA - Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola, Albano da Silva Lussati, defendeu em entrevista ao Jornal de Angola que as restrições à Importação de produtos agrícolas permitiu aumentar a produção em quantidade e com qualidade no mundo rural. As melhorias no sistema comercial permitem aumentar os rendimentos dos agricultores e geram recursos para mais investimentos.

Jornal de Angola - A UNACA tem milhões de associados, como funciona esta realidade em termos práticos?

Albano da Silva Lussati - Temos na base as associações e cooperativas de produção, as uniões nos municípios, federações nas 18 províncias do país e a confederação a nível nacional. O processo é desenvolvido directamente no campo. Cada camponês tem a sua lavra, mas há uma Associação a que recorre para resolver os problemas. A cooperativa é uma organização um pouco mais avançada, em que vamos encontrar a lavra colectiva, através da qual se cria um fundo para a aquisição de meios, como tractores e viaturas.

JA - Que diferenças existem entre a União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA) original e a confederação 15678 de associações?

AL... - A UNACA é o conjunto das associações, cooperativas e federações. Todos formam a confederação. Não existem grandes diferenças entre camponeses e agricultores, mas tenho dito que o agricultor tem tendência para engolir o camponês. O agricultor usa mão-de-obra, que é o camponês,

enquanto este se dedica directamente ao trabalho na terra.

JA - Qual é o perfil destes dois actores na economia nacional?

AL - A base é a agricultura familiar, em que o camponês e a sua família são membros de uma associação e quando precisa de resolver os seus problemas, reúne-se com as demais famílias e daí sai um interlocutor que leva todas as inquietações ao Governo ou à UNACA.

JA- Muitos camponeses não estão afiliados. Qual estratégia para aglutinar essa força produtiva?

AL - Temos mais de um milhão de camponeses filiados na UNACA, mas, se tivermos em conta a população do país, esse número é uma gota no oceano.

Precisamos de trabalhar muito. Queremos criar um fórum para todos aqueles que intervêm no campo, de modo a não baralhar o camponês na altura de aderir a esta ou àquela organização. E preciso que todas essas forças se juntem para comungarmos do mesmo ideal. Vamos trabalhar também na formação de quadros e na criação de cooperativas modelo, que sirvam de espelho para as restantes. E um processo que leva tempo.

JA - Os camponeses têm pouca formação académica, aceitam facilmente as ideias do associativismo e cooperativismo?

AL - Existe o preconceito de que o camponês é analfabeto, o que não corresponde à verdade. Sou filho de um fazendeiro e quando concluí o liceu naquele tempo, comecei a estudar cooperativismo. Em 1976, reunimos um grupo para formar uma cooperativa, que teve muito sucesso na província do Huambo, denominado Centro Lufefer. Hoje, o camponês está muito avançado, tem vontade de aprender, de ir a uma sala de alfabetização. O camponês é capaz de gerir bem o seu dinheiro, de preparar as sementes apenas com métodos tradicionais, como misturar cinza ao milho para este não apodrecer mas temos de apostar mais na formação e valorizar o campo, onde temos já técnicos agrários formados, filhos de camponeses.

JA - Quais são as principais linhas de força da UNACA no suporte aos agricultores e camponeses nacionais?

AL - Pretendemos organizar mais cooperativas, promover a formação, reforçar o crédito ao camponês e levar a UNACA um pouco mais longe, com uma área de relações internacionais. No plano

interno, estamos a evoluir. Com a chegada da paz, tudo mudou. Há áreas que não conheciam o trabalho de uma enxada e hoje têm acesso a fertilizantes. Há dificuldades em algumas áreas, devido, sobretudo, à falta de estradas. Um grande problema é a comercialização, mas começamos a ter resultados positivos com o surgimento do PAPAGRO. A UNACA defende que o programa atinja de forma directa as associações e cooperativas. Os camponeses devem ter armazéns próprios.

JA - Os mecanismos de financiamento são os mais viáveis para os camponeses e pequenos agricultores?

AL- Neste campo, devo enaltecer a iniciativa do Presidente da República para a redução dos juros do Crédito de Campanha, que são hoje de dois porcentos. Temos aqui muitos relatórios de camponeses que dizem que o financiamento foi importante, porque agora têm a vida mais organizada. Esta redução dos juros permite ao camponês obter rendimentos. Estamos todos alarmados por causa da baixa do preço do petróleo, mas temos uma oferta divina, que é a terra e essa não acaba. O que é preciso é ajudar e financiar o camponês, as cooperativas e as associações.

JA - Os créditos e financiamentos obtidos são reembolsados ou há incumprimentos?

AL - Tivemos alguns problemas nos anos passados com o micro crédito e o crédito de campanha, por causa da seca que se registou nalgumas províncias, como foram os casos do Cunene, Benguela e Cuanza Sul. Mas o camponês é uma pessoa honesta e pesa-lhe a consciência porque tem vontade de pagar. Mesmo que os investimentos não tenham dado rendimentos, estão a pagar com muito sacrifício. Reconheço que há muitos que não conseguem fazer o reembolso e comunicamos às associações que quem não pagar fica sem a possibilidade de aceder a outros créditos.

JA - Até que ponto os camponeses estão preparados para a produção agrícola?

AL - o corte da importação de produtos que nós cá já produzimos, como frutas, legumes ou fuba foi uma boa medida. Agora temos que ajudar as pessoas a produzir para que se possam manter a produção estável, como foi nos anos de 2011, 2012 e 2013. O que determina a quantidade de água na panela é a fuba que temos e o que vai determinar o funcionamento do país é a forma como gerimos o pouco que temos e o aumento da produção.

JA - Que atenção tem sido prestada pela UNACA à mulher rural?

AL - Mais de 60 por cento dos nossos associados são mulheres e muitas delas são líderes. Na terceira assembleia, realizada recentemente em Luanda, foi eleita a uma vice-presidente nacional e uma secretária, nas províncias temos presidentes de federações, como são os casos do Namibe, Cunene e Zaire. Temos muitas mulheres a liderar as cooperativas e associações.

JA - Os camponeses são uma força política incontornável, a UNACA é muito assediada para dar apoio aos partidos políticos?

AL- Encontramos na UNACA membros filiados em vários partidos, não há diferenças, as portas estão abertas a todos. O camponês é livre porque se ele chegar e disser que vai a uma reunião do seu partido, ninguém o vai impedir. O importante é que todos comunguemos a mesma fé na agricultura.

JA - Albano da Silva Lussati é um homem do campo, um dirigente associativo ou um político?

AL- Eu sou associativista. Mas tenho o meu partido no coração. Isto é como nas igrejas onde há apenas um Deus mas todos comungam para um único objectivo.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Crescimento do sector bancário é indicador de robustez da economia

Jornal Expansão

13 De Fevereiro de 2014

Texto: Francisco De Andrade

No primeiro semestre de 2014, o volume de negócios da banca cresceu acima dos 16%. Em termos práticos, o que é que isto demonstra?

Como se sabe, o sector financeiro e bancário tem vindo a crescer nos últimos anos fruto do crescimento contínuo e da estabilidade macroeconómica que consequente mente tem promovido o grau de confiança na economia. Daí que o volume de negócios da banca tenha estado a aumentar consideravelmente, já no primeiro trimestre de 2014. Os depósitos, o crédito e a criação de novos produtos bancários estão certamente na base deste crescimento.

Isto indica também uma certa robustez...

Exactamente. É importante referir também que o crescimento do sector bancário e financeiro em si também é um importante indicador de robustez económica. Uma economia com sintomas de perturbações traduz grandes reflexos negativos no sector bancário e financeiro. Por isso, acredito que um crescimento no volume de negócios acima dos 16%, que se verificou no primeiro semestre de 2014, resulta do surgimento de uma nova instituição bancária e financeiras das 29 autorizadas. A educação financeira é um outro grande contributo.

O que dizer da migração dos activos detidos em moeda estrangeira para moeda nacional?

É pretensão do banco central reduzir a dolarização da economia, através de políticas, para dar grande ênfase à moeda nacional. Contudo, um possível aspecto poderá estar por detrás desta migração: o crédito. O volume de crédito pode influenciar positivamente na migração dos activos em moeda estrangeira para a moeda nacional. A procura deste desiderato, eventualmente, pode ter forçado a procura dos activos denominados em moeda estrangeira para moeda nacional, o que significa que as medidas do

Governo de desdolarização da economia estão em harmonia com os objectivos do PND 2013-2017.

Os depósitos à ordem dominaram a carteira de depósitos. O que fazer para incentivar os depósitos a prazo?

Os depósitos a prazo têm vindo a dominar a carteira de depósitos, tendo-se verificado 56,53% no primeiro semestre de 2014, representando um aumento de 24,52% face ao período homólogo. Não se pode esperar que haja um crescimento dos depósitos a prazo quando as instituições bancárias pouco incentivam os clientes. Acredito que com as actuais taxas de juros oferecidas por alguns bancos comerciais certamente devia haver maior adesão dos clientes.

Mas onde reside o problema afinal?

O problema é que muitos bancos apenas estão concentrados na prestação de produtos convencionais bancários, preferindo obter grande parte dos lucros. A educação financeira dos clientes por parte de alguns bancos relativamente aos benefícios da conta a prazo ainda é insignificante. São poucas as instituições bancárias que primam pela divulgação dos depósitos a prazo, o que de certa forma condiciona a disponibilidade de mais recursos para a concessão do crédito, investimento e até dos níveis de inflação.

Apesar de os bancos privados nacionais apresentarem maior volume de activos, depósitos e resultados, foram os bancos privados estrangeiros que maior volume de crédito concederam à economia. Como se pode explicar isto?

Não é o facto de os bancos privados nacionais deterem maior volume de activos, depósitos e resultados que lhes permite conceder maior volume de crédito à economia. A concessão de crédito merece o cumprimento de alguns critérios por parte dos clientes. Apesar de que alguns bancos nacionais carecem ainda de pessoal especializado no segmento de análise de crédito e de riscos, a idoneidade e o historial de crédito dos clientes em muitos casos não são sustentáveis, o que permite uma recusa na sua concessão.

Será uma questão de precaução?

Sim. Neste respeito, os bancos privados nacionais são um pouco mais cautelosos, devido ao grau de informações assimétricas sobre os clientes. Comparativamente aos bancos estrangeiros privados em que a concessão de crédito é dominada por empresas credíveis e com base no grau de relações profundas com a instituição. Os bancos privados

estrangeiros apostam muito no segmento do crédito, mas com clientes que demonstrem informações credíveis para a obtenção de crédito. Por isso é que grande parte do crédito à economia é procedente dos bancos privados estrangeiros com fortes conexões das grandes empresas e individuais devidamente estabelecidos.

Como avalia a eficiência dos bancos nacionais comparativamente aos de matriz estrangeira?

Muitos bancos nacionais possuem um portefólio de clientes enorme, mas a qualidade dos serviços não é agradável. O crescimento destes bancos não teve um acompanhamento minucioso e de equilíbrio entre o tamanho e a qualidade dos serviços prestados, sem mencionar a formação dos recursos humanos destas instituições. A falta de serviços de clientes e do treinamento inadequado dos funcionários preocupa-me bastante os níveis de competitividade. Ao contrário dos bancos estrangeiros, a qualidade dos serviços prestados, produtos e a atitude dos recursos humanos estão em paralelo com a missão e objectivos da instituição.

Faltarão algum profissionalismo dos bancários de instituições nacionais?

Os funcionários de algumas instituições bancárias ainda não perceberam que o sucesso dos bancos depende essencialmente da qualidade dos serviços e não do tamanho e volume dos depósitos existente. Neste âmbito, muitos bancos nacionais estão mais virados para a expansão e não para o crescimento equilibrado entre o volume, qualidade de serviço, resultado e tamanho. O nível de morosidade dos clientes nos bancos nacionais não é inaceitável e condiciona severamente o grau de produtividade da economia. Não é possível permanecer cinco horas dentro de uma instituição bancária para fazer uma simples transacção que levaria cinco minutos.

2.2 Dificuldades no reembolso de créditos

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2015

Texto: Domiana Njila

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e; apresentou ontem em Luanda os resultados do estudo sobre a aplicação da linha especial de crédito agrícola de campanha em Angola,

que teve como objectivo analisar o impacto, a eficácia e a eficiência deste empréstimo enquanto política pública.

O antigo director-geral da ADRA e coordenador do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), Fernando Pacheco, que apresentou o estudo, disse que os resultados foram apresentados ao Ministério da Economia, que reagiu bem às recomendações, ao reduzir as taxas de juro do crédito agrícola de campanha, que era de cinco por cento, para dois por cento, embora o estudo tenha proposto uma redução de um por cento.

Fernando Pacheco disse que Executivo tomou a decisão de retomar o programa de crédito agrícola de campanha, mas infelizmente já passou algum tempo entre essa tomada de decisão e a sua aplicação. "Estamos em Fevereiro, isso significa que estamos para além de metade de uma campanha agrícola e mesmo que forem tomadas decisões hoje só vão ser implementadas no próximo ano", acrescentou.

O antigo director-geral da ADRA e coordenador do OPSA disse que embora não esteja devidamente articulada a nova filosofia de organização de crédito, grande parte das suas preocupações foi ouvida. "O reembolso é um problema em todo o país.

Os pequenos agricultores têm dificuldades em reembolsar os valores adquiridos, em parte por sua culpa e porque o sistema de crédito foi mal montado, daí os problemas na hora de pagar", disse.

Fernando Pacheco referiu que os créditos foram concedidos para serem devolvidos em pouquíssimo tempo. "É um crédito que pode suprir algumas necessidades imediatas, como comprar as sementes e material de apoio, mas não supre outras, daí ser necessário serem montadas políticas que respondam às várias necessidades dos agricultores e que se diferenciem os tipos de crédito a ser concedidos", disse.

Ana Paula Dala, secretária de Estado da Educação para Área do Ensino Geral e Acção Social, presente no encontro, disse que o crédito agrícola só pode trazer benefícios se os agricultores tiverem educação, tanto os pais como os filhos. "Com educação, quem recebe o crédito vai saber planificá-lo para obter bons resultados. Em convénio com a ADRA e o próprio Ministério da Agricultura estamos dispostos a participar na educação destes empreendedores, pois o Ministério da Educação tem professores que estão permanentemente com os pais e encarregados de educação em palestras para estes poderem ter resultados positivos", disse a concluir.

2.3 Debilidades estrangularam Crédito Agrícola de Campanha

Novo Jornal

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Hortêncio Sebastião

Esta constatação foi feita pelo engenheiro agrônomo Fernando Pacheco esta quarta-feira, 18, quando apresentava o estudo da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), referente ao ano transacto sobre a linha especial do crédito agrícola de campanha.

Segundo o especialista, as intenções de diversificação da economia já foram ensaiadas várias vezes no país, na sequência das sucessivas quedas do preço do barril do petróleo no mercado mundial, mas assim que o valor do crude sobe, essa pretensão volta a permanecer "letra morta".

"Esta é a quinta vez que se assiste à queda brusca dos preços de petróleos. Já houve outras piores que esta e, sempre que isso aconteceu, ouvimos a mesma retórica: Vamos criar condições para diversificar a economia", enfatizou Fernando Pacheco.

"Mas, como o preço do petróleo pode subir logo - hoje, se calhar, já está nos 65 ou 66 dólares e quando o Orçamento rectificativo for aprovado já poderá estar novamente nos 80 dólares - o exercício de revisão do documento poderá ser interpretado por algumas correntes como tarefa inglória", acrescentou.

De acordo o também membro fundador da ADRA, o crédito agrícola de campanha ultrapassou a quantia inicialmente prevista de 142 milhões de dólares, atingindo o montante de 172 milhões de dólares, mas o seu reembolso resultou diminuto, cifrando-se apenas em cerca de 2,2 por cento.

Conforme deixou a entender, insucesso deste tipo de crédito deveu-se ao estabelecimento de um montante máximo em crédito no valor de cinco mil dólares, o que para agricultores de vulto resulta numa quantia ínfima.

"O valor máximo de cinco mil dólares é considerado demasiado baixo para alguns casos. Há casos que o agricultor faz 10 hectares e cinco mil dólares não são nada", referiu.

Outra lacuna apontada tem a ver com a não previsão dos riscos e de contingências, uma vez que 2012 foi um ano de seca e os agricultores apegaram-se a esse factor para deixar de liquidar o crédito e daí não houve sequência.

Quanto ao período de reembolso fixado em 10 meses, o estudo considera-o irrealista já que essa meta não se adapta à realidade. E exemplifica: Uma cultura como a da mandioca prolonga-se entre 18 e 24 meses, o que deixará o agricultor longe de conseguir honrar o compromisso creditício.

Outra constatação registada no estudo refere-se à falta de quadros vocacionados para assessorar tecnicamente os agricultores, designadamente na elaboração de propostas para obtenção dos créditos. Por exemplo, no caso da província de Huíla apenas 0,5% dos camponeses foram abrangidos.

"Os membros das Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA's), de um modo geral, não têm preparação técnica e isso prejudica o diálogo com os bancos. As instituições agarram-se a isso para justificar a não cedência de créditos. Além disso, os bancos e fornecedores de serviços, como as empresas que vendem sementes e adubos e as proprietárias de tractores para preparação de terra também não estão preparados para este processo", sublinhou Fernando Pacheco que classificou a situação como "um drama" para o país.

Nesse sentido defendeu a inserção de quadros novos no sector agrícola de forma que o agricultor seja acompanhado permanentemente.

"Eles (agricultores) precisam de ajuda para a elaboração de propostas para acederem ao crédito e, depois, de fornecedores honestos e sérios em quem possam ter confiança", frisou.

O estudo da ADRA sobre a aplicação da linha especial de crédito agrícola de campanha abrangeu 313 agricultores de vários municípios, cujos entrevistados estão instalados a mais de 15 quilómetros das sedes municipais.

Na sua maioria tomaram conhecimento do crédito através de cooperativas, da EDA, 1% pelos sobas, 7% através de amigos e os restantes pela ADRA. Dos respondentes, 191 tinham solicitado crédito e 15% não pediram.

Sobre o uso do crédito, 104 compraram fertilizantes, 63 adquiriam ferramentas agrícolas, 34 bois para tracção animal, 18 adquiriram motorizadas, e cinco sistemas de irrigação.

Este estudo da ADRA foi apresentado de forma preliminar no início de 2014 junto do Ministério da Economia.

A palavra dos participantes

Na sala da ADRA onde se lançou estudo foi notória a presença de algumas figuras públicas, nomeadamente os deputados Job Capapinha e André Mendes de Carvalho "Miau". Houve unanimidade na avaliação acerca da utilidade do estudo, ao mesmo tempo que alguns avançaram sugestões para as autoridades reporem o crédito e introduzirem melhorias para que o mesmo favoreça a diversificação económica do país.

Por sua vez, Benjamim Castelo, um dos agricultores presentes considerou o estudo foi bem feito e apresentado. Atribuiu o fracasso do crédito agrícola de campanha ao desconhecimento dos intervenientes no processo que concederam crédito sem, no entanto, reconhecerem o que realmente os beneficiários fazem na prática.

"Temos de saber o que se está a fazer. Não se pode obrigar as pessoas do Huambo a receber dinheiro para produzir milho com rendimentos baixos", disse Benjamim Castelo.

Outro interveniente, João Barros, da empresa Gesterra, advogou uma mudança de atitude em relação ao crédito de campanha.

"Seria bom que estivessem também técnicos agrícolas a acompanhar os agricultores que solicitam créditos de forma a criar sustentabilidade. Os bancos estão muito agarrados ao dinheiro. Querem dar e depois receber a seguir. A agricultura é uma actividade de risco e demora muito tempo para se obter resultados e não temos essa sensibilidade dos bancos", lamentou.

Já Miguel Pereira, do Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA), manifestou apoio à iniciativa da ADRA, salientando que o crédito surgiu como contributo para alavancar a agricultura familiar.

"Sentimo-nos preocupados quando uma boa parte das conclusões e recomendações são reais", frisou.

2.4 Quando a venda a prestações nos facilita a vida

Jornal A Capital

21 De Fevereiro de 2015

Texto: Mirene da Cruz

Carla Inácio considera ter não ter hesitado em aderir a uma das facilidades abertas por algumas entidades comerciais.

Uma alusão à possibilidade de clientes poderem comprar um bem ou serviço, amortizando-se em várias prestações, tal como fez Carla, na aquisição do seu jogo de quarto junto da loja de mobiliário, Lar Center.

Ela é uma de vários clientes que acabaram bem sucedidos na primeira tentativa de obter um bem junto daquele espaço comercial, na modalidade de compra à prestação. Razão pela qual já voltou a fazer novo crédito para aquisição de um segundo artigo que muita falta faz em sua casa.

"Hoje tenho praticamente a casa mobiliada com os produtos daqui", disse Carla Inácio.

A professora reconhece que tal mecanismo é, realmente, vantajoso, por, segundo ela, permitir pagar um dado bem ou serviço aos poucos, o que, "de certa maneira ajuda a esticar o salário. "Desta forma não sinto tanto o aperto nas despesas", sublinhou.

Pelas vantagens que a compra a prestações oferece, pessoas como a cliente Henriqueta dos Santos não precisaram pensar duas vezes para também aderirem. A primeira experiência de Henriqueta foi na aquisição de uma cozinha pré-montada, cujo prazo está a chegar ao fim.

"Estou a pagar uma conzinha no valor de 99 mil kwanzas", precisou, reconhecendo que a opção "vale muito a pena".

Em função do sucesso no primeiro contrato assinado com a loja, hoje Henriqueta já tem, ela também, em vista outra dívida.

Eusébio Tavares disse que só com esta modalidade de pagamento parcelado conseguiu dar um avanço à casa que estava a construir e ter ela mobilada.

"O cliente só tem a ganhar", referiu.

Conforme o funcionário público estava na loja Lar Center para pagar a penúltima parcela da dívida que tem com aquele estabelecimento.

Um pouco sobre as lojas

As entidades que vão ensaiando tal modalidade de pagamento disseram, na voz dos seus gestores, que não perdem nada com isto, antes pelo contrário, só têm a ganhar.

Quem o disse foi Manilson Rufino, relações públicas da loja Lar Center. O funcionário disse que, a princípio, a loja cedeu às necessidades de clientes que queriam os produtos, porém, não tinham condições de pagar o valor na totalidade de uma só vez.

"Estávamos a pensar nos clientes", contou.

Foi então, por isso, que a loja passou a vender à prazo aos clientes, tal como disse o funcionário que vê nessa modalidade uma série de vantagens de parte a parte.

"É mais no sentido de facilitar a vida dos clientes", sustentou, o que, para a sua empresa a mais valia está, como disse, "no renovar o stock da loja com mais celeridade".

A Casacon é outra loja com a mesma prática. Conforme o analista de crédito e coordenador de conta a receber, Onésimo Filho, a loja já vem a fornecer os seus produtos a crédito desde 2002, propriamente. Mas adiantou que foi um processo muito delicado.

É que, segundo Onésimo, a princípio não havia muita confiança, sobretudo na relação com clientes que após rubricado o contrato, se mostram inadimplentes em proceder o pagamento das parcelas nos prazos acordados.

"Como sabe, crédito é sinónimo de confiança", justificou.

Hoje, segundo o gestor, a loja opta em trabalhar mais com as empresas. Pois, estas, são mais regulares nos contratos assinados.

A necessidade de acelerar as vendas, bem como a de ajudar o cliente são, como disse Onésimo Filho, as razões que motivaram a Casacon a apostar na venda de alguns dos meios a prestações. "No fundo é a forma que temos de fazer descontos", explicou.

Como se paga à prestações

Explicações obtidas por este jornal indicam que o número de vezes a pagar depende muito das condições pré-estabelecidas entre o cliente e a empresa.

Segundo Manilson Rufino, do Lar Center, no primeiro contacto com a loja o cliente só tem que indicar a forma de pagamento, antes de honrar faseadamente o compromisso até concluir a compra.

"Só assim tem acesso ao produto", esclareceu.

Mas há um senão para quem, por várias razões, entenda não continuar o pagamento das prestações restantes. Este, segundo Manilson, sabe que perde cerca de 20 por cento do valor já pago.

Entretanto, ao cliente é dado ainda a oportunidade de escolher outro produto com o valor igual ao que já foi pago.

"Por exemplo, se queria um produto de 50 mil Kwanzas já pagou 30 mil mas desistiu, pode escolher um outro no valor que já pagou", explicou o responsável, que, entretanto, diz que "temos tido mais vendas finalizadas do que desistências".

Na Casacon também acontecem desistências, mas, à semelhança do que faz a "Lar Center", a loja procura, ao máximo, persuadir o cliente no sentido de escolher um outro produto.

"Raramente devolvemos dinheiro às empresas, mas já fizemos muita devolução a particulares", revelou.

2.5 Dados revelam elevados taxas de crédito

Jornal de Angola

23 De Fevereiro de 2015

Texto: Natacha Roberto

O programa Angola Investe concedeu até ao ano passado empréstimos superiores a 66 mil milhões de kwanzas, 14, 7 por cento do volume dos financiamentos ao sector produtivo, anunciou o ministro da Economia.

Abraão Gourgel, que fez a revelação num encontro com os representantes dos bancos destinado a fazer o balanço da evolução do Angola Investe em 2014, disse que os financiamentos do programa permitiram

criar 54.300 postos de trabalho em 17 províncias, o que demonstra que as instituições bancárias têm um papel fundamental na dinâmica do programa.

O ministro salientou que até ao ano passado mais de 40 mil jovens empreendedores beneficiaram de formação e consultoria proporcionada pelo programa. O assessor do ministro da Economia, Licínio Contreiras, referiu que até Fevereiro deste ano foram aprovados 362 projectos para um financiamento de 70 mil milhões de kwanzas.

Aquela verba, afirmou, destinou-se a investimentos em 152 programas da indústria transformadora e extractiva, o que representa 44 por cento do crédito concedido. A agricultura, pecuária e pesca, com 127 projectos aprovados, representam 37 por cento, os serviços tiveram 35 projectos aprovados e constituem 32 por cento do total dos empréstimos, disse.

As províncias de Luanda, Benguela e Huíla lideram a dispersão territorial do crédito com 20 projectos financiados em cada uma, seguidas do Huambo, Bié e Namibe com seis. O Banco Millennium Angola (BMA) aprovou 138 projectos, o de Fomento Angola (BFA) 39, o Africano de Investimento (BAI) 37, o BIC 35, o de Poupança e Crédito (BPC) 31 e outras instituições das 17 que aderiram ao programa abaixo de 25.

Millennium lidera

O administrador da Comissão Executiva do BMA, Paulo Tomás, realçou que foram desembolsados 130 milhões de dólares (13.520 milhões de kwanzas) em crédito. "O objectivo é crescer a nível da carteira de crédito na ordem dos 20 por cento. Vamos abrir mais seis balcões para termos o maior número de espaços no país", referiu.

O presidente do Conselho de Administração do BIC anunciou a provisão de 130 milhões de dólares para as operações aprovadas, que beneficiam o sector da agricultura e a pecuária. Fernando Telles revelou que a instituição tem 6,6 mil milhões de dólares de crédito aprovado ao Estado e às empresas. O presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) disse que dez mil empresas estão registadas e 494 produtos possuem o selo "Feito em Angola".

António Assis também anunciou para o próximo mês a inauguração de uma incubadora de empresas de tecnologias de informação e comunicação, onde 21 jovens empreendedores concorrem para a incubação.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Jovens começam a ser homens antes do tempo

Jornal de Angola

02 De Fevereiro de 2015-02-23

Texto: Joaquim Júnior

O número elevado de jovens sem formação académica e profissional e a falta de empregos fazem com que no Uíge, a exemplo do que sucede um pouco por todo o país, cada vez mais pessoas recorram a biscates como forma de ganhar a vida.

O mercado municipal na capital da província do Uíge é o local de eleição das pessoas naquelas condições e onde desenvolvem actividades ocasionais que lhes permitem ganhar o indispensável para viverem e ajudarem as famílias.

Há os que se dedicam à venda de tudo e mais alguma coisa, mas também os que por falta de recursos para investirem se dedicam ao carregamento e descarregamento de mercadorias, à recolha de lixo, reposição de retrovisores, desentupimentos de fossas e esgotos em casas particulares, enfim quase tudo aquilo que, sendo digno, mais ninguém quer fazer.

No entroncamento das ruas 10 de Agosto e Comandante Bula há mais de duas décadas que a célebre "Parada Azul" é ponto de encontro diário dos "homens das mil e uma profissões", na maioria entre os 20 e 30 anos. Francisco Gomes é um deles. Apareceu pela primeira vez na "Parada Azul" em 2002, ano em que seu pai faleceu.

A mãe camponesa não tinha recursos para manter os filhos a estudar, que o que a lavra dava era curto para as despesas todas da casa até então repartidas com o marido.

Por isso, ele foi obrigado a deixar a escola e as brincadeiras que todos os meninos têm, aprendeu "a virar a vida" e foi homem antes do tempo.

"Foi na 'Parada Azul' onde aprendi a virar a vida e na companhia de amigos que fiz na altura comecei a desentupir fossas para ganhar algum dinheiro e ajudar a mãe a comprar comida e outros bens para a família", lembrou.

No virar da vida, apesar de o corpo continuar a ser de menino, aprendeu igualmente a ser pedreiro, pintor, ladrilhador, desentupidor, a nivelar terrenos e outros biscates. O período da manhã é o mais procurado na "Parada Azul" porque os proprietários de estabelecimentos comerciais precisam de quem descarregue mercadorias e há também quem procure pessoas que lhes arranje quintais, rectifique e pinte paredes, coloque sanitas ou azulejos em casa.

Biscates de manhã

A meio de uma manhã recente, o ambiente na era desolador e até de certa crispação. Ninguém fora contratado.

Alguns dos jovens biscateiros permanecia sentados, cabeça entre as mãos a pensar sabe-se lá em quê, outros discutiam, como se alguns dos presentes fosse culpado da falta de clientes. De repente, o cenário alterou-se e a frustração deu lugar à esperança. A "Mãe Grande", como é tratada uma empresária, chegou e precisava de oito jovens para descarregarem a mercadoria de um camião. Ofereceram-se todos.

A situação foi ultrapassada, com dois deles, Francisco Gomes e Zacarias Basílio, a aconselharem calma "para não se pensar que não há solidariedade, faz este trabalho quem hoje está mais necessitado".

"Este é período do tudo ou nada. Os que não conseguem nada até ao às 12h00 tem praticamente o dia perdido, pois dificilmente aparecem biscates à tarde", disse Zacarias, que acrescentou mais a falar consigo próprio, como que a querer encorajar-se: "vamos aguardar que apareça mais alguém".

Saúde em risco

Os biscateiros já não se lembram de quantos desentupimentos fizeram, nem baldes de alumínio, fios de ferro, escadas e pás, os seus principais utensílios de trabalho, carregaram.

Zacarias Basílio concilia o trabalho de desentupidor com de pedreiro e canalizador.

Por isso raramente lhe falta que fazer, mas não esquece os riscos a que está sujeito por nem sempre utilizar equipamento de segurança.

"O desentupimento de fossas é perigoso para a saúde devido aos gases que inalamos, que já causaram a morte de muitos dos mais velhos que não tinham os cuidados necessários", disse. Quem faz este trabalho,

salientou, tem de ter muito cuidado com a higiene pessoal, tomar banho com água morna e desinfectada com lixívia, escova de banho para retirar as impurezas na pele e usar cosméticos anticépticos e aro matizados para evitar o mau cheiro no corpo e combater os micróbios.

O biscateiro referiu que o desentupimento de fossas causa vários problemas de saúde, principalmente pulmonares e respiratórios e lamentou que muitos dos que se dedicam a esta actividade descurem a higiene pessoal, substituam-na por bebidas alcoólicas e esbanjem "o pouco que ganham a embriagarem-se".

Preparar o futuro

Augusto Mateus é bagageiro há oito anos, mas nunca abandonou os estudos.

Parte do que ganha serve para o sustento da família - mulher, quatro filhos e o pai, que é cego - mas também para preparar um futuro melhor. Concluiu no ano passado a 9ª classe e vai frequentar a 10ª.

"A 'Parada Azul' é por enquanto o nosso posto de trabalho, mas tarde ou cedo Deus vai abrir-nos as portas para um emprego melhor e mais seguro", declarou.

Augusto Mateus fala por ele, mas também pelos companheiros da "Parada Azul", quando refere que "a esperança deve ser a última coisa a morrer" e que "o único caminho é o do trabalho honesto para se ganhar o respeito dos outros".

"O pensamento positivo que há no grupo faz com que muitos de nós tivessem abandonado a delinquência e percebessem que em Angola o Executivo está a fazer tudo para criar emprego para os jovens", disse Augusto Mateus, com um sorriso de esperança a encher-lhe o rosto, na certeza de que a sua vida vai mudar.

3.2 Polícia Nacional reforça inspecção ao serviço de táxi

Jornal de Angola

06 De Fevereiro de 2015

A circulação de automóveis de serviço de táxi que não têm rota definida está proibida, desde terça-feira, na província de Benguela, informa uma nota do Comando Provincial da Polícia Nacional.

O documento, enviado à Angop, refere que a interdição surge devido ao facto de haver veículos a circular sem observar o que está previsto no Decreto Presidencial nº 154/-2010, de 26 de Julho, referente à classificação das carreiras ou linhas regulares.

A corporação salienta que a circulação de veículos para o transporte público regular de passageiros obedece às disposições legais plasmadas no artigo 4º, nº 1 do mesmo Decreto Presidencial.

O documento refere também que os cidadãos que infringirem o disposto na lei pagam uma multa de 15.900kwanzas.

O Comando da Polícia Nacional pede na nota o apoio e a compreensão dos cidadãos e automobilistas visados, para serem evitados constrangimentos à fiscalização rodoviária.

Durante anos, os taxistas informais, vulgarmente conhecidos por "candongueiros", do minaram esse segmento do mercado de transportes públicos em Angola. Milhares de "candongueiros" circulam diariamente pelas áreas urbanas e rurais do país.

3.3 Comércio ilegal de medicamentos persiste na capital

Jornal Manchete

13 De Fevereiro de 2015

Texto: MOREIRA Mário

O Governo Provincial de Luanda proibiu, em 14 de Maio de 2009, a comercialização de medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos hospitalares em locais impróprios e inadequados. Contornando esta medida, os vendedores de medicamentos dos diversos mercados informais de Luanda passaram a exercer esta actividade de forma mais discreta, para poderem despistar os agentes da fiscalização e da Polícia Económica que tentam combater tal prática.

Nos mercados do Kicolo e dos Kwanzas, por exemplo, os vendedores deixaram de expor as suas mercadorias em bancadas como procediam anteriormente, para se fixarem em pontos considerados estratégicos mesmo junto dos mercados.

Eles (vendedores) ficam atentos às pessoas que surgem com receita na mão e discretamente conseguem fazer o negócio. Os preços são mais acessíveis do que nas farmácias, mas são mal conservados. Mesmo assim muita gente não olha para o perigo que correm ao comprarem medicamentos na rua, sem serem receitados pelo médico.

As vendas sem receita ocorrem igualmente nas farmácias de bairro.

As pessoas que falaram ao Manchete acham muito normal adquirir algum medicamento sem prescrição médica, desde que seja uma simples lâmina de paracetamol.

Porém, o farmacêutico Domingos Alves que trabalha numa das mais prestigiadas farmácias da cidade de Luanda, reprova essa atitude. Em seu entender, muitas farmácias estão mais preocupadas no lucro fácil do que proteger a vida humana.

Outro factor levantado pelos nossos interlocutores é a contrafacção e falsificação a que grande parte dos medicamentos está sujeito. Os cidadãos dizem que está ser uma tarefa difícil de distinguir, pois os medicamentos vendidos tanto nas farmácias como nos mercados informais são totalmente idênticos, estando a diferença apenas nos preços praticados. Como se sabe, esses fármacos se apresentam em vários aspectos e grupos farmacológicos desde os administrados por via oral aos injectáveis. Prevenindo-se dos riscos dos medicamentos oferecidos nalguns estabelecimentos farmacêuticos, o cidadão Bruno Miguel diz que prefere os fármacos de origem portuguesa, e sempre os adquiriu em farmácias confiáveis.

O mesmo acrescenta que embora os preços nestes locais sejam mais elevados, para si, prevenir é melhor do que remediar. O ministro da saúde José Van-Dúnem, afirmou recentemente em Luanda, que os medicamentos mais adulterados e contrafeitos são os que servem para o tratamento da malária. De acordo com o governante, para além desses fármacos outros também são adulterados e têm proveniências de países como a China, Índia e Nigéria. Disse ainda que o reforço da capacidade de inspecção e criação de mecanismos de controlos nos pontos de entradas dos medicamentos no país, são uma das medidas que estão a ser tomadas para combater a contrafacção e a falsificação de medicamentos.

3.4 Micro empresas em Namacunde criam empregos

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2015

Texto: Dionísio David

O Balcão Único de Empreendedorismo no município de Namacunde, Cunene, desde que abriu em 2012, registou 692 pedidos de financiamentos para a criação de pequenas empresas, disse o seu coordenador ao Jornal de Angola

Felisberto Mwetufena afirmou estar a ser cumprida a segunda fase da entrada de processos nos bancos para a obtenção de financiamentos e que o balcão do município está a preparar os candidatos em gestão e finanças para se evitarem erros cometidos inicialmente.

Os resultados, referiu, mostraram que é fundamental a formação antes da concessão dos empréstimos bancários aos futuros empreendedores.

A maioria dos jovens que aderiu ao programa optou pela abertura de cantinas comerciais, empresas de prestação de serviços e salões de beleza, bem como pela actividade agrícola.

A aposta do Executivo na formação técnico-profissional tem permitido que cada vez mais jovens optem pelo empreendedorismo em todo país.

A iniciativa resulta também na criação de milhares de postos de emprego que beneficia a juventude.

3.5 Procura faz disparar o informal

Novo Jornal

13 De Fevereiro de 2014

CONTINUA GALOPANTE a subida do dólar no mercado informal, embora as autoridades bancárias rejeitem a redução da venda da moeda à banca comercial. Exemplo disso é que a nota verde atingiu esta semana a fasquia de 18.500 kwanzas, na compra no mercado informal, conforme apurou o NJ junto das revendedoras de rua, as tradicionais kinguilas.

Numa ronda por alguns balcões de diferentes bancos comerciais, o NJ conseguiu saber que na maioria deles a falta de divisas era uma realidade e que e foi informado, o NJ constatou junto de alguns balcões de diferentes bancos comerciais que a ausência de divisas na maior parte dos casos é real, assim como são nulas as transferências de valores monetários para o exterior.

"Desde há algum tempo tenho sentido muitas dificuldades para enviar dinheiro para a minha filha que estuda na Namíbia", disse, amargurado, o cidadão João Marcelino, adiantando mesmo que as várias casas de câmbio por onde passou alegaram não ter dólares para vender e os poucos cambistas de rua transaccionam a moeda a preços altíssimos.

Mais penosa parece ser a situação de Manuel Patrocínio, cidadão português a trabalhar em Luanda numa empresa de construção civil também portuguesa. Confidenciou ao NJ que nunca sentiu o sufoco que vive hoje com a impossibilidade de enviar dinheiro para a mulher e um filho menor que vivem em Lisboa.

"Antes, a empresa onde trabalho colocava o dinheiro atempadamente na conta em Portugal, mas agora a situação mudou. Há muita demora na transferência de dinheiro, o que normalmente conseguia ultrapassar, enviando a partir de Luanda. Mas com a situação que se vive cá (dificuldades de remessas ao estrangeiro), mais transtornado fico", lamentou.

O NJ falou também com Lucrécio Paulo que se mostrou agastado por estar impedido de movimentar uma conta que tem em dólares numa instituição que preferiu não identificar.

"A balconista disse-me apenas que não dispunha do valor solicitado e se estava realmente interessado contactasse o gerente da agência para ver que solução avançaria" em relação ao meu caso, frisou.

Adiantou que nem o contacto com o gerente serviu para desbloquear a situação "por falta de cédulas", pedindo-lhe para regressar ao balcão dois dias depois.

A ausência de dólares no mercado, aliada ou não à crise do petróleo, é um dado mais do que adquirido nos dias que correm em Angola, ao ponto de os produtos alimentares terem subido vertiginosamente de preços nos principais mercados de Luanda.

A título de exemplo, no mercado de S. Paulo, uma caixa de frango, anteriormente comercializada, a quatro mil kwanzas subiu para seis mil. O saco de açúcar, que custava 3.400 kwanzas subiu para cinco mil.

De acordo com alguns comerciantes, a brusca subida de preços estará associada à redução nas importações de bens, juntamente com a escassez de divisas no mercado oficial.

"Na impossibilidade de comprarmos dólares no banco recorremos às kinguilas e estas vendem-nos a quase o dobro do valor anterior", rematou um comerciante que não quis identificar-se, concluindo: "Não podemos arcar com os prejuízos só devido à crise do petróleo.

Não havendo como importar mais mercadorias, os poucos bens disponíveis vão, com toda a certeza, subir de preço".

BNA nega ausência de divisas

No entanto, em conferência de imprensa à margem da reunião do órgão colegial do Governo, o Conselho de Ministros, realizada há dias, o novo governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José Pedro de Moraes, assegurou que a instituição financeira não fez qualquer redução de venda de divisas aos bancos comerciais.

Para Pedro de Moraes, as vendas de divisas realizadas em 201~ pelo BNA aumentaram 34 por cento, comparativamente a 2013, ou seja, uma média de 1,5 mil milhões de vendas mensais.

"Se repararem foi exactamente esse valor (mil milhões de dólares) que vendemos durante o mês de Janeiro deste ano no mercado bancário. Significa isto dizer que não há nenhuma redução de oferta de divisas no nosso mercado", sublinhou.

Nesse sentido, o homem forte do banco central responsabilizou os agentes económicos pela situação, referindo que os mesmos fizeram antecipações erradas e desenvolveram expectativas negativas em relação ao país, devido à queda do preço do petróleo e resolveram eliminar o risco que tinham de crédito sobre as entidades angolanas.

"Vai daí, que introduziram todos os processos de pagamento que tinham sobre as autoridades locais. Esqueceram-se de que há uma gestão macroeconómica prudente no nosso país e só assim explicamos que não tem havido qualquer redução de oferta de divisas no mercado", sintetizou.

3.6 Subida do dólar dispara produtos no mercado informal

Jornal Manchete

13 de Fevereiro de 2015

Texto: Albino Sampaio

A subida do dólar norte-americano que ronda aos (20 mil kwanzas a compra), está a criar instabilidade no mercado nacional, pelo facto dos produtos de consumo de primeira necessidade no mercado formal assim como no informal, na capital do país estarem a conhecer preços galopantes.

Numa ronda efectuado pelo Semanário Manchete em alguns mercados e estabelecimentos comerciais na capital do país, apurou-se que, produtos como feijão, açúcar, massa alimentar, óleo de palma, cebola, arroz, que custavam menos de 200 kwanzas, conhecem hoje novas tarifas.

Inês Manuel é uma mulher zungueira, de 30 anos e mãe de três filhos, que comercializa os seus produtos no mercado dos congolenses, alega que a subida dos preços de produtos básicos se deve a queda do petróleo.

"Penso que esta subida dos produtos deve-se a crise, porque alguns produtos como o pão que custava 20 kwanzas, agora em (certas zonas) subiu para 25 a 50 kwanzas", disse, acrescento "É importante que o governo encontre medidas urgentes para ultrapassar esta situação que está a causar enormes consequências na vida dos cidadãos", acrescentou.

A mesma receia que nos próximos dias, em função do aumento do dólar outros produtos também poderão ver os preços bastante altos.

Ao longo da ronda efectuado aos mercados, este jornal apurou diante dos vendedores que, alguns produtos que eram comprados num valor ao alcance do cidadão, como o saco de açúcar de 25 quilos que "Nos armazéns custava 3.500 kwanzas, agora está ser comercializado no preço de 5 mil kwanzas". De acordo com os populares, apesar da crise, é importante que a polícia económica possa estabelecer medidas que visam sancionar os grossistas e retalhistas que têm estado a especular os preços dos produtos.

Outra cidadã que falou a este jornal, é Constância Madalena cuja mesma vaticina piores dias no futuro uma vez que, o principal recurso para o país é o petróleo que hoje esta em queda livre. "Se anteriormente fazíamos compras em quantidades

maiores agora temos que adaptar o tempo devido a vida que esta cara", referiu.

"Vendo roupa brasileira mas ainda assim as coisas continuam a complicar através do dólar que subiu de 15 para 20 mil kwanzas", disse a cidadã, visivelmente agastada.

A nossa equipa de reportagem esteve também no mercado do São Paulo, onde os produtos também continuam a subir de forma assustadora.

Por exemplo quem comprava um quilo de peixe carapau a 2 mil kwanzas na referida praça, agora está obrigada facturar a mesma quantidade no valor de 3000 mil kwanzas.

Outros produtos de primeira necessidade na referida praça também conheceram aumento significativo o que esta a deixar os seus consumidores com os nervos a flor da pele.

No mercado dos kwanzas os produtos de primeira necessidade como o feijão, fuba de bombó assim como açúcar conheceram também outros preços face a subida do dólar e consequente queda do petróleo no mercado internacional.

Manuela Ermelinda contou que comercializa caixa de alguns produtos frescos na referida praça há mais de 20 anos, mas desta vez as coisas começaram "muito mal devido a subida do dólar".

De acordo com a quitandeira, uma caixa de coxa que era vendida no preço de 11 mil kwanzas, nesta altura custa aproximadamente 20 mil kwanzas.

Enquanto, que a caixa de frango assim como de peixe estão a ser comercializadas no valor de 4000 e 15 mil kwanzas necessariamente.

Ainda na correria da nossa visita, este jornal apurou que entre os produtos que mais têm vindo a disparar os seus preços constam aqueles importados devidos os impostos bastante exorbitantes que os seus importadores têm vendido.

Ao passo que produtos como médium, gimboa, cenoura, milho, bombó vindos das províncias do Bengo, Uíge, Kwanza Sul, entre ainda continuam a garantir estabilidade.

No mercado do Kikolo alguns produtos conheceram aumento nos seus preços. Sendo que, bens alimentícios de primeira necessidade tiveram alteração na sequência da queda do petróleo.

O Manchete foi até ao famoso mercado de "Mamã Gorda" e na praça Nova na zona do Catiton, distrito

urbano da Maianga, onde os cidadãos não se cansam de comentar sobre a subida do custo de vida.

No golfo 2 o Manchete visitou algumas câmaras frigoríficas onde comercializam os frescos a grosso. Mas no terreno, o responsável pelas referidas câmaras informou que "Os produtos estão a pagar impostos muito caro é a razão que alguns produtos importados são vendidos nos preços acima estabelecidos".

A fonte lacónica não aceitou fornecer mais detalhes sobre o assunto, alegando que a situação foi anunciada no mês de Dezembro a quanto do discurso de final do ano proferida a nação pelo Chefe do Estado Angolano, José Eduardo dos Santos.

O Manchete contactou o economista Lopes Fernandes que começou por dizer que a subida dos preços de produtos básicos vai acarretar maiores consequências no bolso do cidadão.

Para controlar tal situação, o especialista apela o Executivo a criar outros mecanismos para colmatar algumas consequências que o país tem vindo a passar.

Lopes Fernandes reforçou que o Executivo deve diversificar a economia nacional, no sentido de se evitar questões do género.

Refere ainda que o Orçamento Geral do Estado, deve ser feito com base em alguns recursos naturais que não podem ser necessariamente, o petróleo.

O economista entende que com esta queda do petróleo no mercado inter-nacional, o governo deve ouvir os pontos de vista de cada um dos especialistas, "Seja qual for a sua posição político-partidário" .

Lopes Fernandes acha que o Executivo central deve orientar todos os governadores províncias, no sentido de incentivarem os camponeses com apoios incondicionais do Estado com vista a diversificação da economia nacional.

Mais adiante admitiu a necessidade do Executivo, através do Tribunal de Contas imprimir maior fiscalização na movimentação de valores nas contas do Estado, de formas a erradicar os crimes que têm sido cometidos por figuras ligadas ao executivo angolano.

3.7 Desce

Novo Jornal

20 De Fevereiro de 2015

O que se passa no SERVIÇO DE TAXIS convencionais em Luanda não é digno de um serviço

que se pretende com qualidade. Infelizmente este serviço deixa muito a desejar aos clientes. A começar pelos preços praticados, onde cada um tem o seu, passando pelo não profissionalismo dos motoristas, sem esquecer as viaturas que em muitos casos estão em péssimas condições. Ajuntar a isso, estão órgãos do Estado responsáveis pela legalização e fiscalização desta actividade, não consegue por ordem no circo.

Não se entende como é possível, por exemplo, os carros circulem, na ilegalidade e não são punidos?

A impunidade parece ser uma prática comum em diferentes áreas de actividades do país. Tudo a propósito do pronunciamento da ministra do Comércio, ROSA PACAVIRA, a cerca da especulação nos preços dos produtos básicos. Segundo Rosa Pacavira não existem razões para que alguns agentes económicos importadores aumentem os preços dos produtos alimentares no mercado. O que a ministra não disse foi que estes importadores estão bem localizados. É só olhar para as grandes superfícies comerciais, os grossistas e constatar como os preços dispararam. Seria melhor que se viesse a público com penalizações aos infractores.

3.8 Ilegalidade aumenta

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Faustino Diogo

Andar de táxis convencionais ou personalizados passou a ser rotineiro em Luanda. Por várias artérias da capital circulam diversas viaturas com variadas cores e dísticos de táxis, que com algum conforto, retiram passageiros aos conhecidos azuis e brancos que assumem em grande escala o serviço de transporte público na capital.

A semelhança que qualquer capital, o aeroporto é um dos maiores pontos de concentração deste tipo de transporte que se predispõe a oferecer a quem viaja, ou acabou de aterrar, um serviço mais cómodo e menos desgastante.

No entanto, nem sempre esta satisfação é obtida junto destes serviços de táxis. Basta ver logo a partida à azáfama na oferta deste serviço assim que os passageiros ou acompanhantes se predispõem a utilizar.

Solicitadores e motorista, disputam o cliente oferecendo o seu transporte e cada um com o seu preço, esquecendo-se que nos táxis convencionais paga-se com base no taxímetro.

"Temos que fazer assim para ver se conseguimos mais clientes", explica o taxista João Manuel, Mas, aquilo que para muito parecer ser a última etapa de uma viagem pode transformar-se em uma complicação como aconteceu com Miguel João.

Chegado de Londres, depois de umas férias de 15 dias, ousou dispensar a boleia da esposa e recorrer a um serviço de táxi para chegar ao bairro Jardim do Éden, Camana.

"Quería experimentar e evitar que a minha mulher viesse até aqui me apanhar. Para meu espanto, assim que entrei no carro o motorista perguntou-se se queria que ligasse taxímetro. Disse que assim", conta.

Lá começou a rolar a viatura e o taxímetro a somar. "Começamos a andar e fui vendo o valor a subir e fiquei descansado. Comecei a me preocupar quando estávamos na zona do Nova Vida porque já marcava quase 10 mil kwanzas, mas ainda assim continuei", explica Miguel João.

Foi preciso chegar nas imediações do cemitério do Camama para que o motorista recebesse a ordem de paragem.

"Tive que parar quanto vi o valor de 20 mil kwanzas. Perguntei ao motorista se era real e ele confirmou. Espantado reclamei e a solução encontrada, depois de um telefonema feito pelo motorista ao suposto controlador da frota, foi abrir a porta como se tivesse saído da viatura para desligar o taxímetro e deixar-me em casa a custa de mais uns kwanzas acordado entre eu e o motorista", conta.

A história de Miguel João é apenas uma de muitas que todos os dias utilizadores dos táxis convencionais vivem devido a forma de cobrança que estes utilizam.

A nossa reportagem constatou que a maioria destes táxis cobra de forma aleatória e o valor é pago com base num pré-acordo entre o cliente e o motorista e varia de zona e também de empresas, contrariando assim a base do táxi convencional que se rege por uma tarifa uniforme entre os prestadores deste serviço.

Quem conduz defende-se e justifica-se com a alegação de estar apenas a cumprir orientações do patronato.

"Não somos nós que definimos os preços. Tudo é feito pela empresa. Apenas cumprimos ordens", disse

sob o anonimato o motorista de um destes táxis que não soube explicar como é que se chegam os preços pedidos. Desafio aceite pelo responsável de uma transportadora. Embora se esconda no anonimato explicou que os preços são definidos com base em diversos factores.

"Os preços que pedimos têm como base a hora do dia, a área de residência, o tipo de veículo, a frequência, porque se for já nosso cliente tem outro preço, enfim...

Todos sabem as dificuldades de circulação em Luanda e não podemos ter prejuízo", explicou a nosso interlocutor

Contactada, a direcção nacional dos transportes rodoviários disse a este semanário que a definição do tarifário é feita pelo ministério das finanças.

"Não somos nós que definimos o preço. Apenas licenciamos a actividade. Os preços são com a direcção de preços e concorrência do ministério das finanças", disse Noélia Costa directora nacional dos transportes rodoviários.

Da direcção de preços e concorrência não nos foi possível obter qualquer pronunciamento. As vezes que lá nos deslocamos nos foi informado que a pessoa responsável para prestar a devida informação encontrava-se ausente.

Táxis ilegais

A actividade de táxis convencionais ou personalizados está a ser desenvolvida de forma ilegal pela maioria das 47 empresas que realizam este tipo de actividade em Luanda. A ilegalidade abrange a caracterização da viatura que não respeita o estipulado por lei.

Segundo o decreto presidencial 128/10, que regula o transporte ocasional de passageiros, este serviço só pode ser desenvolvido por carros pintados em branco com os dizeres em preto, o que não acontece na maioria dos carros que circulam na capital.

Segundo a direcção nacional das transportes rodoviários que, licencia esta actividade, a ilegalidade não é de sua responsabilidade porque não é sua tarefa atribuir licenças as viaturas.

"O nosso trabalho não passa por conferir as condições físicas das viaturas que fazem este serviço.

Apenas licenciamos a actividade. Ou seja, autorizamos a empresa, caso reúne todos os requisitos administrativos, a exercer a actividade. A questão das viaturas é da responsabilidade provincial.

É o governo local que tem a competência de verificar se os carros estão conforme o estipulado no decreto 128/10", disse a Noélia Costa

Contactado, o gabinete provincial de infra-estruturas e serviços técnicos de Luanda garante que as viaturas que fazem o serviço de táxis com outras cores estão ilegais.

"Não licenciámos nenhuma viatura que não esteja dentro do estipulado pelo decreto presidencial 128/10. Todas as viaturas que fazem este serviço de táxis e não estão pintadas em branco e preto estão ilegais", disse Jorge Bengue director do gabinete provincial de infra-estruturas e serviços técnicos.

Segundo o responsável essas viaturas tiveram uma moratória para regularizar a situação que terminou no mês passado. De lá para cá devem ser recolhidas pela polícia de trânsito.

"Reunimos com estas empresas e demos algum tempo para regularizarem-se. Mas infelizmente muitas ainda circulam com cores diferentes das definidas. Já informamos a direcção nacional de viação e trânsito e a polícia de trânsito que vai reforçar a fiscalização a estes taxistas.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Orçamento revisto entregue no parlamento

Jornal de Angola
13 De Janeiro de 2015
Texto: Adelina Inácio

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, pediu ontem ao Parlamento celeridade no processo de análise e debate da proposta de Orçamento Geral do Estado revisto para este ano.

No documento, entregue ontem ao Presidente da Assembleia Nacional pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, o Executivo revê em baixa as receitas e despesas para o presente ano, em comparação com o OG E inicial, aprovado em Dezembro passado e que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro.

A queda do preço do petróleo, principal fonte de receitas do país, motivou a revisão do OGE que tinha receitas e despesas estimadas em 7,25 triliões de kwanzas. Ao Presidente da Assembleia Nacional também foi entregue uma carta do Presidente da República a solicitar ao órgão legislativo o agendamento urgente do debate.

Presente no encontro, o ministro das Finanças garantiu que o sector social continua a dominar o Orçamento revisto, representando um terço das despesas totais. Armando Manuel afirmou que durante os debates o Executivo vai esclarecer aos deputados as razões que estiveram na base da revisão do Orçamento.

O Executivo vai justificar os motivos do ajustamento das receitas e das despesas, a manutenção de prioridades como as remunerações do pessoal, garantia do funcionamento mínimo das instituições e os investimentos financiados com os recursos externos.

O ministro Armando Manuel garante também continuidade do funcionamento básico dos sectores da Saúde, Educação, Assistência Social e os órgãos de Defesa e Segurança.

Celeridade na aprovação

O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional garantiu celeridade dos deputados no debate e aprovação da proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado entregue ontem ao Parlamento. Manuel Nunes Júnior afirmou que a Assembleia Nacional tem poderes para fazer as alterações que forem consideradas mais adequadas e pertinentes para que, com a maior celeridade, o documento possa ser aprovado para entrar em vigor em tempo oportuno e não prejudicar ou comprometer as acções e programas do Executivo.

Manuel Nunes Júnior lembrou que um dos pressupostos fundamentais do OGE para este ano, que é o preço de referência do barril de petróleo no mercado internacional, foi alterado, trazendo modificações nos níveis de receitas. "Por isso, as despesas devem estar ajustadas ao novo nível de receitas", disse.

Execução aprovada

Numa reunião realizada ainda ontem, os deputados da primeira e da quinta comissão especializadas da Assembleia Nacional aprovaram o balanço de execução do Orçamento Geral do Estado, referente ao III trimestre de 2014.

O documento apresentado pelo secretário de Estado do Orçamento, Alcides Safeca, foi aprovado com votos contra dos deputados da UNITA. Alcides Safeca disse que, no decurso do III trimestre, as receitas correntes realizadas totalizaram 1,19 trilhões de kwanzas.

As receitas de capital realizadas no mesmo período totalizaram 640 mil milhões de kwanzas. Em termos sectoriais, a área social teve uma participação de 29 por cento e o nível de execução atingiu os 21 por cento. Alcides Safeca destacou a execução de vários programas no domínio da segurança e assistência social, educação, saúde, protecção ambiental, cultura, desporto. Os serviços públicos tiveram uma participação de 24 por cento e um nível de execução de 27 por cento, contra os 24 do trimestre anterior.

O sector de Defesa e Segurança teve uma participação de 15 por cento e um nível de execução de 21. No trimestre anterior a execução foi de 22 por cento. Relativamente aos assuntos económicos, a participação foi de 21 por cento e a execução chegou aos 25, bem acima dos 19 verificados no trimestre anterior.

As despesas correntes realizadas até ao III trimestre totalizaram o montante de 2,77 triliões de kwanzas, o que corresponde a um nível de realização de 72 por

cento e uma participação de 60 por cento no total da despesa anual prevista. No decorrer do III trimestre, as despesas correntes atingiram os 912,5 mil milhões de kwanzas, correspondente a um nível de realização de 24 por cento.

Recomendações ao Executivo

O relatório, que vai agora à discussão para aprovação final na próxima reunião plenária, recomenda ao Executivo medidas para intensificar a aplicação dos programas aceleradores do processo de diversificação da economia nacional.

Os deputados solicitam maior atenção ao subsector diamantífero, tendo em conta a sua fraca participação na receita tributária global. No III trimestre de 2014, a receita diamantífera teve um nível de arrecadação de 43 por cento.

4.2 A petro-dependência, o OGE rectificativo e urgência da diversificação da economia

Jornal Manchete

13 De Fevereiro de 2015

Texto: Nganga Fula

O PR mandou chamar essa terça-feira os membros do Conselho da República para ajuizar da crise provocada pela queda em catadupa dos preços do petróleo bruto, bem como a busca de soluções consensuais para ser transposta pelos angolanos.

Por sua vez o Conselho de Ministros já aprovou a proposta do OGE rectificativo para fazer face à situação criada nos últimos dois a três meses. A ver vamos...

Com a queda em catadupa dos preços do petróleo bruto, desde finais e princípios deste ano, principal produto de troca da balança de pagamentos da economia angolana, sendo consequentemente a mais potente fonte de alimentação do OGE, sustentando-o substancialmente na ordem dos 65%. Mais recentemente, o Executivo voltou a insistir, na voz do ministro Bornito de Sousa, a necessidade imperiosa da diversificação da economia para fazer face à crise.

Com a queda dos preços do petróleo de forma abrupta para menos de 40 usd, desesperadamente o

Executivo decidiu fixar o orçamento rectificativo com base na cotação de 40 usd/ barril, num momento em que, felizmente, os preços já tendem a subir passando de 58 para 59 dólares nos últimos dias, estando à beira dos 60 usd. Tal tendência de recuperação do mercado petrolífero mundial a manter-se até finais de Fevereiro/ princípios de Março, poderá estabelecer-se a fasquia dos 70 dólares, no sentido inverso ao de Outubro a finais de Novembro do ano transacto em que desceu de 77 para 70 dólares. Observadores acreditam que o diferencial acumulado entre o preço do barril até Julho, já que o orçamento de 2014 foi fixado em 89 usd por barril, deveria constituir-se em reserva para fazer face inicial à crise anunciada.

Tal diferencial deveria ser acrescido do dinheiro na ordem de 5 mil milhões de dólares anuais à guarda do Fundo Nacional Soberano, ao invés do endividamento externo do país, com todas consequências atinentes. Reunido esta terça-feira, em Luanda, o CR recomendou uma velha 'la palissada': considerou positivo as medidas adoptadas para enfrentar a crise, repisando a estratégia da diversificação da economia. Mas se passará para este desiderato lançado há pelo menos já 5 anos, vá-se lá depois saber, quando for venci da essa fase do aperto... petrolífero, quiçá financeiro....

Nessa senda, o Executivo negociou já alguns empréstimos com instituições credoras (tendo outros em carteira), como a adesão ao BIRD do FMI, bem como a contracção (?) de empréstimos junto do Banco Mundial... Conforme previmos no nosso artigo publicado neste jornal, quando o preço do ouro negro desceu dos 77 dólares para 70, mais ou menos, por altura em que a OPEP decidiu não baixar os preços, por pressão da Arábia Saudita, em consonância com os Estados Unidos que também nos últimos tempos se transformou de principal importador mundial em um dos principais produtores mundiais, a partir dos xistos, acrescido do Canadá, que passou a produzir a partir das areais betuminosas. Tal perturbação provocada por essa sobre-produção do petróleo bruto no mercado mundial parece ser sol de pouca dura, visto que o mercado já começou a reagir, pois foram introduzidos elementos estranhos à dinâmica interna, nomeadamente a manipulação para baixo dos preços pelos norte-americanos, em conluio com a dinastia da Arábia Saudita.

Dados disponíveis indicam que vários são os factores que pesaram de forma abrupta no mercado petrolífero pela negativa, nomeadamente, o facto de nos Estados Unidos foram investidos de 2010 a 2014, na indústria petrolífera americana, a choruda quantia de 1,4 trilhões de dólares, provenientes de activos de

bancos comerciais e de investimentos, além de fundos de pensões e de investimentos, companhias de seguros, planos de aposentadorias, entre outros investidores. Só desde meados do ano transacto, os investimentos neste sector energético americano tiveram prejuízos calculados em 393 biliões de dólares, sendo 353 queimados na sequência de desvalorizações das acções de mais de 70 companhias, com cotações no ramo industrial ou dos investimentos financeiros, sendo que 40 biliões foram perdidos, em virtude da desvalorização das obrigações emitidas opor empresas directamente envolvidas na exploração do cru de com base no xisto.

A propósito dessa volatilidade dos preços no mercado petrolífero mundial e preocupado com as suas incidências em Angola, o economista angolano e mestre em finanças, Rui Malaquias, destaca: " de acordo com as nossas cogitações, pensamos que as quantidades produzidas deverão ser reduzidas até ao ponto de o barril chegar pouco acima aos 100 usd para que se recuperem as perdas financeiras destes meses críticos e, posteriormente, entre três e seis meses, o preço deverá corrigir para níveis pouco abaixo dos 90 dólares e aí ficar até aos próximos episódios da novela mexicana, que é a indústria petrolífera." Malaquias acrescenta que "o barril vinha caindo devido a uma manipulação artificial do mercado levada a cabo pelos que mais produzem, que neste momento são os Estados Unidos e a Arábia Saudita", observando que agora "a grande diferença entre eles é que os EUA levam desvantagem, porque apresentam custos de produção três vezes maiores do que o seu adversário, e aos preços actuais fica insustentável", concluindo que "podemos aqui afirmar que, esta guerra, a América perdeu."

Vale reter que a Arábia Saudita produz o petróleo ao preço de 5 dólares,. O que não corre com os estados Unidos, cujos custos de produção rondam os 15 dólares. Na verdade, com mais este choque petrolífero, embora de menor monta que o de 2009, os governantes angolanos deverão consciencializar-se mais do que nunca, que a estratégia da diversificação além de ser inadiável, nunca mais deverá ser abandonada ou negligenciada. Por um lado, para deter a petro-dependência e por outro, para alargar a base estrutural em que assenta a economia angolana, cuja actividade deverá ser extensiva aos diversos sectores produtivos (primário: agricultura e pescas; secundário: indústria) e não produtivo (comércio e serviços).

Há que efectivamente diversificar a economia garantindo a produção agrícola, nomeadamente tubérculos, hortícolas e leguminosas; pecuária (gado bovino, caprino, bovino e suíno, bem como aves);

sem esquecer a reanimação da indústria pesada, ligeira e pesada, além da comercialização dos produtos agrícolas, por via do estímulo aos transportes ferroviários, rodoviários e da comercialização rural, para escoamento dos produtos do mato para os mercados das vilas e das cidades, que muitas das vezes chegam a apodrecer nos locais de origem.

A anunciada crise que se desenhou no horizonte foi oficialmente assumida pela voz autorizada do PR, em Outubro último no parlamento, no seu discurso sobre o Estado da Nação. O PR voltou debruçar-se sobre a previsível gravidade da situação em mais dois discursos, nomeadamente na sua mensagem de ano novo e na sua intervenção quando recebeu os cumprimentos de ano novo por parte do Corpo Diplomático acreditado em Luanda.

Observadores que acompanham a evolução da situação socioeconómica dizem que não há crise nenhuma, incluindo analistas independentes.

Contudo, com a queda vertiginosa do preço do petróleo e apesar da anunciada recuperação lenta, o nosso OGE aposta, ora por ora, na diversificação da economia, que terá que atingir todos os domínios da actividade do país, em ordem a reduzir as assimetrias regionais e extirpar a pobreza, de um dos países que até bem pouco mais cresceu no mundo, apesar deste temporário arrefecimento da sua economia.

Grosso modo, este tão pronunciado crescimento económico deverá traduzir-se, obrigatoriamente, em desenvolvimento económico, social e cultural, numa palavra, em desenvolvimento humano, cujos índices entre nós são simplesmente confrangedores, a julgar pelo precário nível de vida do cidadão comum, que veja-se, deseja-se, para fazer as três refeições diárias e a quem não deverá serem exigidos mais sacrifícios de apertar o último furo do cinto, para além dos que já consentiu faz tempo. Portanto, deverão ser as elites, nomeadamente os gestores públicos e tecnocratas, a pagar a maior factura desta desaceleração do mercado petrolífero, sendo certo que constitui a camada mais privilegiada da sociedade. Uma redução do gabinete governativo seria uma boa medida para concretizar a poupança e parcimónia nas despesas públicas, que de falou o PR na sua mensagem de ano novo. Tal como escrevemos noutra ocasião, infeliz e desafortunadamente, o salto da "monocultura" dos petrodólares para a produção agrícola tarda a chegar, acrescido do facto de ser neste último sector, onde se tem mais garantia de empregabilidade e geração de rendimentos familiares, dado que é o que mais mobiliza mão-de-obra.

Assim sendo, a tão almejada diversificação da economia nacional deverá passar por um maior

investimento ao nível da produção agrária e das pescas: os pequenos e médios agricultores continuam à espera de financiamentos para potenciar a sua actividade produtiva; os pescadores também têm dificuldades para desenvolver a sua actividade profissional no mar, nos rios, lagos e lagoas, por de recursos a contento, para o exercício cabal do seu trabalho, cujo resultado leva o apetitoso peixe até às nossas mesas na hora do almoço ou do jantar. As queixas dos pequenos e médios empreendedores são generalizadas, pelas dificuldades experimentadas para levarem avante os seus diversos projectos produtivos e de serviços.

Além da agricultura e das pescas e da produção mineira, a diversificação deverá passar também pelo turismo, nomeadamente construção de mais hotéis e pensões, mas também a criação de habitabilidade e acomodação para potenciais investidores estrangeiros e nacionais ou mesmo turistas que aportam por essas paragens, cada vez com mais intensidade nos últimos tempos, para uma cada maior arrecadação de receitas para enfrentar esses ventos nada bonançosos.

Uma palavra tem que ver com o crédito bancário, cujos empreendedores queixam-se da sua não disponibilização, quando vão aos bancos, apresentando-lhes os embaraços mais absurdos. Apesar de muito que se diz, há muito a fazer para viabilizar os financiamentos aos investidores nacionais de micro, pequeno ou médio porte. A banca está longe de dar a resposta adequada à demanda de quem busca apoio financeiro para desenvolver a sua actividade agrícola, agro-pecuária e agro-industrial, ainda que artesanal. São tanto os pré-requisitos bancários para que o cliente se habilite ao crédito, circunstância que desmobiliza até os mais persistentes e que não são nada poucos no mercado!...

Outro tanto tem a ver com a falta de dinheiro entre os habitantes do campo. É tão intrigante, de tal sorte que têm que recorrer à permuta dos seus produtos agrícolas a baixo preço, por produtos manufacturados, oriundos da cidade.

Há que dar cada vez mais dignidade de vida aos actores sociais e agentes económicos que se dedicam à produção no campo, na indústria transformadora. É preciso implicar cada vez mais os jovens de origem rural na produção agrícola, para deter a onda de êxodo rural que despoeva o campo e provoca a explosão demo gráfica que vivem as cidades, nomeadamente a capital, Luanda, que tem hoje 1/4 da população angolana (conforme atesta o senso), com todas consequências deletérias que se conhecem, os índices elevados de desemprego e sub-emprego, e, conseqüentemente a alta taxa de criminalidade

reinante, e a horripilante prostituição até de adolescentes. Tal cenário dramático repete-se, ainda que com menor monta, noutras cidades do litoral e nos principais centros urbanos do interior, com os subúrbios a crescerem em catadupa, com bairros de lata à mistura.

Para tanto, será necessário que o Executivo invista cada vez mais no campo tanto em meios humanos, como materiais e financeiros, buscando o concurso de parcerias, quando for caso disso, criando-se, assim, condições não só para a produção agrária e similares, mas investindo cada vez mais na Educação, na Saúde, na habitação social e na preservação do ambiente - para que se tenha uma recuperação sã e sadia do tecido produtivo do país em definitivo, reverter mais essa crise, traduzida na donde contagiosa da petrodependência de que temos nos libertar o mais cedo possível, viabilizando outros sectores socioeconómicos, nas diversas províncias e mesmo municípios do país, começando pelo revigoramento dos pólos industriais existente e o relançamento da agricultura tradicional, apoiando-se, em primeiro lugar, o grosso das famílias carenciadas que lavram a terra, mesmo com o recurso a instrumentos rudimentares, como a enxada, a catana e o machado. Deste modo, iremos estimular cada vez estes grupos vulneráveis na actividade produtiva, potenciando-os com tecnologia moderna, novas práticas agrícolas e conhecimentos fito-sanitários (o que servirá de exemplo para certas camadas cociosas). Uma tal "démarche" física e intelectual, - traduzida na maximização dos meios disponíveis (charruas, tractores e alfaias agrícolas, etc.) e minimização dos custos (ex: o abandono de práticas obsoletas de produção, que obrigam o camponês a vergar constantemente a "mola", além do tempo que levam a lavar e a debulhar a terra. "Tempo é dinheiro" - diriam os outros) - terá um efeito multiplicador (e vice-versa, dado os produtos manufacturados indispensáveis no campo) sobre os outros sectores da actividade humana e social do país, quer seja a pecuária, a agro-indústria e a indústria transformadora, sem prejuízo do turismo, do comércio e dos serviços.

Finalmente, haja em vista assinalar, a assumpção prática de um tal objectivo estratégico assegurará, decisivamente, um desenvolvimento integrado e integrador de Angola, - tal como sonharam os seus melhores filhos que tomaram pela sua independência, cujos 40 anos celebraremos este ano.

4.3 Empreendedorismo e justiça

Novo Jornal

13 De Fevereiro de 2015

EMPREENDEDORISMO - O OPSA e a ADRA verificam que nos últimos tempos tem-se falado menos de empreendedorismo. Os famosos Balcões Únicos do Empreendedor, os BUEs, só estão a funcionar num número muito reduzido de municípios. O "Programa de Fomento do Empreendedorismo" tem orçamentado 208 milhões Kwanzas (Kz) [2 milhões Dólares (USD)], uma verba que parece ser muito reduzida para o significativo número de jovens que poderiam iniciar os seus próprios empreendimentos com o apoio deste Programa

O "Programa Angola Investe", certamente um dos bons programas feitos pelo Executivo, infelizmente, não tem a dimensão que deveria ter. No OGE 2015, o Angola Investe deveria aparecer com muito mais peso, quer em termos das verbas que o Estado porá à disposição dos bancos para financiar, mas também a nível do esforço que deve ser feito no sentido de melhorar as capacidades dos futuros empreendedores, pois o sistema de ensino, infelizmente, não está vocacionado para a ideia de que um jovem, quando terminar a sua formação académica, poderá ser um bom empreendedor. Ora, esta atribuição está de certo modo confiada ao INAPEM - Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, mas o INAPEM não tem os recursos necessários para cumprir este objectivo.

Justiça

O artigo 1050 n° 1 da CRA - Constituição da República de Angola apresenta os Tribunais como um dos três órgãos de soberania, ao lado do Presidente e Chefe do Executivo e da Assembleia Nacional.

Considerando a dotação orçamental o Sector da Justiça agrega a dotação para o Ministério da Justiça e Direitos Humanos (que inclui os Tribunais Municipais e Provinciais) e a dotação para Tribunais (que inclui os Tribunais superiores) o OGE 2015, prevê uma fatia equivalente a 1,2%. No OGE 2014, a dotação orçamental para este sector era 1,33%. Isto representa uma quebra no sector, em termos nominais, de 9.525 milhões Kz [96,12 milhões USD] num momento em que se discute não apenas no meio jurídico, mas também na mídia e no âmbito da política, sobre a necessidade de agilização e rapidez no atendimento aos cidadãos que recorrem aos

diferentes serviços prestados pelo Ministério da Justiça e pelos Tribunais.

Os objectivos do sector previstos no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 apontam para a consolidação da Reforma do Sector, de modo a que os seus serviços sejam modernizados, desburocratizados e simplificados, que os serviços de Justiça estejam próximos das comunidades, que haja um maior acesso dos cidadãos a Justiça e que a Justiça esteja ao serviço dos Direitos Humanos.

Nos últimos anos, o OPSA e a ADRA têm vindo a alertar para a insuficiência das verbas atribuídas para este sector, sobretudo se comparadas com os objectivos acima citados e com as necessidades concretas dos cidadãos terem cada vez mais um maior e melhor acesso à Justiça.

Só assim é que o poder judicial poderá reduzir o número de cases em que ainda se verifica uma actuação privada ("justiça por mão próprias") na solução de conflito entre os cidadãos. E, desta forma contribuir para a manutenção da paz social, fomentar a reconciliação nacional, para além do seu carácter educativo quanto ao exercício e a respeito de direitos e deveres, e preservação da liberdade e do ordenamento jurídico, bem como da autoridade estatal.

Tomemos, a título de exemplo, apenas duas grandes necessidades neste sector, o registo de nascimento (para que haja uma cidadania efectiva), que deve ser garantido de forma gratuita a todos os cidadãos e a necessidade de haver proximidade dos Tribunais aos cidadãos de forma célere e eficaz.

Nota-se uma certa dinâmica do Ministério da Justiça e Direitos Humanos na inauguração das chamadas "Lojas de Registo", mas será necessário ter, pelo menos, uma loja de registo - onde os cidadãos possam tratar a cédula e o bilhete de identidade - em cada município do País. Ora, isso só será possível se o orçamento do sector for reforçado.

Para que haja um melhor acesso à Justiça em Angola é necessário aproximar os serviços dos cidadãos - Tribunais, Centros de Aconselhamento, Serviços de Justiça tais como Conservatórias de Registo, Postos de Identificação, entre outros, serviços que facilitem aos cidadãos acesso a defesa pública em caso de litígio no Tribunal, ter assistência jurídica gratuita, ser julgado num Tribunal próximo da sua residência, ser atendido condignamente numa instituição pública, entre outros.

Depois da inauguração no distrito urbano do Sambizanga (em Luanda) do primeiro CREL - Centro

de Resolução Extrajudicial de litígios, foi anunciada a sua expansão para outras zonas do país. Todavia, o OGE 2015 não parece prever qualquer cabimentação para que este importante meio para resolução extrajudicial fosse multiplicado noutras zonas do país.

4.4 Execução do OGE no III trimestre revisto em baixa

Novo Jornal

13 De Fevereiro de 2015

A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL do terceiro trimestre de 2014 foi marcada pela queda da receita petrolífera, o que resultou numa revisão em baixa da produção petrolífera trimestral e diminuição do preço médio de exportação do barril do petróleo, disse nesta quinta-feira, 12, o secretário de Estado do Orçamento, Alcides Safeca.

De acordo com o governante que apresentou o relatório parecer conjunto sobre balanço da execução do OGE no III trimestre de 2014 aos deputados, relativamente à taxa de inflação medida pelo índice do preço ao consumidor de Luanda, fixou-se em um 1, 34% no terceiro trimestre, reflectindo o agravamento do nível geral do preço comparativamente ao preço anterior que se fixou em 1,7 por cento.

Segundo o secretário de Estado, o cenário fiscal no período em referência apresenta uma deterioração da posição fiscal e registou um défice na ordem de 0,5 por cento do Produto Interno Bruto, na sequência do "superávit" de 0,5% registado no segundo trimestre. Relativamente aos fluxos fiscais tiveram uma ligeira deterioração comparado ao segundo trimestre do mesmo ano, registando uma queda de cerca de 6,9 por cento na receita e uma expansão na despesa em cerca de 4, 71%.

Sobre a receita no trimestre em referência, foi arrecadada no valor de 1.834,8 mil milhões de Kwanzas correspondente a 25 por cento da receita total prevista no OGE, onde se destacam as receitas correntes no valor de mil milhões e 194 milhões de Kwanzas, correspondentes a 20 por cento da receita prevista no OGE. Quanto à receita tributária, foi arrecadada no valor de 619 mil milhões de Kwanzas e a patrimonial no valor de 562,8 mil milhões de Kwanzas.

No que diz respeito à receita de capital, Alcides Safeca afirmou que esta cifrou-se em 640,8 mil milhões de Kwanzas correspondentes a 18 por cento da receita prevista no Orçamento Geral do Estado, destacando-se a receita de financiamento no valor de 540, 2 mil milhões de Kwanzas.

Ainda no terceiro trimestre, no que diz respeito às despesas, se atingiu o valor de mil e 656,1 mil milhões de Kwanzas que correspondeu a 21 por cento das despesas total fixada no OGE, sendo que as despesas correntes realizaram-se no valor de 912, 6 mil milhões de Kwanzas a que correspondeu a 24 por cento das despesas previstas no Orçamento. Esclareceu que as despesas com pessoal atingiram 324,2 mil milhões de kwanzas, ou seja, 20 por cento, enquanto a despesa de serviços foi realizada em 268, 1 mil milhões de Kwanzas que correspondeu a 37 por cento.

No que tange às despesas de capital, foi realizada no valor de 743,5 mil milhões de kwanzas que corresponde a 17 por cento das despesas previstas, onde se destacam os investimentos com valor de 496,8 mil milhões, cerca de 18% e a despesa de capital financeiro no valor de 217, 8 mil milhões de Kwanzas, correspondentes também a 17 por cento da execução.

Como resultado da receita arrecadada e despesas realizadas no período, registou-se um saldo orçamental positivo de 178,7 mil milhões de Kwanzas.

A execução acumulada até ao terceiro trimestre de 2014 apresenta uma arrecadação no valor de 4.563,2 mil milhões de kwanzas, cerca de 62,9% da receita prevista no OGE e foram realizadas despesas no valor de 4. 634,5 mil milhões de kwanzas, cerca de 64 por cento das despesas fixadas no OGE, o que resultou num saldo orçamental negativo de 71, 3 mil milhões de kwanzas.

4.5 OGE revisto: um exercício arriscado

Jornal Expansão

13 De Fevereiro de 2015

Pode até parecer muito pessimista, mas a verdade é que considero arriscadas as projecções económicas feitas pelo Executivo no Orçamento Geral do Estado

(OGE) 2015 revisto. Se não, vejamos: foi feito um corte de mais de 50% no preço de referência do barril de petróleo de 81 USD para 40 USD, sendo que o contributo do crude para as receitas passa de 70% em 2014 para 36,5% em 2015.

O Governo revê em baixa de 10,7% para 9,8% o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) petrolífero este ano, assim como corta de 9,2% para 5,6% a previsão do PIB não petrolífero. Dada a quebra na arrecadação das receitas, a despesa cai 1/3, sobretudo à custa de investimento público que não vai ser feito, pois só assim se justifica a fixação do défice fiscal em 6,2% do PIB, contra os 7,5% do PIB.

A previsão do crescimento da economia passa de 9,7% para 6,6%, acima do projectado por instituições internacionais como o FMI, BPI e agências de rating Fitch e Moody's, que antecipam para este ano um avanço do PIB de 3% e 2%, respectivamente.

Com o PIB petrolífero e o PIB não petrolífero a cair, que 'engenhocas' serão feitas para se ter a economia a crescer 6,6%? Será por meio da diversificação da economia, que todos sabemos a quantas anda, ou pelo menos andou, mesmo em tempos de 'vacas gordas'? Como diversificar agora com a escassez de recursos?

Se considerar que o preço do barril de petróleo no mercado internacional já está bem acima dos 40 USD, o Governo só pode estar a 'apostar' que a dada altura do ano suba ainda mais, resultando na arrecadação de maior volume de receitas.

Talvez pretenda também criar, com os pressupostos do OGE revisto, um efeito psicológico positivo, numa altura em que o pânico parece estar quase instalado, muito por causa do 'drama' da falta de dólares no mercado. É preciso uma mensagem positiva. Pensar positivo, sobretudo em momentos de crise, é bom e útil, mas ser demasiado optimista pode gerar, também, expectativas que não se cumprem, voltando o Executivo a fazer má figura com as suas previsões.

4.6 País amarra-se em dívidas

Jornal A Capital

14 De Fevereiro de 2015

O Estado angolano prevê, no presente ano, endividar-se em perto de 20 mil milhões de dólares norte americanos, com vista a atender necessidades que incluem o financiamento do Orçamento Geral

do Estado (OGE) para 2015, que faliu em consequência da queda do preço do petróleo no mercado internacional.

O Executivo pretende fazê-lo recorrendo ao mercado interno e externo, onde projecta emitir títulos de dívida pública, nomeadamente bilhetes e obrigações do tesouro com maturidade de 91 dias a 5 anos.

"Perspectiva-se um valor de aproximadamente 10 mil milhões de dólares e, relativamente ao mercado externo nós também pretendemos captar um volume muito parecido deste montante", anunciou Angélica Paquete, directora do departamento responsável pela gestão da dívida pública angolana. A intenção consta do plano anual de endividamento do Estado referente ao exercício económico de 2015, que, segundo a responsável, também se apresenta como uma oportunidade para que entidades privadas possam investir suas poupanças em algo que Angélica Paquete qualifica como sendo de contra partidas aliciantes, em função das taxas de juro oferecidas.

Aliás, como disse a responsável, alguns dos títulos a serem emitidos serão colocados no mercado indexados a taxa de câmbio, o que, de acordo com o administrador executivo da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), deverá representar uma grande mais-valia para os potenciais investidores.

"Significa que seria uma oportunidade para o cidadão comum se defender de uma eventual desvalorização da moeda", considerou Patrício Vilar, para quem também "isso será uma belíssima maneira do cidadão participar no esforço de financiamento do Estado nesta altura de incerteza do preço do petróleo".

Entretanto, a operação é projectada num momento em que o país regista uma redução acentuada nos seus níveis de receitas, devido a queda do preço do petróleo no mercado internacional, o que faz com que vozes mais cépticas do mercado não acreditem muito na possibilidade do Governo vir a concretizar, com êxito, o seu propósito.

Uma hipótese, entretanto, já afastada pela directora da área da Dívida Pública do Ministério das Finanças, que classifica o país como um mercado bastante sólido.

"Não obstante esta situação de relativa incerteza, nós temos plena certeza que essa situação no curto prazo não deverá afectar aquilo que é a pretensão em termos de captação de recursos no mercado interno e externo", garantiu Paquete.

Para já, as autoridades tencionam avançar com a primeira emissão de títulos de dívida muito brevemente, a começar pelo mercado externo, onde

se fará igualmente recurso a outros mecanismos de captação de financiamentos.

"Nós temos vários instrumentos", garantiu, antes de adiantar que no actual exercício fiscal prevê-se utilizar também instrumentos tradicionais como financiamento à exportação ou financiamentos comerciais.

No que toca ao mercado primário, a responsável afirmou que as condições estão criadas, com todas as facilidades asseguradas com vista a permitir o acesso dos investidores individuais junto do Banco Nacional de Angola (BNA), onde, segundo aquela funcionária, "cada um dos cidadãos pode participar com as suas poupanças", no esforço de financiamento do Estado.

O acesso dos investidores privados pode ser feito através de Bilhetes de Tesouro, de prazos mais curtos e com taxas de juro que variam entre os 4,5% e os 6%, num montante total a colocar pelo Estado equivalente a 402 mil milhões de kwanzas, de acordo com o que consta do plano anual de endividamento apresentado na segunda-feira, 09, em Luanda.

Abertos aos investidores privados estão igualmente as Obrigações de Tesouro, com maturidades de 2 a 5 anos, e taxas de juro de 7%, com o Estado angolano a prever neste ano arrecadar, nesta componente, mais de 480 mil milhões de kwanzas.

"Acreditamos que o nosso mercado é líquido e suficiente para colocarmos os montantes que se pretende para 2015", afirmou Angélica Paquete em declarações esta semana à comunicação social.

Mas, segundo o administrador executivo da entidade reguladora do mercado de capitais, para viabilizar o acesso do cidadão comum a participar em tal investimento, a ideia seria partir-se para a criação de mecanismos como fundos de investimentos mobiliários, que, na óptica de Patrício Vilar, tornariam os títulos do tesouro menos oneroso para o bolso do cidadão comum.

Ocorre, entretanto, a Comissão do Mercado de Capitais ainda não tem registado qualquer fundo neste sentido, com excepção de alguns fundos de investimentos imobiliário.

"Esta é a dificuldade de um mercado cuja precificação de um título é elevado", lamentou o representante do organismo que em Angola se encarrega de regular o mercado de capitais.

É que, como fez questão de explicar, um título de dívida pública tem um preço relativamente elevado. "Significa que não é qualquer cidadão que consegue

chegar ao balcão do BNA e comprar esse título", sublinhou.

Perante tal quadro, Vilar diz haver apenas uma solução para o problema: a criação de fundos mobiliário, que, segundo o responsável, "é um canal que envolve vários investidores de retalho, eles adquirem quotas deste fundo e este fundo, ele sim, vai investir nos títulos de tesouro".

4.7 Orçamento Geral vai à aprovação dos deputados

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2015

Texto: João Dias

O Orçamento Geral do Estado para o exercício económico deste ano vai ser discutido e aprovado, na generalidade, pelos deputados à Assembleia Nacional na próxima quarta-feira, depois de ter sido revisto em baixa pelo Executivo em função da queda do preço do petróleo no mercado internacional.

O debate é o ponto único da reunião plenária extraordinária, cuja agenda foi discutida ontem entre os líderes dos grupos parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e da FNLA e o Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

O líder do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, disse à imprensa no final do encontro que os deputados da maioria vão apoiar a iniciativa do Executivo que visa garantir a gestão económica e financeira. Segundo Fontes Pereira, o objectivo é manter algum ritmo de crescimento e sustentabilidade da economia face ao actual cenário da baixa drástica do preço do barril do petróleo no mercado internacional.

Virgílio de Fontes Pereira disse ser necessário que todos tenham consciência de que a revisão do Orçamento é necessária. "Ninguém de boa-fé pode contestar e pôr em causa as razões que estão na base da revisão do Orçamento", disse.

O líder do grupo parlamentar do MPLA lembrou que outros países também vivem uma situação de

instabilidade. Angola, segundo o deputado, não é o único país do Mundo que vive esta situação, lembrando que o momento é de ajustes.

O parlamentar sublinhou que o fundamental é manter o mínimo de estabilidade possível na execução dos projectos em curso no país, alguns dos quais estruturantes, mantendo a satisfação das necessidades em áreas como saúde, educação, assistência social, comunicações, energia e águas e outras áreas também prioritárias.

Fundo Soberano

O deputado do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, desvalorizou a preocupação da oposição parlamentar em incluir no debate revisto a contribuição do Fundo Soberano ao Orçamento Geral do Estado em tempo de crise.

"A questão que é colocada pela oposição serve para desviar aquilo que é essencial neste momento, que é a discussão do Orçamento. Vamos abordar a questão na generalidade e esta questão não traz consigo um debate sobre o Fundo Soberano", disse Fontes Pereira. O deputado defende que a preocupação actual deve incidir sobre o modo como o Orçamento pode estar estruturado com vista a manter o mínimo dos níveis de crescimento do país.

"As questões relacionadas com a inflação, níveis de crescimento e se há ou não uma incidência do Fundo Soberano relativamente ao Orçamento, são problemas de especialidade", referiu Fontes Pereira.

Reconhecimento do PRS

O PRS reconhece que o Orçamento, foi aprovado em circunstâncias difíceis, daí defender que o principal instrumento de governação seja revisto.

"O PRS tem uma posição concreta e vai exigir que se esclareça as reservas orçamentais que foram feitas durante os orçamentos decorrentes dos anos anteriores. Vamos questionar do que é feito do dinheiro do Fundo Soberano", disse Benedito Daniel.

País agrícola

O deputado Raul Danda, da UNITA, sublinhou que é tempo de começar a pensar em ter um país agrícola. Raul Danda lembrou que houve tempos em que o preço do barril já esteve muito baixo. "Nem por isso o país esteve a tremer pelas suas estruturas. É preciso realmente diversificar a economia para evitar que estejamos muito dependentes do petróleo. E preciso diversificar e vamos esperar que desta vez o Executivo siga conselho", notou.

O deputado referiu que a UNITA sempre abordou a questão do OGE de maneira pacífica, mas com realismo.

"Vamos discutir esse Orçamento em tempo de crise não declarada", considerou o deputado, que questionou o destino do dinheiro da reserva resultante do preço real da venda do barril de petróleo e o preço estabelecido no OGE durante estes anos.

Abandono da sala

O líder do grupo parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, retirou-se da reunião por entender que não era útil e revelou o seu descontentamento por considerar que o seu partido está excluído de participar na plenária extraordinária.

"Fomos surpreendidos com a convocação da discussão na generalidade da Lei de Revisão do Orçamento Geral do Estado no dia 25", indicou.

"Avisámos com 45 dias de antecedência que nos dias 24, 25 e 26 de Fevereiro tinham lugar as jornadas parlamentares da CA-SA-CE. E nada disso foi levado em consideração. Marcou-se a reunião para o dia 25 e não vamos poder participar", acrescentou André Mendes de Carvalho.

Sobre a revisão do OGE, André Mendes de Carvalho disse ser necessário, em primeiro lugar, esclarecer se há ou não crise, por via de informação necessária. O deputado disse que a posição da CASA-CE visa buscar posições que possam contribuir para a estabilidade económica do país.

Demolições em debate

A Assembleia Nacional volta a reunir em plenária ordinária nos dias 26 e 27, para discutir o tema "Demolições, direito à habitação e à qualidade de vida". O tema é proposta do grupo parlamentar da UNITA.

4.8 Deputados da Oposição preocupados com redução de despesa no OGE rectificativo

Jornal Expansão

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Nelson Rodrigues

Os deputados da oposição ao Governo manifestaram-se contra algumas alterações

observadas no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 rectificativo designadamente nos sectores da

Educação, Saúde e Defesa-, que foi entregue nesta semana aos deputados, e aguardam explicações sobre as medidas seguidas para a sua elaboração.

O OGE 2015 rectificativo foi entregue à Assembleia Nacional na semana passada e revê a meta de crescimento do PIB para 6,6%, contra os 9,7% anteriormente previstos, para além de 'cortar' em mais de 25% a despesa e rever o preço médio de referência para as exportações do barril de petróleo de 81 USD para 40 USD.

Mas só nesta semana o documento esteve disponível para alguns dos deputados, nomeadamente os da oposição, que se queixam da falta de tempo para preparar as discussões sobre o 'novo' instrumento de política económica e fiscal do País.

Ao Expansão, o líder parlamentar do Partido de Renovação Social (PRS), Benedito Daniel, considerou "problemática" a revisão efectuada, alertando que os 'cortes' realizados vão ter consequências futuras.

"Este Orçamento [rectificativo] não deixa de ser problemático. Acho que o OGE que vai mudar já traz alguns 'cortes', que são muito substanciais", disse o político, indicando os sectores da Educação e Saúde como as rubricas mais afectadas.

De acordo com o chefe da bancada parlamentar do terceiro maior grupo político da oposição, não são apenas as reduções das despesas que "preocupam" os deputados do seu partido.

"São também necessários esclarecimentos" aos deputados e ao País sobre as medidas tomadas, sobretudo pelo 'corte' de cerca de 14 mil milhões Kz na despesa.

Este valor é "muito significativo", disse, lembrando já ter "alertado, na altura da elaboração, que não estava sendo um orçamento realista, porque a base pela qual estava sendo elaborado não era real". O OGE rectificativo, afirmou, acaba por "dar razão" aos receios. Agora, acrescenta, estão [o Governo] "a rever o Orçamento logo no segundo mês do ano", criticou.

A quebra do preço do petróleo está a motivar a revisão do OGE, um processo que foi precedido de 'consultas', designadamente ao nível do MPLA. Também o Expansão, numa das suas recentes edições, ouviu economistas e consultores empresariais, que 'sugeriram' que o Governo fosse "prudente" nas previsões do preço do barril. O Executivo acabou por definir 40 USD como preço de referência para exportações do petróleo.

Sobre o assunto, o militante da FNLA considera que "é agora que o Governo tem de aplicar as reservas

orçamentais" e os recursos do Fundo Soberano de Angola (FSDA), para dar respostas ao "actual momento de crise".

Partido queixa-se do tempo Também a UNITA está preocupada com o Orçamento. Mas foi o tempo de entrega do OGE aos deputados que mais 'mexeu' com os políticos do 'Galo Negro'. Segundo o seu líder parlamentar, Raul Danda, "o OGE foi entregue apenas ontem [terça-feira, dia 17] e isto, certamente, dificultará a análise dos novos dados apresentados neste 'novo' Orçamento", lamentou.

O deputado, que prefere só falar das alterações ao OGE após analisar o documento, espera que o Executivo esclareça e fundamente todas as medidas tomadas para a sua elaboração.

Já para Lindo Bernardo Tito, vice-presidente da CASA-CE, o Governo "não tinha outra solução senão a revisão do Orçamento", e o deputado aponta a redefinição das políticas públicas, as despesas orçamentais e a corrupção como os indicadores para a revisão orçamental.

"O titular do poder executivo não tinha outra solução que não a revisão do OGE 2015. Durante o debate do OGE 2015, produzido na Assembleia Nacional, propusemos a devolução do documento, que não era realista nas projecções do preço do petróleo Brent no mercado de Londres" disse o político.

Por outro lado, Bernardo Tito considerou que, face ao actual comportamento da economia do País, a revisão do OGE deve focar-se nas despesas com bens e serviços, que, na opinião do político, "devem ser reduzidas", além de se apurar "quem são os reais beneficiários de alguns salários".

"O problema com 'fantasmas' incide mais sobre os sectores da Educação, Saúde, Antigos Combatentes, Polícia Nacional, Forças Armadas e Administrações Municipais", apontou o político.

4.9 Impacto provincial

Novo Jornal

20 De Fevereiro de 2015

Um país de extremos

Os cerca de 24 milhões de angolanos estão distribuídos de forma muito desigual pelo território nacional. Numa comparação entre municípios

verifica-se que os valores vão de pouco mais de 2 milhões, em Luanda, a 3,5 mil em Nancova, na província do Kuando Kubango. Considerando que os municípios têm dimensões muito diferentes, é de comparar as densidades populacionais: 23.307 pessoas por quilómetro quadrado no Cazenga - uma densidade semelhante à de Calcutá, na Índia e 0,3 pessoas por quilómetro quadrado ainda em Nancova e também nos Luchazes, província do Moxico. Embora seja evidente que há um conjunto de factores por detrás destas enormes diferenças na concentração da população angolana, uma questão importante é a de saber em que medida o investimento público joga um papel nessa diferença. Ou, colocado de outra forma, em que medida o orçamento responde às diferenças territoriais contribuindo para as atenuar ou se, pelo contrário, contribui para as agravar?

Para se fazer a análise referida foram utilizados dados do INE - Instituto Nacional de Estatística (IBEP (2008-09) e Censo de 2014) e o OGE 2015.

Comparação entre províncias

Tendo em conta apenas a parte do OGE que é administrado pelas províncias, calculando o quociente de localização do OGE (a razão entre o OGE per-capita da província e per-capita nacional) nota-se que Cuanza-Norte é a província mais "beneficiada" com um valor per-capita que é 3,45 vezes maior do que a média per-capita nacional (o que ciente de localização nacional = 1). O Cuanza Sul com um quociente de localização de 0,55 é a Província menos "beneficiada" recebendo em proporção da sua população um orçamento de cerca de metade do que deveria receber para ter um per-capita igual ao da média nacional.

Usando este critério, Bengo (2,74), Kuando Kubango (2,55), Zaire (1,99) e Namibe (1,62) são, além do Cuanza Norte estão entre as províncias mais "beneficiadas". Por outro lado, além do Cuanza Sul, a Huíla (0,62), Huambo (0,67), Uíge (0,70) e Kunene (0,77), estão abaixo da média nacional. As restantes estão em torno da média, com destaque para Luanda que se situa na média nacional per-capita.

Para completar esta análise seria importante ter informação sobre como se distribuirão os 72% do orçamento que serão controlados centralmente.

Recomendações

O OPSA e a ADRA registam como positivo o facto de a 5a Comissão Parlamentar convidar organizações da sociedade civil para apresentarem as suas opiniões sobre o OGE. Porém, torna-se necessário encontrar mecanismos que permitam o acompanhamento das

recomendações aceites. O OPSA e a ADRA apresentaram nos últimos anos algumas sugestões que podem ser consideradas de dois tipos: Um que tinha a ver com o OGE propriamente dito, na perspectiva da introdução de correcções, antes da sua aprovação na especialidade, e outro que tinha a ver com aspectos processuais, a ser retidas para o próximo futuro.

Reconhecendo que o OGE 2015 acolheu várias das contribuições apresentadas esperamos que estas opções mantenham de forma coerente a mesma tendência no OGE dos próximos anos. Por isso, OPSA e a ADRA, no espírito construtivo de que têm dado mostras, continua a insistir em grande parte delas, com as adaptações julgadas convenientes.

Generalidades

O OGE deve ser disponibilizado na internet para permitir o seu conhecimento e consulta pelos cidadãos e para permitir alimentar o anunciado diálogo entre o Estado e a sociedade;

Tão logo apreciada pelo Conselho de Ministros a proposta do OGE deve ser pública e acessível para permitir que os diferentes interessados a possam consultar, discutir e propor contribuições junto dos diferentes grupos parlamentares;

A Assembleia Nacional, através da 5a Comissão, deveria assumir um papel mais activo na preparação do OGE de cada ano, iniciando um processo de discussão das grandes suas linhas orientadoras, com a participação da sociedade civil a todos os níveis do território, em tempo que permitisse uma "orientação" ao Executivo antes de este iniciar a elaboração das suas propostas para aprovação do seu Titular. Deste modo, o OGE poderia, de forma gradual, vir a ser um documento mais consensual que reflectisse as preocupações do conjunto da sociedade.

Continuar a acentuar-se a descida gradual dos subsídios aos combustíveis, canalizando os valores "libertados" para outras rubricas do sector social; Continuar o reforço das dotações com educação e saúde, em detrimento das despesas com defesa, segurança e ordem pública; Continuar a manter/reforçar o peso a componente de Serviços de Saúde Pública dentro do sector da Saúde.

Aumentar as verbas atribuídas à educação pré-escolar e à infância em geral, bem como melhorar o desequilíbrio entre a educação superior e a secundária, pois só desse modo se poderá melhorar a qualidade do ensino e preparar os quadros do futuro, incluindo os de nível universitário;

Cuidar que as verbas atribuídas aos programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas tenham em conta a importância da Agricultura em termos de emprego ou ocupação de mão-de-obra e na segurança alimentar;

Aumentar as verbas destinadas à assistência técnica aos agricultores e criadores de gado e à investigação agrária, criando programas adequados;

Na realidade, justificar-se-ia um estudo independente que permitisse a avaliação dos investimentos públicos até agora feitos no sector para se poder avaliar a sua eficácia e a sua eficiência.

4.10 Investimento público é a despesa que sofre maior corte em 2015

Jornal Expansão

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

Em 2015, o investimento público vai sofrer um 'corte' de mais de 50% face a 2014, de acordo com a proposta de lei de revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2015, entregue dia 12 de Fevereiro, quinta-feira, na Assembleia Nacional, e a que o Expansão teve acesso.

A verba inscrita no OGE 2015 revisto para aquisição de activos não financeiros que, grosso modo, corresponde ao investimento não ultrapassa os 622,1 mil milhões Kz, que, comparados com 1,4 biliões Kz da estimativa de execução do OGE 2014, corresponde a um 'trambolhão' de 56,3%.

Dos 622,1 mil milhões Kz orçamentados para a aquisição de activos não financeiros, 600 Estimativas e projecções a partir de 2014 Fontes: OGE 2015 (R) mil milhões dizem respeito ao PIP, acrónimo de Programa de Investimentos Públicos, que cai 37,4% face aos 959,2 mil milhões Kz estimados para a execução de 2014.

Quando bem seleccionado, bem projectado, bem adjudicado, bem executado, bem fiscalizado e bem mantido, o investimento público é considerado pelos economistas como boa despesa, devido ao seu efeito reprodutivo ao longo de vários anos. Isto por oposição à 'má despesa', constituída pelas despesas correntes - somatório dos salários, bens e serviços,

juros e transferências correntes, como subsídios e prestações sociais -, cujo efeito praticamente se resume ao ano em que são realizadas.

No seu conjunto, a má despesa sofre uma queda de apenas 11,9%, de 3,3 biliões Kz em 2014, para 2,9 biliões Kz, este ano. As despesas com pessoal sobem 14,9%, para 1,5 biliões Kz, e os juros dão um 'salto' de quase 63% para 231 mil milhões Kz.

As transferências correntes e as despesas com bens e serviços fazem o caminho inverso. Começando por estas últimas, o Estado vai gastar quase 700 mil milhões Kz em bens e serviços em 2015, menos 36,7% do que o gastou em 2014. Quanto às transferências correntes sofrem um 'corte' de mais de 37% para 451,2 mil milhões Kz, explicado, sobretudo, pela queda dos subsídios, que dão uma queda de 67,7%, para 154,3 mil milhões Kz.

Para o forte recuo dos subsídios concorrem os dois aumentos de combustíveis, de Setembro e de Dezembro de 2014, aliados à baixa do preço do petróleo.

Em 2015, a despesa global sem activos financeiros, que corresponde à soma das despesas correntes e da aquisição de activos não financeiros, ascende a 3,5 biliões Kz, uma quebra de pouco mais de 25% face às estimativas para 2014.

Outra perspectiva sobre a despesa é analisá-la nas ópticas funcional e regional. Em 2015, o sector social é o que dispõe de maior 'envelope' financeiro - 1,8 biliões Kz, correspondentes a 32,5% do total. Comparando com 2014, o peso do social sobe 2,5 pp. Contudo, em valor absoluto regista-se uma quebra das despesas com o sector social em 18,5% de 2,2 biliões no ano passado, para os referidos 1,8 biliões no ano em curso.

As duas rubricas mais importantes do sector social, educação e saúde, registam evoluções contrárias. Enquanto as verbas com a educação aumentam 4,6%, para 468,3 mil milhões, em 2015 face ao orçamentado em 2014 Kz, as da saúde fazem o caminho inverso, com um recuo de 14,5%, para 269,8 mil milhões Kz. Em percentagem do total, o peso da educação sobe 2,3 pp, para 8,6%, e o da saúde também sobe 0,6 pp, para 4,9%.

No conjunto, em 2015, educação e saúde valem 13,5% da despesa total, enquanto a defesa e segurança consome 15,5% dos recursos totais. Regressa assim a tradição - que tinha sido quebrada no OGE 2015 inicial de o País gastar mais em defesa e segurança (847,3 mil milhões Kz, menos 29% do

que em 2014) do que em educação e saúde juntas (738,1 mil milhões Kz, menos 3,2%).

A função do Estado que sofre maior queda é a dos assuntos económicos, cujo orçamento cai 59%, para menos de 600 mil milhões Kz. Em termos de peso, também recua em quase 9 pp, de 19,6% em 2014 para 10,7% em 2015. A rubrica dos assuntos económicos que maior 'corte' sofre é a dos transportes, cujo orçamento recua 75%, para 68,8 mil milhões Kz. Ainda nos assuntos económicos, destaque para a quebra das verbas destinadas à agricultura, silvicultura, pesca e caça, que baixam 43,2%, para 34 mil milhões Kz.

Se as despesas sem activos financeiros caem pouco mais de 25% em 2015 face a 2014, as receitas deverão registar uma queda de quase 40%, ao passarem de 4,3 biliões Kz no ano passado, para 2,7 biliões no ano corrente.

A culpa é da baixa do petróleo

Na revisão do OGE 2015 o Executivo considerou um preço do barril de 40 USD, que compara com 104 USD em 2014 - no documento entregue na AN também consta como preço do barril no ano passado 96,9 USD. No ano em curso, deverão entrar nos cofres do Estado cerca de 1 bilião Kz de impostos petrolíferos, menos 64,9% do que os 3 biliões entrados em 2014.

O resultado de uma redução nas despesas inferior à quebra nas receitas é o agravamento do défice orçamental, que mais do que duplica, ao passar de 360,1 mil milhões Kz em 2014, para 806,5 mil milhões Kz em 2015. Em percentagem do PIB, o 'buraco' orçamental sobe 3,9 pontos percentuais, de 3,1% do produto para 7%.

A 'derrapagem' orçamental só não é maior, porque a quebra nos impostos petrolíferos foi, em parte, compensada pela subida dos impostos não petrolíferos, que aumentam 27,4%, para 1,4 biliões kz. O Governo justifica o crescimento com os resultados da reforma fiscal.

É a primeira vez desde que foi alcançada a Paz que os impostos não petrolíferos superam os impostos petrolíferos. Analistas desvalorizam o facto, justificando que tal se deve mais à descida do petróleo e menos a uma efectiva diversificação das receitas públicas. De realçar ainda que, em anos anteriores, as previsões de receitas petrolíferas têm pecado por defeito e as não petrolíferas por excesso.

4.11 Um terço do OGE revisto vai para despesas sociais

Jornal O PAÍS

20 De Janeiro de 2015

As despesas sociais representam cerca de um terço das despesas totais inscritas na proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) para este ano, entregue no [mal da passada semana ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade dos Santos, pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa.

Além de continuar a conceder prioridade à componente social, a proposta de revisão do OGE confirma, declarou o ministro das Finanças, Armando Manuel, a 'manutenção das prioridades' em relação à despesa com a remuneração da função pública, bem como a garantia de funcionamento mínimo das instituições, os investimentos financiados com recursos externos ou o funcionamento básico nos sectores da educação, da saúde, da assistência social e os órgãos de defesa e segurança.

Em resultado da quebra do preço do petróleo, o peso da receita petrolífera no conjunto da receita fiscal deverá cair dos 70% verificados em 2014 para 36,5% este ano. A receita total cai de Kz 7,2 biliões para Kz 5,4 biliões. O défice estimado desce em relação ao inscrito no OGE ainda em vigor - de 7,6% do PIE para 6,2% do PIB.

A meta para o crescimento do PIB é revista em baixa, passando de 9,7% para 6,6%. O OGE revisto projecta para o sector petrolífero um crescimento de 9% (correspondente à produção de 1,835 milhões de barris de petróleo em média diária) e para não petrolífero um crescimento de 5,3%.

Risco soberano estável

A agência de classificação de risco Standard & Poor's, no âmbito da 6ª avaliação anual para a revisão do risco soberano de Angola, reafirmou a perspectiva estável para Angola.

A agência de classificação de risco reconhece assim os 'buffers' substanciais disponíveis que permitem ao Governo e à autoridade monetária controlarem o impacto prolongado da queda do preço do petróleo.

Entretanto, devido à queda acentuada do preço internacional do petróleo nos últimos meses, e à alteração da perspectiva de preço estrutural do barril de petróleo no médio e longo prazo, a agência reviu em baixa a componente referente à dívida pública em moeda estrangeira de BB- para B+. Já para a componente referente à dívida pública em moeda nacional, manteve-se a notação de B.

O Ministério das Finanças lembra que se trata de uma decisão 'essencialmente justificada' por uma variável exógena aos indicadores de gestão macroeconómica nacionais, te assinala que, tal como Angola, outros países igualmente produtores de petróleo como o Cazaquistão, Rússia e Venezuela, viram as respectivas avaliações revistas em baixa.

FMI bem impressionado

O chefe de uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) de visita a Luanda, onde teve reuniões de trabalho com membros do Executivo mostrou-se 'bem impressionado' com a reacção das autoridades à quebra do preço do petróleo. "Estamos muito bem impressionados com a reacção rápida das autoridades ao proporem um projecto revisto do orçamento para 2005, com um preço do petróleo mais em linha com o que está acontecendo no mercado hoje em dia", indicou Ricardo Velloso.

Para o responsável do FMI, que chefia o departamento da organização para África, trata-se de é um período duro que Angola e os angolanos vão passar (em 2015), mas infelizmente é necessário este tipo de ajuste que está sendo feito, principalmente na parte fiscal'. Ricardo Velloso considerou que 'Angola tem um futuro brilhante à sua frente e realmente é preciso passar por este ano difícil, de quebra rápida, inesperada e muito violenta do preço do petróleo'.

De acordo com informação do Ministério das Finanças, esta missão insere-se no artigo IV do Acordo Constitutivo do FMI, que prevê a avaliação regular da política económica dos Estados membros para 'averiguar se esta é compatível com a estabilidade do sistema monetário internacional'.

4.12 4.12 Deputados votam hoje orçamento revisto

Jornal de Angola

25 De Fevereiro de 2015

Texto: Adelina Inácio

Os deputados votam hoje na generalidade a proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado, abrindo caminho para o documento começar a ser discutido nas comissões de especialidade com os membros do Executivo.

A descida significativa do preço do petróleo no mercado internacional afectou as receitas do Estado e diminui a capacidade do Executivo de realizar despesas públicas e de financiar a economia. O Executivo justifica os motivos do ajustamento das receitas e da despesa com a necessidade de manter as prioridades como as remunerações do pessoal, garantir o funcionamento mínimo das instituições e os investimentos financiados com os recursos externos.

O funcionamento básico dos sectores da Saúde, Educação, Assistência Social e os órgãos de defesa e segurança está assegurado. Na sessão de hoje, está confirmada a ausência dos oito deputados da CASA-CE, que realiza até amanhã as suas jornadas parlamentares.

A coligação já anunciou que considera necessária a revisão do Orçamento, apesar de questionar a alocação de verbas em algumas rubricas. O deputado da FNLA Lucas Ngonda disse que o orçamento revisto "salva vidas", pois "o povo tem de continuar a viver, os compromissos do Estado têm de ser assumidos". O presidente da FNLA pede "a aplicação racional do Orçamento revisto para poder servir os interesses" que se pretendem salvaguardar. O presidente do grupo parlamentar do PRS, Benedito

Daniel, reconhece a crise provocada pela baixa do preço do petróleo, mas afirma que vai exigir do Executivo explicações sobre as reservas do Estado e do Fundo Soberano.

Dados da revisão

Na proposta hoje em debate, barril de crude para exportação desce de 81 dólares, do orçamento ainda em vigor, para 40 dólares, mas mantém a perspectiva de produção diária de 1,835 milhões de barris de petróleo.

O sector deve crescer 9 por cento e o não petrolífero aumentar 5,3 por cento. O crescimento real do Produto Interno Bruto passa de uma previsão de 9,7 para 6,6 por cento, enquanto a inflação, na última previsão do Governo, passa de 7 para 9 por cento. A função social deve absorver um terço da despesa do OGE revisto. O peso da exportação do petróleo nas receitas fiscais deve cair dos 70 por cento de 2014 para cerca de 36,5 por cento este ano. Também está previsto um défice nas contas públicas de 6,2 por cento do Produto Interno Bruto contra os 7,6 por cento do Orçamento Geral do Estado ainda em vigor.

A revisão das contas públicas prevê a redução do total das receitas do Estado (receitas fiscais, patrimoniais e de endividamento) de 7,2 triliões para 5,4 triliões de kwanzas.

As despesas estão fixadas em igual valor, o que se traduz num corte global de 25 por cento em relação ao orçamento inicial.

Celeridade na aprovação

O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional garantiu celeridade dos deputados no debate e aprovação da proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado de 2015 entregue ao Parlamento.

Manuel Nunes Júnior afirmou que a Assembleia Nacional tem poderes para fazer as alterações que forem consideradas mais adequadas e pertinentes para que, com a maior celeridade, o documento possa ser aprovado para entrar em vigor em tempo oportuno e não prejudicar ou comprometer as acções e programas do Executivo.

O economista lembrou que um dos pressupostos fundamentais do Orçamento Geral do Estado para este ano, que é o preço de referência do barril de petróleo no mercado internacional, foi alterado, o que obriga a modificações nos níveis de receitas. "Por

isso, as despesas devem estar ajustadas ao novo nível de receitas", disse.

Na semana passada, o chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para Angola considerou "oportuna e inteligente" a proposta do Executivo de revisão do OGE de 2015, devido à descida "brusca" do preço do petróleo no mercado internacional.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Angop tem novas infra-estruturas

Jornal de Angola

06 De Fevereiro de 2015

Texto: Pedro Bica

O ministro da Comunicação Social, José Luís de Matos, inaugurou na quarta-feira, em Caxito, o novo edifício da Delegação da Agência Angola Press (Angop) no Bengo.

O moderno edifício, cujas obras começaram em 2010, tem equipamentos de última geração e enquadra-se na estratégia do Conselho de Administração da Angop que visa dotar as províncias de novas instalações e garantir melhor comodidade e maior desempenho dos quadros da Agência.

A infra-estrutura de dois pisos contempla redacção, gabinetes do delegado e do chefe de redacção, redacção, área técnica, sala de equipamentos, área administrativa e um cyber-café, numa área total de 357,968 metros quadrados. O primeiro piso alberga uma zona de 371,697 metros quadrados, onde foram construídas seis suítes, uma cozinha e uma ampla sala de estar. O segundo piso possui um terraço com 358,089 metros quadrados que pode servir de salão de conferências e de outras actividades. As obras de construção da delegação da Angop no Bengo orçaram em 2,098 milhões de dólares.

O administrador para Área de Informação da Angop, José Chimuco, disse que é objectivo do Ministério da Comunicação Social e da Angop garantir melhores condições de trabalho às províncias.

"A Angop é hoje uma referência em termos de fonte de informação, não só para os órgãos nacionais e estrangeiros aqui acreditados, mas para outros organismos, como Embaixadas", disse. José Chimuco lembrou que as condições postas hoje à disposição dos profissionais da Angop vão exigir uma maior e melhor resposta no trabalho, tendo realçado que cada província vai ganhar novas delegações, segundo a actual realidade financeira.

A par do Bengo, as províncias da Huíla e Benguela já possuem delegações modernas, e Malanje aguarda a qualquer momento a inauguração de novas infra-estruturas. O secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel da Conceição, e os vice-governadores do Bengo, José Campos Major e Domingos Guilherme, assistiram ao acto inaugural.

5.2 Distrito do Kilamba Kiaxi poderá passar à categoria de município

Novo Jornal

13 De Fevereiro de 2015

O DISTRITO URBANO do Kilamba Kiaxi voltará em breve a ter o estatuto de município, perfazendo o oitavo da Província de Luanda, informou ontem o porta-voz da reunião extraordinária do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social, Sebastião José.

A novidade saiu da reunião que, entre outras questões, apresentou o plano de actividades do Governo Provincial de Luanda (GPL) para 2015 e analisou o relatório de actividades realizadas em 2014.

De acordo com o director do gabinete provincial de documentação e imagem do GPL, a indicação do Kilamba Kiaxi para município, tem a ver com a extensão em si, do município de Luanda e do próprio distrito urbano.

"O governador informou aos membros do conselho que, o distrito urbano do Kilamba Kiaxi, actualmente pertencente ao município de Luanda, volta a ter o estatuto de município, com a configuração anterior, mas com algumas áreas que serão definidas por um diploma concreto", explicou, sem indicar data.

A Província de Luanda passou de nove para sete municípios, de acordo com a nova divisão administrativa aprovada no dia 26 de Julho de 2011 pelo parlamento angolano, que introduziu também mudanças nos municípios que integram a região do Bengo. A alteração foi aprovada na altura com 173 votos a favor e um contra.

De acordo com a nova organização territorial foram extintos os municípios do Sambizanga, Rangel, Maianga, Ingombota, Samba e Kilamba Kiaxi, tendo-

os incluído ao novo município de Luanda, com o estatuto de sede da província.

À província de Luanda foram ainda integrados municípios de Icolo e Bengo (com sede em Catete) e de Ouíçama (com a sede na Muxima).

Assim sendo, com a referida reformulação, a província de Luanda passa de sete para oito municípios, nomeadamente Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo, Viana, Belas, Ouíçama e Kilamba Kiaxi.

Segundo Sebastião José, nesse presente ano, o governo tem cerca de 315 actividades por desenvolver, orçadas em 45 mil milhões de Kwanzas, mas que sofrerão uma revisão, porque o orçamento do GPL será reduzido na ordem dos 52 por cento, em função da baixa do preço do petróleo.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Contornos de uma requalificação polémica

Jornal A Capital

14 De Fevereiro de 2015

Falta de informação e diálogo, estão a criar mal-estar entre os moradores do Bairro Operário, vulgo BO, em Luanda e as autoridades governativas. Apesar das diferentes intervenções de responsáveis dos vários níveis da cadeia administrativa de Luanda para acalmar os ânimos dos populares e/ou explicar o que de concreto se pretende com aquele bairro histórico, eis que o entendimento parece estar ainda distante.

Para além de evocarem má fé da parte dos responsáveis pela requalificação, os moradores, julgam que há uma intenção oculta por detrás do processo, pois, senão, as intervenções de requalificação do BO poderiam, muito bem, ser feitas como as que se fizeram no bairro Mártires do Kifangondo e, as que, actualmente, decorrem no bairro dos militares.

Nestes dois bairros a requalificação foi levada a cabo sem necessidade de desalojamento dos habitantes ou transferência dos mesmos para outras paragens. Daí questionarem os moradores do BO porque é que só eles é que devem ser transferidos.

Carlos Alberto morador do bairro há 45 anos, faz parte de uma Comissão criada para solucionar os problemas junto da Administração, já que, segundo os residentes a requalificação está a ser mal dirigida desde o primeiro momento.

"Quando tudo começou, as famílias foram chamadas para serem informadas sobre o processo que iria decorrer no bairro. Foi-nos apresentada uma maquete onde havia algumas facetas de como iria ser este processo. Muita gente ficou satisfeita, porque um dos princípios base era a permanência dos moradores no bairro", adiantou Carlos Alberto.

Só que, de acordo com este morador, as coisas viriam a mudar de rumo nas semanas seguintes. Pelo menos foi o que eles terão descoberto num outro encontro mantido com as autoridades administrativas locais.

"Certo dia fomos chamados à Aqua-Sambila onde nos reunimos com a Administração do Distrito do

Sambizanga e a Associação dos moradores para falarmos do processo", continuou, acrescentando que naquela reunião "eles explicaram, reiteradamente, como decorreria o processo, sem, em momento algum se terem referido à uma suposta ida dos moradores para o Zango". De lá para cá muitas informações trocadas choviam, confundindo ainda mais as mentes dos moradores.

"Diziam que os moradores poderiam ficar descansados, que ninguém deixaria o bairro. Nunca se falou do Zango", o que deixou, de certa forma tranquilizados os populares, convencidos de que permaneceriam no bairro. Mas não tardou chegar a reviravolta.

"Começamos a ouvir dizer que iríamos para o Zango, até que saiu um comunicado no Jornal de Angola, a dizer que as famílias tradicionais iriam para o prédio, e as dos anexos para o Zango", facto 'que suscitou grande desacordo, "porque não fomos informados com antecedência".

Os moradores com quem o A Capital falou mostraram-se cépticos pois desconfiam que no Zango para onde eventualmente poderão ser transferidos não há condições de habitabilidade.

Confessam não estarem contra a requalificação, contudo, têm uma condição: "só queremos que se faça um trabalho inclusivo, e que isso signifique permanência no nosso bairro".

6.2 É o que diz a Administração

Jornal A Capital

14 De Fevereiro de 2015

No começo de tudo, a administradora do Distrito Urbano do Sambizanga, Mara da Silva Baptista Quiosa, havia explicado em exclusivo ao A Capital que o Sambizanga está num processo de requalificação Urbana, envolvendo as três comunas que o compõem, Por via disso, Mara Quiosa apelava a compreensão dos moradores Quanto a transferência das famílias. "O edifício foi construído no âmbito da requalificação urbana e, a Administração e a Associação dos Amigos e Descendentes do ao reuniram-se com a Comunidade, para dar explicações sobre o que está a ser feito", frisou.

Referindo-se aos possíveis litígios entre herdeiros, que diga-se, hoje são já é uma realidade, a administradora remetia a solução dos mesmos aos tribunais, tendo em conta que, "não podem ser três pessoas a responder pelo mesmo imóvel, ao mesmo tempo", "Como os processos no Tribunal são morosos, e para que a família não esteja ao relento, decidimos pôr o apartamento em nome do proprietário da casa, morto ou não. Os filhos entram na mesma, enquanto tratam da documentação", reforçou ao aclarar que "quando um dos filhos trouxe o documento passado pelo tribunal a dizer que ele é o «Cabeça do casal da família» ou o responsável pela herança, aí o documento deixa de estar em nome do pai. Passa para essa pessoa", Quem aparenta já ter tido acesso aos novos apartamentos é Ana Ribeiro, uma vez que disse à nossa reportagem que os mesmos não dispõem de dispensas e que as cozinhas são pequenas. Residente no bairro desde 1996 reprova a ideia de realojamento nos edifícios em causa. "Na cozinha não entra uma geleira. Nas nossas casas para além de marquises temos cozinhas espaçosas. Não podem chegar e, de repente atirarem-nos para os edifícios", reagiu, lamentando o facto de até idosos estarem a ser obrigados a irem para os prédios.

6.3 Colocação anárquica de placas publicitárias com os dias contados

Jornal O PAÍS

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Romão Brandão

O ambiente é repleto de placas publicitárias de diferentes tamanhos e algumas delas, inclusive, tapam aquelas que são mais importantes, como os sinais de trânsito, por exemplo. A colocação anárquica de placas publicitárias em muitas zonas da cidade capital é descontrolada e a poluição visual toma conta dos utentes da via, prejudicando principalmente os condutores.

A maior parte dos que adoptam essa estratégia fá-lo com o objectivo de anunciar a sua empresa e os respectivos produtos e serviços que vende/presta. O que muitos não sabem é que o fazem de forma ilegal e contribuem para a desordem publicitária, para a falta de estética e para a poluição visual.

Eduardo Zongo afixou a placa da sua empresa, anunciando o seu serviço de instalação e reparação de ar condicionado em viaturas, numa zona visível do bairro Palanca. O local é um triângulo em que (vê-se na foto principal) estão afixadas várias placas publicitárias e um sinal de trânsito que foi 'engolido'.

Aproveitou-se do facto, segundo ele, de já existirem outras placas naquele local, para colocar a sua também; tanto é que procurou fazer uma mais baixa que as demais. Disse que não pediu autorização à administração local e mostrou não ter conhecimento da existência de um documento que lhe autorize aplicar aquele tipo de publicidade.

O nosso interlocutor acredita que as outras empresas também não devem ter o documento invocado pelo nosso repórter, já que cada um coloca a placa como bem entender e no local que achar estratégico para sua empresa. "É só não tapar a publicidade do outro, porque senão alguém vai arrancar", acrescentou.

Identificado apenas por Alex, o gerente do salão de festas Lagoa Azul, localizado no bairro Morro Bento, fez saber que já arrancaram duas de suas placas publicitárias, dentre as quais uma luminosa, pelos agentes da fiscalização do distrito urbano da Samba, por estarem afixadas anarquicamente.

As placas que voltou a afixar, pelo que constatamos, não obedecem o padrão aplicado pelo governo provincial, mas aquele responsável enfatizou que só voltou a colocar tal placa porque a administração deu o aval ao dono do estabelecimento. Defendeu que a nova placa obedece o padrão da administração, pois os fiscais já não mais voltaram a arrancar.

"Eu fiz cerca de uma semana sem montar as placas por falta de licença. O meu chefe, depois que recebeu a licença, fez-me chegar o documento e só assim é que voltei a afixar. Hoje, estamos a procura dos jovens que levaram o placar luminoso porque não nos devolveram e custou-nos caro", disse o gerente Alex.

A ousadia dos anunciantes

Por outro lado, quem tem sido prejudicada com a colocação de lonas publicitárias no estabelecimento que gere é a Dona Neusa, gerente do Supermercado Nosso Super, localizado na paragem do Golf II. A grelha de vedação do seu estabelecimento foi transformada num local de anúncio dos colégios, empresas de desinfestação e manutenção, festas e igrejas. Por estar próximo a uma paragem, o que faz

da zona muito movimentada e comercial, os anunciantes adoptaram a estratégia de publicitar por meio de lonas. As lonas perfuradas são afixadas na

grelha de vedação do supermercado e todas as semanas há urna publicidade nova.

"Tem sido um grande trabalho para nós", disse a gerente, "desde a existência do Super. Tentamos muitas vezes arrancar os cartazes, mas como fechamos o estabelecimento as 22 horas, eles voltam a colocar. Já nos cansamos".

A nossa interlocutora acredita que mesmo antes da estrutura do mercado estar pronta, os anunciantes já utilizavam aquele local para colar os seus cartazes, o que faz com que fica difícil acabar com aquela prática. O mais agravante, acrescentou, é o facto de os anunciantes estarem a arrancar os cartazes promocionais do supermercado.

Quanto aos automobilistas, todos que foram contactados queixaram-se das mesmas coisas: a pouca visibilidade dos sinais de trânsito e da (entrada) saída de urna viatura em travessas que são 'tapadas' pela quantidade elevada de placas publicitárias.

6.4 Equipa de remoção de placas actua no 2º semestre

Jornal O PAÍS

20 De Fevereiro de 2015

Ainda não é do conhecimento da população, mas a representante do gabinete de publicidade adiantou que está a ser criada uma equipa específica para remoção de placas que forem colocadas anarquicamente.

"Se reparar, nas avenidas Ho chi Minh, 21 de Janeiro e Revolução de Outubro, a aglomeração de placas e painéis anárquicos já não se faz sentir, também porque são vias que já sofreram obras. Mas na periferia tem sido difícil, porque muitos ainda não estão informados sobre a legalização. Por isso vamos procurar sensibilizar antes", defendeu.

Antes da criação da equipa de remoção, o GPL, quando contactado pelas empreiteiras, tinha de contratar terceiros para fazer aquele trabalho. Deste modo, está prevista para o 2º semestre a actuação da equipa de remoção de placas do GPL.

Por seu turno, fez saber que todas as empresas que queiram colocar painéis têm de ter como objecto

social a publicidade e cumprir as regras - desde o material à colocação, até à taxa.

O outro grande problema de poluição visual tem sido os cartazes publicitários que são colados nas paredes. Quanto a isso, Vanúzia Sambo disse que o GPL já fez um trabalho para acabar com tal prática' mas não teve êxito.

O governo provincial não autoriza a colocação de cartazes em nenhuma parede, por isso já trabalhou em parceria com a antiga direcção da cultura e, inclusive, endereçou cartas às produtoras de eventos, de Modelo de placa indicativa do GPL modo a chegar-se a um consenso e acabar -se com aquela forma de poluição.

"Já aplicamos multas, mas mesmo assim não resultou. Contactamos as empresas e muitas dizem que não são elas que colocam, e que têm contactado terceiros. Entretanto, não nos demos por vencidos e outras medidas estão a ser tomadas para terminarmos com isso", reforçou.

Para finalizar, ajuntou também a proibição de colocação de cartazes e lonas em passagens aéreas. O que é autorizado apenas pelo governador, mediante requerimento por parte da empresa de publicidade, é a colocação de painéis.

6.5 Requalificação Boa vista

Jornal O PAÍS

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Neusa Filipe

Com objectivo de melhorar e requalificar os taludes ou encostas da Boavista e Sambizanga, tiveram início em Setembro de 2012, obras incluindo projectos de protecção e estabilização, arranjos exteriores e equipamentos sociais das encostas das referidas áreas, dotando-as desta forma, de arejamento arquitectónico e paisagístico.

Tal como fez saber a O PAÍS o director nacional de infra-estruturas públicas, engenheiro José Kai, no âmbito deste projecto foram realojadas cerca de mil famílias e atendendo a este elevado número e de

imoveis a expropriar, as duas fases do projecto (a primeira e a segunda), foram subdivididas da seguinte forma: o primeiro pacote que integra a zona da Boavista (Miramar) e o segundo pacote que integra a zona do Sambizanga.

O conjunto de obras que estão a ser feitas nos taludes da área do Miramar e Sambizanga, destacam -se a construção de muros em betão para a protecção das encostas; construção do acesso rodoviário e iluminação pública que irão facilitar a mobilidade do tráfego automóvel desde a zona da Boavista com ligações às áreas do Miramar, São Paulo, largam do ambiente e zona da Cuca.

A conclusão da primeira fase, segundo o engenheiro, está prevista para Outubro do ano em curso e as obras de construção estão a cargo da construtora portuguesa Soares da Costa ao passo que os serviços de fiscalização foram adjudicados a empresa Dar Angola Limitada.

"A fiscalização e Execução da primeira Fase deste Projecto foram aprovadas mediante os Despachos Presidenciais n.ºs 47/12 e 48/12 de 3 de Abril respectivamente, cuja designação contratual está assegurada no âmbito do programa de desenvolvimento do Executivo extensivo a todo o país, e o Projecto visa a protecção e estabilização, arranjos exteriores e equipamentos Sociais das encostas da Boavista e Sambizanga", afirmou o director.

José Kai acrescentou dizendo que, em paralelo a este projecto, esta em curso outro empreendimento de infra-estruturas cuja execução compreende a ligação entre o São Paulo e o Porto de Luanda, incluindo o viaduto no cruzamento entre a Avenida Lueje-Ya-Nkonda e as vias adjacentes ao Prédio do Livro.

6.6 Tem de obedecer o padrão do GPL

Jornal O PAÍS

20 De Fevereiro de 2015

A maioria das placas indicativas que estão nos locais inapropriados não foram autorizadas pelo governo provincial, porque todo processo de colocação é acompanhado pela equipa de fiscais, uma vez que existe uma medida definida. Se tiver num meio onde já existe muitas placas, o proprietário é aconselhado a não colocar a placa até que os homens da fiscalização indiquem um sítio melhor.

Na colocação de placas há que se ter em conta não apenas o tamanho como também a posição, para que não haja casos de publicidades a impossibilitar a visibilidade dos sinais de trânsito, por exemplo.

"Em locais onde há aglomeração de placas não são autorizadas pelo GPL, nós aplicamos multa, removemos a placa, mas volta e meia, colocam-na novamente. Muitas empresas construtoras, antes de as arrancar, nos têm contactado para saber se as placas são legais, mas quando verificamos nos nossos registos, constatamos que não", sublinhou a secretária-geral do Departamento de Publicidade do GPL, Vanúzia Sambo.

O padrão que têm há 3 anos comporta que o ferro que suporta a placa deve ter 3 metros de altura, o quadro com os dizeres deve ter 1 metro de comprimento e 0.33cm de largura.

Algumas empresas ainda não adoptaram o padrão actual, mas pelo facto de a licença ter a validade anual, têm sido orientadas a alterar. É uma estratégia, segundo a nossa entrevistada, que tomaram de forma a organizar, a embelezar a cidade e a não se constatar várias placas de diferentes medidas. Não obedecendo àquele padrão, o individuo incorre a uma multa equivalente a 100% do valor anual da licença que custa 2.252 kz. Mas a maioria das vezes o GPL procura remover a placa ou encaminhar o caso ao Gabinete Jurídico, por desobediência.

No processo de licenciamento de publicidade, o município deve apresentar os documentos exigidos pelo GPL que são: a cópia do alvará comercial, cópia do croqui de localização, cópia do DAR (Documento de Arrecadação de Receitas), fotografia do reclame ou amostra a legalizar e um requerimento em papel de 25 linhas.

Depois de reunir tais documentos, dá-se a entrada e num período de 48 horas o departamento de publicidade responde ao pedido. Se existir alguma dúvida em relação ao material de publicidade a ser usado o departamento manda uma equipa de vistoria, para certificar também se o local onde será colocada a placa é favorável.

6.7 Modernização deve respeitar a História

Jornal de Angola

25 De Fevereiro de 2015

Texto: Natacha Roberto

A modernização de Luanda deve respeitar os aspectos históricos da cidade, ao mesmo tempo que proporcione um ordenamento atractivo e organizado para o planeamento urbanístico do meio, afirmou o ministro do Urbanismo e Habitação.

José António da Conceição e Silva, que falava ontem em Luanda no ciclo internacional de Urbanismo, anunciou que o programa executivo de urbanização das cidades garante um crescimento ordenado, visando melhorar a qualidade de vida da população.

O ministro reconheceu a mobilidade urbana como um factor que provoca a perda da qualidade de vida dos cidadãos, pelo que defende novas acções para reduzir o impacto desse fenómeno. "O crescimento da população é um fenómeno mundial mas temos de prever para gerir, a urbanização dos espaços. É importante haver ampliação das cidades, mas deve acontecer de forma sustentada", sublinhou.

Para José António da Conceição e Silva, o êxodo rural emperra o crescimento de novas urbanizações e as acções públicas devem estar direccionadas para a construção de forma coordenada, propiciando um cenário mais sustentável.

O director nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo, Manuel Zaqui, defende um planeamento organizado que permita estruturar a cidade de forma peculiar, seguindo os aspectos únicos de cada centro urbano.

Valdemar Marques, administrador da empresa Teixeira Duarte, acredita que as acções do Executivo, voltadas para a construção de novas centralidades, melhora a imagem da cidade e promove um novo contexto de urbanização mais sustentável. "Temos acompanhado o crescimento urbanístico da cidade de Luanda desde 1969.

As nossas acções vão estar sempre direccionadas para o apoio ao Governo angolano na melhoria das infra-estruturas", referiu.

O administrador da Teixeira Duarte afirmou que a transversalidade do tema "Desenvolvendo as cidades do amanhã" permite reforçar as competências das instituições, empresas e profissionais nas área de

Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente. O ciclo internacional sobre o urbanismo encerra sexta-feira com debates entre especialistas de Angola, Portugal, Brasil e Moçambique e visou trocar ideias sobre o crescimento demográfico das cidades.

O ciclo visou ainda discutir a evolução económica, social, ambiental e tecnológica que origina a migração das pessoas aos grandes centros urbanos.

6.8 Imogestin abre postos para reclamação

Jornal de Angola

02 De Fevereiro de 2015

A Imogestin Informa num comunicado que abre hoje, nas centralidades do Kilamba e Cacuo, postos para atendimento de reclamações dos cidadãos que pagaram habitações nas centralidades de Luanda e não receberam as suas chaves.

O director comercial da Imogestin para os novos projectos habitacionais, Gilberto Monteiro, disse que nos postos são recebidas as reclamações das pessoas que não tiveram possibilidade de fazer as reclamações via Internet, que foram abertas no dia 15 de Janeiro e terminam a 27 deste mês.

"Quem já fez a reclamação através da Internet já não precisa de se deslocar aos postos de atendimento", afirmou. O objectivo é garantir comodidade aos clientes e evitar aglomerados desnecessários.

Gilberto Monteiro revelou ainda, segundo a Angop, que a Imogestin recebeu, desde 19 de Janeiro, mais de 3.800 reclamações, nos quatro endereços electrónicos: reclamacoeskilamba@gmail.com, reclamacoeskilamba@outlook.com, reclamacoescacuo@gmail.com, reclamacoeszango@gmail.com.

"Mais de metade destas pessoas já receberam as respectivas respostas, pelo que não devem comparecer nos escritórios que são abertos pela Imogestin na cidade do Kilamba e Sequele (Cacuo), pois não são atendidos, uma vez que já apresentaram a sua reclamação", disse.

Aos endereços anunciados, os cidadãos devem enviar a ficha de inscrição ou senha, comprovativo de depósito bancário, cópia do Bilhete de Identidade e cópia, caso tenha feito, da reclamação efectuada, para comprovar o processo instruído junto da Sonangol

Imobiliária e Propriedades (Sonip) e da Delta. "Após o termo dos prazos anunciados, a Imogestín faz o tratamento das reclamações recebidas e dá a conhecer aos interessados, por via electrónica ou por carta, a decisão sobre cada caso, no prazo máximo de 60 dias", refere.

Novas inscrições

O director comercial da Imogestín disse que as inscrições para venda de novas casas nos projectos habitacionais em Luanda e demais províncias só são abertas à medida que se verificarem a conclusão de habitações e após aprovação das novas regras de acesso pelo Executivo.

"Voltámos a informar todas as pessoas interessadas na compra de futuras habitações ou lojas comerciais na cidade do Kilamba e do Sequele (Cacuaco), que ainda não estão abertas inscrições para inscrições para esse efeito", disse, citado pela Angop. A Imogestín garante que todos os cidadãos e organismos que pagaram as habitações nas centralidades em Luanda e ainda não receberam as chaves vão receber os seus apartamentos.

Gilberto Monteiro disse que as entregas das habitações são efectuadas em função das datas de pagamento. "Quem pagou primeiro, vai receber primeiro", referiu.

A Imogestín assumiu a comercialização de imóveis nas centralidades do país, na sequência de um Decreto assinado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que pôs fim às actividades da Sonip nos domínios da gestão, construção, vendas e outras formas de transmissão de habitações, espaços comerciais e activos imobiliários de projectos que integram o Plano Nacional de Urbanismo e Habitação.

No Decreto, o Ministério do Urbanismo e Habitação é autorizado a assinar o contrato de prestação de serviços com a Imogestín, tendo em conta factores como o montante do investimento a gerir, como base para a determinação de um valor fixo mensal, o grau de sustentabilidade dos projectos alcançados de modo a assegurar a redução da exposição financeira do Estado, como elemento para a fixação de um valor variável a título de prémio de desempenho ou de taxa de sucesso a fixar numa base anual.

6.9 Cidade da praia de Santiago construída no Panguila

Jornal Continente

11 De Fevereiro de 2015

Em declarações hoje, segunda-feira, à Angop, o director da empresa Aluperfil-projectos e construções, Joaquim Júlio Antunes Fernandes, explicou que os trabalhos começam na primeira quinzena de Fevereiro, num espaço em que serão erguidos 200 fogos habitacionais da tipologia V2, V3 e V4. As obras compreenderão a reabilitação das vias de comunicações, armamentos, arborização, iluminação pública e outros serviços.

A Cidade Praia de Santiago terá uma zona multifuncional com serviços comerciais, piscinas, parque verde, escolas de ensino superior redes hoteleiras e um campo de gol.

6.10 Processo de entrega de moradias nas centralidades prossegue em Abril

Jornal Continente

11 De Fevereiro de 2015

O gestor deu essa informação numa conferência de imprensa promovida pela Imogestín, visando dar a conhecer que a empresa continua a receber reclamações de cidadãos que pagaram moradias e não receberam, mas apenas daqueles que nunca fizeram (reclamação).

Gilberto Monteiro avançou tal horizonte temporal para a entrega das habitações porque estima-se que até lá esteja concluído o processo de reclamações dos cidadãos nestas circunstâncias.

Gilberto Monteiro anunciou, igualmente, que a partir de dia 2 de Fevereiro próximo serão abertos, nas cidades do Kilamba e do Cacuaco, postos de reclamações destinados àquelas pessoas que ainda não fizeram nem pela Sonip nem pela Imogestín.

"Os cidadãos que não enviaram a ficha de inscrição ou senha, comprovativo de depósito bancário, cópia do B.I. e da reclamação efectuada, caso tenha, dentro do prazo que vai de 19 até 27 de Janeiro deste ano, poderão ainda efectuar pelos endereços reclamacoeskilamba@gmail.com; precisou a fonte.

Por outro lado, informou que há muitas reclamações de pessoas cujos nomes não constam da lista de 2.888 inscritos fornecidas pela Sonip à Imogestin, mas que toda reclamação está a ser respondida.

6.11 Imogestin ensaia novas metodologias

Jornal Economia e Finanças
13 De Fevereiro de 2015

A imobiliária Imogestin, responsável pela gestão das centralidades, novas urbanizações e de vivendas públicas, prevê reformular o planeamento de forma progressiva das habitações na província de Benguela, disse recentemente, o seu presidente do Conselho de Administração, Rui Cruz.

A informação foi avançada à imprensa, no final da visita de dois dias, que Rui Cruz efectuou aos municípios da Baía Farta, Lobito e Catumbela, para se inteirar do grau de execução das obras dos diferentes projectos habitacionais.

Dificuldades

Durante a visita nos respectivos projectos habitacionais, a delegação que movimentou os membros do Conselho da Administração da Imogestin constatou que existe um ligeiro atraso nas obras de construção dos equipamentos sociais,

Como medida para se ultrapassar as dificuldades constatadas nos projectos habitacionais da Baía Farta, Lobito e Catumbela, o PCA da Imogestin disse que dentro de 15 dias no máximo vai enviar para a província de Benguela técnicos especializados para repensarem o actual plano de infra-estruturas.

"Estamos a trabalhar para que os equipamentos sociais, como escolas, jardins infantis, serviços de saúde e de águas, saneamento e tantos outros, possam acompanhar o ritmo das obras das casas), disse.

Rui Cruz garantiu que o conselho de administração em parceria com o governo local está a trabalhar com

os técnicos no terreno, para que tanto as habitações do Lobito, Baía Farta e da Catumbela possam estar concluídas de forma faseada, para serem comercializadas ainda este ano.

Obras em curso

Disse que cada um dos projectos serão concluídos em três fases, dos 3.000 fogos do Lobito 700 terminam a execução em seis meses, no Luhongo (Catumbela) com cerca de 2.700 podem ser concluídos em sete meses.

Dos projectos da nova urbanização que visitou, os 1.000 fogos habitacionais no município da Baía Farta poderão ser concluídos até Novembro, por estarem em estado avançado de execução comparados aos outros.

Quanto às modalidades de comercialização, Rui Cruz não adiantou, porque aguarda-se por uma proposta que será apresentada ainda este mês ao Executivo.

Com base na vasta experiência que a Imogestin tem na gestão e comercialização das casas, não haverá possibilidades de um só cliente arrendar duas habitações, garantiu Rui Cruz, visivelmente seguro do que disse.

Benéficos Por sua vez, o director provincial de Benguela do Urbanismo e Habitação, Elmano Inácio disse à Angop, que 18.000 famílias do município do Lobito, poderão beneficiar de habitações que estão em construção, no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

De acordo com o responsável, que na companhia de outros membros do governo local que trabalham em conjunto com a Imogestin para ultrapassarem os constrangimentos que os empreiteiros enfrentam, o Estado angolano tudo está fazer para que algumas habitações conheçam o seu término ainda este ano, para serem comercializadas faseadamente.

. Considerou que as obras de construção dos fogos habitacionais decorrem num bom ritmo e cerca de 95 por cento das casas no município da Baía Farta estão concluídas.

Quanto as obras de construção dos três mil fogos no município do Lobito, Elmano Inácio, considerou que se regista um relativo atraso comparado ao da Baía Farta.

6.12 Os fundamentos do mercado imobiliário angolano parecem sólidos

Jornal Expansão

13 De Fevereiro de 2015

Vão procurar oportunidades apenas em Luanda, ou também noutras províncias?

Estando as nossas competências e o nosso enfoque nos mercados de escritórios e residencial, quer comercial quer corporativo, é natural que nos concentremos em Luanda. Contudo, poderá haver potencial para os sectores industrial e logístico aproveitarem os benefícios de se instalarem noutras províncias. Nesse caso, a nossa actuação será alargada para uma geografia mais abrangente.

Os preços dos imóveis novos, e também usados, têm vindo a cair paulatinamente em Luanda. Acredita que se atingiu uma bolha imobiliária? Os fundamentos do mercado imobiliário angolano parecem estar sólidos. A qualidade dos novos empreendimentos, tanto de escritórios como residenciais, está ao nível dos standards internacionais. O design, a construção e os acabamentos são tão bons quanto os que encontramos em qualquer um dos grandes mercados mundiais. O Governo merece ser reconhecido pelas melhorias visíveis nas infra-estruturas e por estabelecer parcerias com empresas privadas de forma a alcançar resultados extraordinários' de que é exemplo a Baía de Luanda. É provável que o crescimento das rendas abrande, mas é difícil de prever por quanto tempo. Na minha opinião, será mais um realinhamento do que o rebentar da bolha, e a recuperação irá reagir rapidamente à melhoria das condições económicas.

Como antecipa a evolução do mercado imobiliário angolano em termos de preços?

Os mercados em desenvolvimento enfrentam períodos distintos de falta de oferta e excesso de procura, para depois progredirem para um estado de excesso de oferta e falta de procura. Tendo em conta o período relativamente curto de recuperação desde a guerra, o potencial de Angola e o facto de não ser possível prever como deveria ser o equilíbrio entre a procura e a oferta, haverá períodos de ajustamento de rendas até a dimensão do mercado ficar determinada. Obviamente, quando existe pouca oferta, as rendas são altas, e quando existe excesso de oferta, as forças do mercado conduzem a uma descida das rendas. Serão precisas décadas para atingir a evolução

necessária para alcançar rendas de mercado viáveis e adequadas.

Como encara a intervenção do Governo no imobiliário de vulto?

Pelo que consegui observar, repito, o Governo merece ser reconhecido por dinamizar um verdadeiro desenvolvimento. Existem poucos investidores privados dispostos a arriscar no desenvolvimento de novas cidades, sobretudo devido à escala de investimento necessário. A antevisão e o investimento do Governo podem proporcionar o impulso para o desenvolvimento da fronteira sobre a qual o sector privado poderá construir o futuro. Acredito que as iniciativas do Governo estimulam oportunidades futuras para players privados.

Comparativamente a outros mercados, quer em África, quer na Europa ou América, em que estágio está o angolano?

É difícil comparar o mercado imobiliário angolano com outros mercados em África. Cada mercado tem um conjunto único de factores que têm de ser meticulosamente considerados antes de comparar rendas ou a atractividade para investidores. Tradicionalmente, os mercados mais activos no continente são Nigéria, África do Sul, Quênia, Egipto e Marrocos. Existem grandes perspectivas de Angola vir a ser incluído neste grupo. Como mencionei antes, a qualidade dos novos empreendimentos coloca claramente Angola nos três melhores. Os resultados alcançados na indústria imobiliária angolana precisam agora de ser complementados pela evolução de um sector de serviços sofisticado. Está na altura de promover o potencial de Angola junto de investidores e ocupantes em todo o mundo.

6.13 Relatório indica escassez de infra-estruturas básicas em Luanda

Jornal Expansão

13 De Fevereiro de 2015

Texto: Estêvão Martins

Necessidade de implementação de infra-estruturas básicas no centro da cidade de Luanda é uma das características essenciais do sector imobiliário nacional, sendo um tema de difícil resolução, podendo a prazo limitar novos projectos imobiliários na zona.

A conclusão vem expressa no mais recente Relatório do Mercado Imobiliário referente a 2014, publicado recentemente pela Abacus, empresa ligada à consultoria imobiliária, em parceria com a Jones LaSalle, empresa do sector financeiro e imobiliário.

O informe de 27 páginas refere que a existência de processos burocráticos e bastante complexos, embora se assista algum progresso na inscrição nas finanças e os registos prediais definitivos dos activos imobiliários são outras das características do sector imobiliário nacional.

Segundo os mentores do relatório, em determinados segmentos do País se vem assistindo a um aumento da oferta, assim como à existência de poucos terrenos com escritura colonial registada (de posse plena).

Insegurança jurídica na transmissão da propriedade, especialmente da terra, falta de terrenos licenciados no centro da cidade, bem como a ausência do ordenamento do território e de planos directores para as cidades (pese embora estejam a ser realizados esforços nesse sentido pelas entidades responsáveis) fazem parte das características do sector.

Por outro lado, uma vez que as universidades nacionais não produzem entretanto recursos humanos suficientes para o forte crescimento económico que se verifica no País e nas empresas, inclusive do sector imobiliário, a solução passa por recursos humanos expatriados, de acordo com o relatório.

É na província de Luanda, indica o documento, que continuam a centrar-se os principais pólos imobiliários do País, pese embora em outras localidades, numa escalada impossível de comparar, como as cidades do Lobito e Benguela, Soyo e Cabinda, possam vir cirurgicamente a desenvolver-se novos projectos imobiliários, sempre alicerçados no investimento produtivo.

O quinto relatório sobre o Mercado Imobiliário de Angola refere igualmente que o mercado nacional imobiliário continua num excelente ritmo de crescimento, atestado pela exigência dos clientes/utilizadores dos activos imobiliários.

Esta exigência, revela o documento' resulta de um limitado aumento da oferta em alguns segmentos de mercado.

Mercado residencial Entretanto, o Relatório do Mercado Imobiliário indica ainda que o mercado residencial em Luanda continua bastante activo, fundamentalmente quando comparado com os outros mercados internacionais.

Os mentores escrevem ainda que seestimaqueem2014 tenham sido construídos 600 apartamentos na província de Luanda.

"Hoje os compradores exigem os produtos finais concluídos para a tomada de decisão, sendo que para esta mudança muito contribuiu a não conclusão de alguns projectos imobiliários a nível nacional", lê-se no estudo.

Esta exigência por parte dos clientes prende-se igualmente com a desilusão de algumas áreas físicas dos espaços que terão sido comprados em plantas, invariavelmente considerados de pequena dimensão aquando do seu acabamento.

A investigação nota ainda que o negócio da promoção imobiliária mudou radicalmente, com uma banca muito mais exigente, muitas vezes apoiada por peritos externos na execução dos business-plans financeiros do negócio.

Assim sendo, informa a análise, os promotores tomaram consciência de que têm de aplicar mais capital próprio ao negócio, característica a que não estavam habituados, dado que o volume de vendas em planta é hoje reduzido, tornando-se decisivo o apoio de profissionais na componente comercialização e marketing. Ou seja, avança-se para o normal modelo de negócio internacional no sector imobiliário.

Outra constatação dos promotores imobiliários, de acordo com o relatório, tem que ver com a grande mudança que afecta transversalmente o mercado imobiliário nacional, incluindo os próprios promotores, banca, consultores e todos os seus agentes.

A pesquisa observa também que o mercado deixou de ser, na sua generalidade, de clientes nacionais, passando para clientes e empresas internacionais, que preferem o arrendamento à compra do imóvel.

6.14 Build Angola: sonhos frustrados

Semanário Angolense

14 De Fevereiro de 2014

Texto: Ilídio Manuel

O sonho de muitos angolanos possuírem casa própria no projecto habitacional Bem Morar deu lugar a uma série de frustrações e desilusões.

Quando, no início de 2010, os responsáveis do projecto prometeram construir cerca de quatrocentas residências, no espaço de quatro a doze meses, na zona do Benfica, no actual município de Belas, os interessados estavam longe de imaginar o enorme engodo.

Paulo Sodré, presidente do Conselho de Administração do Buil Angola prometera a 6 de Julho daquele ano que um condomínio fechado estava a ser construído naquela zona e que o mesmo comportaria casas térreas, vivendas de um piso e prédios com apartamentos do tipo T3 e T4, numa área de 20 hectares.

De forma a «adocicar» os apetites dos candidatos à compra de vivendas, anunciara que o mesmo comportaria três quilómetros de ruas asfaltadas no seu interior, paisagismo em áreas comuns, campos desportivos, piscina, churrasqueira, lojas comerciais, entre outros serviços. Um verdadeiro sonho, como se um paraíso se tratasse.

Curiosamente, sem esclarecer as modalidades de pagamentos anunciara que os preços iriam variar entre os 179 e os 297 mil dólares norte-americanos. Este jornal apurou que muitos dos interessados efectuarem o pagamento das casas na sua totalidade, alguns dos quais na perspectiva de que as receberiam no mais curto espaço de tempo.

O brasileiro actualmente foragido da justiça angolana prometera também, na ocasião, que os beneficiários receberiam em tempo útil toda a documentação que fizesse prova de que eles eram os titulares legais dos empreendimentos.

Além de Luanda, o projecto «Bem Morar» foi igualmente lançado em 2011 na província do Huambo, onde seriam construídas habitações do tipo T3, T4-88 e vivendas de um andar, apartamentos T3 e T4-121, na localidade (Caála), a 16 quilómetros da sede provincial.

Dados disponibilizados na altura davam conta que no Huambo seriam construídas, numa primeira fase, 39 casas térreas «T3 e T4-88 de 139 metros quadrados» e 66 vivendas de um andar «T3 e T4-121 de 198 metros quadrados».

A moradia mais barata do projecto, do modelo T3, estava orçada em 158 e a mais alta em 400 mil dólares norte-americanos, podendo ser paga em parcelas ao longo de um ano, desde que fosse liquidado 35% do seu valor global.

Além dos atrasos na execução das obras, um dos factores que levantou algumas suspeitas tinha a ver com uma alegada falta de seriedade dos promotores

do projecto, já que eles, num curto espaço de tempo, mudaram em três vezes a denominação da empresa imobiliária.

Segundo apurou o Semanário Angolense, a empresa começou o nome com Build Invest, passando depois para Build Brasil e, por fim, para Build Angola. Mas fontes conhecedoras dos meandros deste dossier disseram que ela era, na realidade, Read Angola.

Algumas informações diziam que a Build Angola, cuja propriedade era atribuída a Paulo Sodré, apresentava muitas evidências que faziam concluir que se estava em presença da Read Angola, Lda, uma vez que o único documento que ligava esta empresa (cuja propriedade é atribuída as senhoras Joana do Sacramento Pereira de Andrade e Baulete de Almeida dos Santos Garcia) é um contrato promessa de cessão de quotas.

Apesar de o Semanário Angolense ter denunciado em Setembro de 2010 que a Build Angola não possuía nenhum documento que comprovasse a titularidade dos terrenos onde estavam a ser erguidos os imóveis, as revelações não foram atendidas pelas entidades que tinham a obrigação de investigar o assunto, algo que facilitou a progressão dos alegados burladores.

Quem é o foragido Paulo Sodré?

De acordo com dados recolhidos na internet e num contacto pessoal mantido há uns anos com o autor destas linhas, Paulo Sodré mostrou ser um homem de fala mansa, com grande poder de persuasão, capaz de convencer qualquer pessoa e levar os incautos a acreditar piamente nas suas promessas.

António Paulo de Azevedo Sodré, de seu nome completo, João Gualberto Ribeiro Conrado Júnior, Paulo Henrique de Freitas Marinho e Ricardo Boer Nemeth eram sócios de uma empresa que não existia, e o seu histórico no Brasil é tido como «bastante negativo».

No Brasil, possui uma empresa denominada Central das Avestruzes que já havia aplicado um golpe de milhões de reais em centenas de pessoas. Em 2002, a sua ficha criminal já possuía mais de 150 processos criminais e mais de 180 processos cíveis. Foi com este homem e seus pares que centenas de angolanos tiveram o azar de um conhecê-lo, pelas piores razões.

6.15 Deviam ser ilegais

Jornal A Capital
14 De Fevereiro de 2015

O administrador comunal do Bairro Operário, Toni Caldas, disse recentemente que "o processo estava a decorrer de forma normal", tanto é que "havia uma data estipulada para a entrega das casas, (20 de Dezembro passado), mas, a pedido de várias famílias, processo teve início antes.

"Temos estado a entregar as casas às pessoas que estão notificadas", adiantou o responsável.

Quanto aquelas pessoas que negam a transferência para o Zango, Toni Caldas reconheceu que, "há algumas pessoas que se manifestam dessa maneira", porém, em seu entender, "é por falta de informação", uma informação de que os moradores se queixam não fluir convenientemente.

José Boaventura, 60 anos, viu a residência onde mora a ser erguida, ainda criança. Herdou-a dos pais que, por sua vez, tinham herdado dos avôs dele. Hoje, lamenta a situação que se está a passar no BO.

"Não definem as coisas, nem dizem o que está no plano, para sabermos o que vai ser, afinal o nosso bairro o Vivemos de boatos e ninguém da uma explicação consentânea sobre o que eles querem fazer realmente", manifestou o velho.

"É preciso, também, que as famílias percebam que ao longo do espaço onde vai passar a via, é um projecto antigo, que já vem do regime colonial. Quer dizer que este espaço é uma reserva do Estado. Todos aqueles que construíram sobre aquele espaço deviam ser considerados ilegais, mas estão a ser protegidas pelo Estado que está a dar casas, quer no edifício, aquilo que estamos a chamar como casa mãe.

Os anexos é que estão a ser transferidos para o Zango, mas de forma a que as pessoas não se sintam maltratadas".

6.16 Estado demite-se das suas responsabilidades no projecto habitacional «Bem Morar»

Semanário Angolense
14 De Fevereiro de 2014
Texto: Ilídio Manuel

As possibilidades de centenas de angolanos receberem as mora as a que têm direito no projecto «Bem Morar» ou, caso de um desfecho menos dramático, reaver o dinheiro investido são cada vez mais remotas.

Cinco anos depôs de terem apostado no projecto, o desespero e a frustração têm indo a aumentar, à medida que o tempo avança, devido, sobretudo, a uma suposta inércia ou descaso da Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal (NIAP), um órgão afecto à P que, até à data, não reagiu a queixa apresentada pelos lesados, como também não tomou nenhuma iniciativa jurídica no sentido de ser reposta a legalidade.

Sérgio Raimundo, um dos advogados das vítimas, revelou recentemente à revista Economia & Mercado que está à espera «há mais de um ano» de um pronunciamento deste órgão de justiça, depois de lhe ter enviado várias queixas-crime dos seus constituintes.

Lembrou que os proprietários da Build Angola, empresa responsável pelo projecto «Bem Morar», são cidadãos brasileiros que, após, terem «passado a perna» aos lesados, colocaram-se ao fresco na sua terra natal.

O causídico diz ter recebido garantias deste órgão de justiça de que seria enviada uma carta rogatória ao Brasil, para que a justiça daquele país responsabilizasse criminalmente os acusados. Mas, o prolongado mutismo da PGR leva a crer que nada foi feito nesse sentido.

O Semanário Angolense apurou de boas fontes que este órgão de justiça não tomou nenhuma iniciativa no sentido accionar os mecanismos judiciais a que está obrigado por força da lei, de forma a levar os suspeitos brasileiros e os seus cúmplices angolanos à barra ser do tribunal.

«Os lesados continuam entregues à sua sorte, visto que o MP não exerceu a correspondente acção penal, após o assunto ter sido denunciado pela imprensa. Estamos em presença de um crime público e não particular», observa um jurista ouvido a propósito pelo Semanário Angolense, que, entretanto, considera «estranho» o silêncio da PGR.

Ele, que falou na condição de não ser identificado, qualificou o crime em causa como «muito grave», tendo em conta os valores supostamente burlados e a moldura penal que se aplica neste tipo de ilícitos»

Sublinha que «neste tipo de crime não é necessária a apresentação de uma queixa, basta que o Ministério Público (MP) tome conhecimento da existência do crime, por via dos órgãos policiais ou de imprensa para que acção penal se desencadeie».

«Independentemente dos lesados constituírem-se assistentes no processo, ou seja, arranjam advogados que os defendam, a PGR é obrigada a exercer a acção penal, por se tratar de um crime público», esclarece.

Segundo a fonte, a imprensa divulgou a seu tempo uma série de anomalias que já deveriam levar o MP a accionar os mecanismos legais. «Uma iniciativa do género seria enquadrada no âmbito da chamada investigação oficiosa. E a título de exemplo recorda a intervenção que o MP teve no mediático «caso Mingota» da cidadã angolana que, há alguns anos, morrera diante das câmaras televisivas, depois de lhe ter sido recusada assistência médica num dos hospitais da capital. «Naquele caso, não foi necessário accionar qualquer queixa-crime, bastou a divulgação das imagens».

A fonte mostrou-se agastada com a postura da PGR, sublinhando que muitos cidadãos foram levados a acreditar no projecto habitacional por terem visto um dos seus promotores a antiga «estrela» mundial do futebol, o brasileiro Pelé- ao lado do Chefe do Estado angolano.

«Acreditei e investe o meu dinheiro no projecto, porque vino dia da sua apresentação o Pelé junto do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que considero ser a última reserva moral do país. Quem sou eu para pôr em dúvida um projecto, no qual o PR apareceu a dar o rosto?», questiona-se um

dos lesados, quando abordado sobre o assunto por este jornal. Depois de lamentar o sucedido, ele tem a convicção de que alguém terá usado a imagem do PR para fins escusos. E pede que os seus autores sejam penalizados.

6.17 Jovens recebem casas sociais

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2015

Texto: Adolfo Mundombe

Um grupo de 40 jovens recebeu casas sociais no município do Londuimbali, Huambo, no âmbito de um processo, que inclui também funcionários públicos. O administrador municipal disse que o processo, que se estende até ao fim deste ano, beneficia perto de duzentas famílias e que a entrega das casas depende das solicitações e dos acabamentos.

Lucas Ulombe lembrou que no mesmo município há também terrenos para a auto-construção dirigida. A directora provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Ana Paul a, referiu que os pagamentos das casas são feitos por renda resolúvel durante, 30 anos.

A área reservada à autoconstrução dirigida contempla escolas, recintos desportivos, hospitais e lojas, segundo a directora provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.

As casas que foram entregues agora têm sala comum, cozinha, casa de banho, dois quartos e duas varandas.

A directora do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente anunciou que em Abril, são entregues mais casas na mesma centralidade.

7. TERRA

7.1 Casas desaparecem na boa esperança III em Cacuo

Jornal Manchete

13 De Fevereiro de 2015

Texto: Moreira Mário

Segundo apurou o Manchete, várias residências já foram destruídas, mas há ainda um número elevado de famílias a residirem na zona de risco. A administração municipal de Cacuo tem vindo a disponibilizar terrenos às famílias afectadas em zonas seguras a nível do município, para que as mesmas possam construir as suas novas moradias.

Mas a falta de energia, água e hospitais faz com que as famílias se recusem a se transferirem para estas zonas, ao passo que outras se queixam da falta de condições financeiras para erguerem as suas casas, pelo que têm solicitado apoio de materiais de construção a administração municipal. Ao que se sabe, a administração municipal alega que não é obrigada a dar casas, uma vez que a evacuação por cada família da zona de risco é livre e voluntária. Por outro lado, os populares denunciam a existência de supostos indivíduos que têm estado a exigir dos beneficiários, o pagamento no valor de 80 mil kwanzas pelos espaços, para quem tiver a erguer a sua casa.

Teresa Domingos, uma das beneficiárias de uma parcela de terreno na zona do Maiombe, diz suspeitar que tais indivíduos mantêm colaboração directa com funcionários da administração municipal de Cacuo.

"Eles ameaçam deitar abaixo as paredes das obras à quem se recusa a pagar os 80 mil kwanzas", queixou-se Teresa Domingos que pede a intervenção urgente do administrador municipal. Contactado o director de secção das operações urbanísticas e cadastros da administração de Cacuo, Julião da Conceição, disse que ninguém está autorizado a cobrar pelos espaços cedidos à população. No entanto, o responsável assegura que estas áreas eram coordenadas por elementos da associação ANAPULA que mantinha ligação com a antiga administração.

"Devido a situações de desorganização que se verificava no processo de loteamento, o actual Executivo administrativo preferiu chamar para si a responsabilidade", disse.

Escola também pode ser atingida

A Escola 4004, mais conhecida por Escola do FAS está igualmente ser ameaçada pelas ravinas. Tal como Manchete pode constatar, a erosão que são seguidas de constantes deslizamentos de terra, inclusive cortou uma das ruas que dava acesso ao estabelecimento escolar.

Tentamos contactar os responsáveis desta instituição de ensino primário, mas não foi possível porque os mesmos se encontravam ausentes. Apenas alguns funcionários auxiliares de limpeza e os seguranças se faziam presentes.

Luís Kizembe, um dos funcionários, disse que a situação é extremamente preocupante, pois milhares de crianças podem ficar sem escola nos próximos dias, se nada for feito agora. O mesmo revelou que no passado estava previsto a construção de mais salas de aulas, mas não se concretizou devido a aproximação das ravinas.

Referiu ainda que em Dezembro do ano passado o administrador de Cacuo, Carlos Alberto Cavukila, terá efectuado uma visita às instalações da escola e, posteriormente, verificado o impacto que a calamidade natural está a causar naquela zona, mas não deu garantia quanto o que podia se feito a partir daquele momento.

Sobre o assunto, o director de secção das operações urbanísticas e cadastros da administração de Cacuo reconheceu que além de ameaçar engolir a Escola 4004, o fenómeno natural pode, até mesmo chegar a Estrada principal de Cacuo e complicar a circulação do trânsito.

De acordo com o responsável as autoridades estão já a criar medidas de contenção para travar as ravinas.

7.2 Relatório indica escassez de infra-estruturas básicas em Luanda

Jornal Expansão

13 De Fevereiro de 2015

Texto: Estêvão Martins

Necessidade de implementação de infra-estruturas básicas no centro da cidade de Luanda é uma das características essenciais do sector imobiliário nacional, sendo um tema de difícil resolução,

podendo a prazo limitar novos projectos imobiliários na zona.

A conclusão vem expressa no mais recente Relatório do Mercado Imobiliário referente a 2014, publicado recentemente pela Abacus, empresa ligada à consultoria imobiliária, em parceria com a Jones LaSalle, empresa do sector financeiro e imobiliário.

O informe de 27 páginas refere que a existência de processos burocráticos e bastante complexos, embora se assista algum progresso na inscrição nas finanças e os registos prediais definitivos dos activos imobiliários são outras das características do sector imobiliário nacional.

Segundo os mentores do relatório, em determinados segmentos do País se vem assistindo a um aumento da oferta, assim como à existência de poucos terrenos com escritura colonial registada (de posse plena).

Insegurança jurídica na transmissão da propriedade, especialmente da terra, falta de terrenos licenciados no centro da cidade, bem como a ausência do ordenamento do território e de planos directores para as cidades (pese embora estejam a ser realizados esforços nesse sentido pelas entidades responsáveis) fazem parte das características do sector.

Por outro lado, uma vez que as universidades nacionais não produzem entretanto recursos humanos suficientes para o forte crescimento económico que se verifica no País e nas empresas, inclusive do sector imobiliário, a solução passa por recursos humanos expatriados, de acordo com o relatório.

É na província de Luanda, indica o documento, que continuam a centrar-se os principais pólos imobiliários do País, pese embora em outras localidades, numa escalada impossível de comparar, como as cidades do Lobito e Benguela, Soyo e Cabinda, possam vir cirurgicamente a desenvolver-se novos projectos imobiliários, sempre alicerçados no investimento produtivo.

O quinto relatório sobre o Mercado Imobiliário de Angola refere igualmente que o mercado nacional imobiliário continua num excelente ritmo de crescimento, atestado pela exigência dos clientes/utilizadores dos activos imobiliários.

Esta exigência, revela o documento' resulta de um limitado aumento da oferta em alguns segmentos de mercado.

Mercado residencial Entretanto, o Relatório do Mercado Imobiliário indica ainda que o mercado residencial em Luanda continua bastante activo,

fundamentalmente quando comparado com os outros mercados internacionais.

Os mentores escrevem ainda que se estima que em 2014 tenham sido construídos 600 apartamentos na província de Luanda.

"Hoje os compradores exigem os produtos finais concluídos para a tomada de decisão, sendo que para esta mudança muito contribuiu a não conclusão de alguns projectos imobiliários a nível nacional", lê-se no estudo.

Esta exigência por parte dos clientes prende-se igualmente com a desilusão de algumas áreas físicas dos espaços que terão sido comprados em plantas, invariavelmente considerados de pequena dimensão aquando do seu acabamento.

A investigação nota ainda que o negócio da promoção imobiliária mudou radicalmente, com uma banca muito mais exigente, muitas vezes apoiada por peritos externos na execução dos business-plans financeiros do negócio.

Assim sendo, informa a análise, os promotores tomaram consciência de que têm de aplicar mais capital próprio ao negócio, característica a que não estavam habituados, dado que o volume de vendas em planta é hoje reduzido, tornando-se decisivo o apoio de profissionais na componente comercialização e marketing. Ou seja, avança-se para o normal modelo de negócio internacional no sector imobiliário.

Outra constatação dos promotores imobiliários, de acordo com o relatório, tem que ver com a grande mudança que afecta transversalmente o mercado imobiliário nacional, incluindo os próprios promotores, banca, consultores e todos os seus agentes.

A pesquisa observa também que o mercado deixou de ser, na sua generalidade, de clientes nacionais, passando para clientes e empresas internacionais, que preferem o arrendamento à compra do imóvel.

7.3 Contornos de uma requalificação polémica

Jornal Acapital

14 De Fevereiro de 2015

Falta de informação e diálogo, estão a criar mal-estar entre os moradores do Bairro Operário, vulgo BO, em Luanda e as autoridades governativas. Apesar das diferentes intervenções de responsáveis dos vários níveis da cadeia administrativa de Luanda para acalmar os ânimos dos populares e/ou explicar o que de concreto se pretende com aquele bairro histórico, eis que o entendimento parece estar ainda distante.

Para além de evocarem má fé da parte dos responsáveis pela requalificação, os moradores, julgam que há uma intenção oculta por detrás do processo, pois, senão, as intervenções de requalificação do BO poderiam, muito bem, ser feitas como as que se fizeram no bairro Mártires do Kifangondo e, as que, actualmente, decorrem no bairro dos militares.

Nestes dois bairros a requalificação foi levada a cabo sem necessidade de desalojamento dos habitantes ou transferência dos mesmos para outras paragens. Daí questionarem os moradores do BO porque é que só eles é que devem ser transferidos.

Carlos Alberto morador do bairro há 45 anos, faz parte de uma Comissão criada para solucionar os problemas junto da Administração, já que, segundo os residentes a requalificação está a ser mal dirigida desde o primeiro momento.

"Quando tudo começou, as famílias foram chamadas para serem informadas sobre o processo que iria decorrer no bairro. Foi-nos apresentada uma maquete onde havia algumas facetas de como iria ser este processo. Muita gente ficou satisfeita, porque um dos princípios base era a permanência dos moradores no bairro", adiantou Carlos Alberto.

Só que, de acordo com este morador, as coisas viriam a mudar de rumo nas semanas seguintes. Pelo menos foi o que eles terão descoberto num outro encontro mantido com as autoridades administrativas locais.

"Certo dia fomos chamados à Aqua-Sambila onde nos reunimos com a Administração do Distrito do Sambizanga e a Associação dos moradores para falarmos do processo", continuou, acrescentando que naquela reunião "eles explicaram, reiteradamente, como decorreria o processo, sem, em momento algum se terem referido à uma suposta ida dos moradores para o Zango". De lá para cá muitas

informações trocadas choviam, confundindo ainda mais as mentes dos moradores.

"Diziam que os moradores poderiam ficar descansados, que ninguém deixaria o bairro. Nunca se falou do Zango", o que deixou, de certa forma tranquilizados os populares, convencidos de que permaneceriam no bairro. Mas não tardou chegar a reviravolta.

"Começamos a ouvir dizer que iríamos para o Zango, até que saiu um comunicado no Jornal de Angola, a dizer que as famílias tradicionais iriam para o prédio, e as dos anexos para o Zango", facto 'que suscitou grande desacordo, "porque não fomos informados com antecedência".

Os moradores com quem o A Capital falou mostraram-se cépticos pois desconfiam que no Zango para onde eventualmente poderão ser transferidos não há condições de habitabilidade.

Confessam não estarem contra a requalificação, contudo, têm uma condição: "só queremos que se faça um trabalho inclusivo, e que isso signifique permanência no nosso bairro".

7.4 É o que diz a Administração

Jornal A Capital

14 De Fevereiro de 2015

No começo de tudo, a administradora do Distrito Urbano do Sambizanga, Mara da Silva Baptista Quiosa, havia explicado em exclusivo ao A Capital que o Sambizanga está num processo de requalificação Urbana, envolvendo as três comunas que o compõem, Por via disso, Mara Quiosa apelava a compreensão dos moradores Quanto a transferência das famílias. "O edifício foi construído no âmbito da requalificação urbana e, a Administração e a Associação dos Amigos e Descendentes do ao reuniram-se com a Comunidade, para dar explicações sobre o que está a ser feito", frisou.

Referindo-se aos possíveis litígios entre herdeiros, que diga-se, hoje são já é uma realidade, a administradora remetia a solução dos mesmos aos tribunais, tendo em conta que, "não podem ser três pessoas a responder pelo mesmo imóvel, ao mesmo tempo", "Como os processos no Tribunal são

morosos, e para que a família não esteja ao relento, decidimos pôr o apartamento em nome do proprietário da casa, morto ou não. Os filhos entram na mesma, enquanto tratam da documentação", reforçou ao aclarar que "quando um dos filhos trouxe o documento passado pelo tribunal a dizer que ele é o «Cabeça do casal da família» ou o responsável pela herança, aí o documento deixa de estar em nome do pai. Passa para essa pessoa", Quem aparenta já ter tido acesso aos novos apartamentos é Ana Ribeiro, uma vez que disse à nossa reportagem que os mesmos não dispõem de dispensas e que as cozinhas são pequenas. Residente no bairro desde 1996 reprova a ideia de realojamento nos edifícios em causa. "Na cozinha não entra uma geleira. Nas nossas casas para além de marquises temos cozinhas espaçosas. Não podem chegar e, de repente atirarem-nos para os edifícios", reagiu, lamentando o facto de até idosos estarem a ser obrigados a irem para os prédios.

7.5 Isaac esconde receitas da venda de terrenos

Jornal Acapital

14 De Fevereiro de 2015

Ainda antes de ter avançado para contactos com empresários de diferentes ramos de actividade, já o governador da província de Benguela, num discurso virado para dentro de casa, havia apontado parte da fórmula para o aumento de receitas, ao defender o fim da "teia burocrática" que se verifica na hora da concessão de terrenos para estabelecimentos comerciais e para a auto-construção dirigida.

É certo que o Engenheiro Isaac dos Anjos vem valorizando a política de distribuição de lotes de terra praticamente desde que chegou, há quase dois anos, mas o estrondo causado pela queda do petróleo, dando lugar a uma cada vez mais premente necessidade de diversificação da economia, determinou os recados enviados aos seus colaboradores.

O que Isaac dos Anjos não terá percebido é que esta visão, elogiada, diga-se, por quem conhece o peso de um produto volátil no OGE, acaba, se quisermos, por descortinar lacunas na sua gestão, todas convergentes na velha problemática da falta de transparência. Parte-se, conforme a apreciação de observadores atentos, da ideia de que os sinais de má governação, ausência de lisura ou coisa parecida terão

um efeito bem mais devastador agora que o Governo do MPLA vai perdendo capacidade para efectuar despesas públicas e financiar a economia. São excertos do discurso do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na reunião do Conselho da República, terça-feira última, 10, algumas semanas depois de ter admitido que a boa governação, a transparência e a contenção devem guiar a acção governativa nos dias de hoje.

Estes pronunciamentos, feitos a partir do momento em que JES projectou o ano de 2015, não são dirigidos, como é óbvio, a Isaac dos Anjos, mas a verdade, indesmentível que nem a crise, é que se encaixam perfeitamente na abordagem em causa. A opinião pública, volta e meia "intoxicada" com notícias de distribuição de terrenos nos dez municípios da província, desconhece os valores que o Estado arrecadou até ao momento.

Há bem pouco tempo, na sua última deslocação à urbanização Benguela Sul, o governador mostrou que a cedência de lotes obedece a princípios rigorosos, ao mandar de regresso cidadãos que não tinham feito o depósito de 27 mil Kwanzas na conta bancária Embelezamento das Cidades, domiciliada no BCI. É o valor solicitado por mil metros quadrados para a auto-construção dirigi da, devendo o cidadão interessado numa casa de alto padrão, na Baía Azul, no quadro do projecto Blue Ocean, libertar um milhão de Kwanzas pela mesma dimensão.

Colocados os dados nestes termos, jurista Francisco Viena, um dos observadores a que nos referimos nesta peça, lamenta o enorme vazio em relação às receitas provenientes da venda de terrenos, tanto para a auto-construção como para o Blue Ocean, delineado para atrair investimentos, e teme que o dinheiro não chegue à Conta Única do Tesouro.

Por seu turno, Valdino Sima, também jurista, ressalta que o artigo 48º do regulamento de concessão de terrenos não impede a contratação de uma operadora para monitorizar o processo de venda, mas exige que tenha de ser mediante um concurso público. "Outro dado a reter é que as receitas líquidas tenham como destino a Conta única do Tesouro", venceu. Importa ressaltar que o empresário José Ferraz, sócio gerente da Horizonte Global, empresa que acompanha o projecto para casas de luxo, admite que não foi eleita por via de concurso, salientando que as explicações devem ser dadas pelas Obras Públicas, que reconhece não estar por dentro dos critérios.

Biópio consolida negócio milionário'

Não foi por acaso que o governador Isaac dos Anjos apontou o negócio dos terrenos como uma

alternativa a ter em conta, chegando, como vimos, a exigir o fim da burocracia na hora da concessão, principalmente em casos de solicitações para fins económicos.

Outra das amostras de que se trata de um negócio milionário, para lá das já mencionadas urbanizações para casas, reside na comuna do Biópio, município do Lobito. Ali, a operadora de Ventura Hatewa, um empresário muito próximo a Isaac dos Anjos, está a lotear 10 mil hectares para fins industriais e habitacionais. Hatewa, que também trabalhou na urbanização Benguela Sul, com cerca de 5 mil hectares, é um dos empresários da Huila a quem Isaac dos Anjos recorreu quando soube que empresários locais condicionavam a empreitada aos pagamentos. Em breves declarações ao A Capital, disse ter mandado para o terreno o seu equipamento mesmo ciente de que a desminagem ainda não foi concluída. "Temos vontade de ajudar, vamos preparar o espaço para a implementação de fábricas", argumentou Ventura Hatewa, que opera igualmente no município da Catumbela.

7.6 Administração quer denúncias

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2015

O administrador municipal da Caála, província do Huambo, Victor Tchissingui, exortou ontem aos munícipes a participarem no combate à ocupação ilegal de terrenos, denunciando os infractores.

O responsável fez este apelo quando falava na primeira sessão ordinária do Conselho de Auscultação e Concertação Social do Município da Caála, referindo que as construções desordenadas impedem a administração de colocar os serviços sociais básicos, tais como estradas de acesso aos bairros, sistemas de energia e água e saneamento básico.

O administrador municipal disse que devem ser denunciados também aqueles que constroem próximo das vias rodoviárias, num raio inferior a 50 metros de distância.

Victor Tchissingui aconselhou os munícipes a conhecer a Lei de Terras, para observarem as regras básicas de ocupação de terrenos e defendeu a intensificação de campanhas de difusão do conteúdo

desta lei, através de palestras e programas radiofónicos.

A reunião do Conselho de Auscultação Social abordou a situação socio-económica do município da Caála, sobretudo nos sectores da Educação, Saúde, Agricultura e distribuição de energia e água.

Os membros do Conselho de Auscultação Social analisaram o Relatório de Actividades da Administração Municipal referente a 2014 e o Plano de Acções para este ano.

7.7 Cerca de mil hectares de terras sem minas devolvidos à população de Malanje

Novo Jornal

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Isaías Soares

O OFICIAL DE OPERAÇÕES da Ajuda Popular da Noruega em Malanje (APN), Pedro Domingos Ngunza confirmou recentemente naquela cidade, a 423 quilómetros a norte de Angola, que a empresa limpou de minas e dispôs ao aproveitamento das populações em Malanje 951.124 metros quadrados de terras entre Janeiro a Dezembro de 2014.

O responsável garantiu que nas operações foram removidas 85 minas anti-pessoal, oito minas anti-tanque, 215 UXUS (Engenhos Explosivos não Detonados) e 2.192 munições diversas e duas armas de fogo abandonadas e destruídas no referido período.

As oito acções incluídas no Plano Anula da Ajuda Popular da Noruega (APN) foram realizadas em nove áreas, nomeadamente Xiquica (comuna do Ngola Luije), Kajinga II e N (município de Caculama - Damba), Camatende I e II (sul da cidade de Malanje), Nvula Ngombe I, II e III (Calandula) e no sector do Quéssua, 12 quilómetros a norte da cidade capital.

Pedro Domingos Ngunza disse que a margem do programado, os especialistas da APN atendeu 56 situações pontuais alertadas pelas comunidades, que permitiram a remoção de 42 minas anti-pessoal, seis minas anti-tanque, 46 UXUS diversos e 1.718 munições de vários calibres.

A equipa de remoção e destruição de engenhos explosivos da Ajuda Popular da Noruega demoliu 131 mina anti-pessoal, 10 anti-tanque, 160 UXUS, 1726 munições diversas e duas espingardas abandonadas.

Para o oficial de operações que considerou positivo (95%) o grau de cumprimento do Plano de Acção do ano findo, projecta para 2015 "a rotina normal de clarificação de áreas registadas", onde se destacam a abertura de quatro tarefas, das quais duas não concluídas na programação passada.

Ngola Luije (comuna do município de Malanje), Caunda (comunidade de Condo, sul da cidade capital), Luhango I e II (Xandel) serão intervencionadas este ano pela Ajuda Popular da Noruega, que após conclusão estarão de volta aos membros das referidas comunidades agrícolas e extensão das mesmas.

7.8 Construções anárquicas demolidas na província

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2015

Texto: Justino Vitorino

O vice-governador do Huambo para o Sector Técnico e Infra-Estruturas anunciou a demolição das casas construídas ilegalmente no perímetro da subestação eléctrica do Dango, no sector de Belém.

Calunga Quissanga disse que além de perigar a vida das populações que ali residem, as construções anárquicas estão igualmente a dificultar a expansão e a dinamização do serviço técnico do sector eléctrico na província.

Calunga Quissanga fez parte de uma visita de constatação e auscultação encabeçada pelo governador provincial, Kundi Paihama, à Empresa Nacional de Distribuição de Energia Pública (ENDEP), para se inteirar do actual funcionamento do sector eléctrico e disse que foram já notificadas as residências a serem demolidas.

"Os proprietários das residências anárquicas foram chamados à Administração Municipal do Huambo para um encontro de esclarecimento, relativamente à invasão do espaço da Empresa Nacional de Distribuição de Energia Pública", precisou.

O Governo Provincial não autorizou a construção de moradias nas proximidades da subestação eléctrica do Dango ou de qualquer outra zona considerada de risco, sublinhou. As pessoas que apresentarem documentação de permissão de construção no espaço são indemnizadas.

O governador provincial, Kundi Paihama, solicitou aos funcionários da empresa de energia um maior controlo, rigor e responsabilidade naquilo que é património da empresa.

"Deve haver responsabilidade a nível da área de fiscalização, sobretudo no que toca ao plano de loteamento de terrenos, sem autorização do Estado", advertiu.

De acordo com o governador, não se pode conceder terreno em áreas onde não há plano de loteamento. Em função disso, as Administrações Municipais devem trabalhar com a Direcção do Urbanismo, Ambiente e Ordenamento do Território, para que situações do género não voltem a registar-se.

O governador Kundi Paihama disse ter tomado nota de várias dificuldades que o sector eléctrico enfrenta na província, que vão desde a falta de um centro de formação para os quadros, a não manutenção e reparação da rede de iluminação pública na cidade, montagens de postos de transformação de energia eléctrica em alguns bairros periféricos, entre outras, mas está esperançado que a situação venha a melhorar.

7.9 Jackson Neto será indiciado no crime de usurpação de imóvel

Jornal República

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Valdemar Van-Dúnem dos Santos

Jackson Neto, antigo funcionário do banco BIC, mas actualmente dito director ou chefe de Departamento do banco BPC, terá usurpado num período contínuo com ajuda de vários comparsas da Administração da Samba como o Sr. Carlos Poa Macuende, bem como de alguns da Administração de Belas, uma parcela de terreno com 600 metros quadrados na zona do bairro Benvindo (Benfica), com direito de superfície, em nome de Maria Pedro, angolana e funcionária pública.

Jackson Neto tentou arranjar uma outra manobra dilatória isto é, contactando o seu amigo da Administração de Belas e chefe da Fiscalização para intervir no caso. Mas este, ao perceber a gravidade do assunto, recuou. Ou seja, mandou outro colega provar a veracidade de toda a envolvência e a qualidade da pessoa que de facto estava a lidar, sendo que havia um certo subjugar por parte dos envolvidos no caso.

Não satisfeito com o desenrolar desfavorável da situação, Jackson Neto ligou para o telemóvel do esposo da proprietária do terreno, mas fazendo-se passar pelo seu irmão, ofendendo e ameaçando o senhor de morte. As mensagens estão gravadas no telemóvel da vítima.

O pedido de comparência (convocatória) da Administração Municipal de Belas pelo Gabinete de Inspeção foi emitido no dia 13 de Fevereiro de 2015, para que Jackson Neto comparecesse no dia 16 de Fevereiro de 2015. Este, por sua vez, não compareceu, mandando um indivíduo que diz ser seu irmão, e justificando que este teria viajado para o Dubai e que retirariam todo o material do respectivo terreno.

O jornal A REPÚBLICA, através da sua fonte, soube que Jackson Neto estava no seu apartamento na Centralidade do Kilamba, simulando as autoridades da Administração Municipal de Belas, como sempre o fez noutras convocatórias realizadas ainda pela Administração da Samba.

A Administração Municipal de Belas embargou a obra, depois de Jackson Neto ter ido pedir ajuda ao seu amigo, neste caso o chefe da Fiscalização.

Claramente que se esperava outra atitude da Administração Municipal de Belas na altura do início ilegal' das obras. Quem passou a licença de construção? Em que nome foi passada a devida licença?

Se o terreno legalmente não está em nome de Jackson Neto? Porquê é que a referida obra não foi fiscalizada antes do embargo?

A proprietária do terreno sente-se lesada, esbulhada e feição continuada incorporada numa pluralidade de acções que resultaram na construção ilegal e indevida dos caboucos da edificação da construção do projecto não identificado, sem licença visível de construção no seu terreno. Ora, sendo assim, resta perguntar e exigir uma resposta convincente: Onde estava a Fiscalização de Belas?

Assim, Maria Pedro fez exposição para a digna procuradora da República junto do Comando da

Divisão da Samba-Sul, explicando toda a actuação criminal de Jackson Neto e os seus comparsas, que indiciam associação criminosa muito bem organizada e orquestrada, sendo que outros casos são conhecidos pela mesma quadrilha, visto que Carlos Poa Macuende já esteve detido pelo mesmo crime.

Outro crime que poderá ser imputado a Jackson Neto é o de feição continuada, que incorpora numa pluralidade de acções que culminaram na mesma linha de injustiça.

O jornal A REPÚBLICA irá noticiar os desenvolvimentos de todo o processo na Procuradoria da República e no Tribunal Provincial de Luanda, isto é, deste a detenção, audiência em julgamento e condenação do criminoso Jackson Neto.

7.10 Resolução de conflitos de terra

Jornal Republica

20 De Fevereiro de 2015

Segundo a directora da ADRA-Benguela, que falava à imprensa, a perspectiva é ajudar o camponês na legalização das propriedades, situação que tem impedido a participação de muitas associações comunitárias no acesso a alguns serviços.

Confirmou a existência de grupos vulneráveis que vivenciam este conflito, carecendo, por isso, de maior apoio, a exemplo dos quatro casos registados no ano passado, já ultrapassados, apesar dos custos elevados que acarretam.

Considerou determinante o papel da ADRA no processo de mediação de conflitos de terras e outros, visto que as necessidades são sempre maiores nas comunidades rurais.

Acrescentou que a ADRA- Benguela perspectiva também, em 2015, reforçar o cooperativismo na capacidade das organizações cívicas, visando o estabelecimento de parcerias com instituições do ensino médio e superior na província.

Segundo a directora, esta parceria tem em atenção a necessidade de se elaborar estudos de viabilidade económica e social, aproveitando, deste modo, os quadros que elaboram as suas monografias em áreas do interesse da ADRA e com actores da localidade donde se realizar o estudo.

Para a responsável, será ainda potenciada a agricultura familiar nos municípios do Cubal, Ganda e Baía Farta, por contribuir para o fortalecimento da economia, da renda familiar, do impulsionamento da produção e na melhoria da qualidade de vida das famílias através de projectos de irrigação, acompanhamento, distribuição e ligação com o mercado, em parceria com administrações municipais, por formas a beneficiarem do programa de combate à fome e redução da pobreza.

Maria Victória salientou que o objectivo é trabalhar a nível organizativo a fim de captar outros subsídios que possam alcançar camponeses em programa públicos existentes e gizados pelo Executivo angolano, devido à exiguidade de recursos financeiros externos da ADRA, tendo em conta a crise económica mundial.

Na sua óptica, a agricultura familiar e o crédito agrícola são elementos que podem contribuir para minimizar a situação actual da crise. "Com a actual crise foi bom ter surgido, mas do que nos preocuparmos, devemos tirar lições, que nos permitam transformar os constrangimentos em linhas de acção, e também de oportunidades de trabalho, onde as análises de contexto devem ser uma constante".

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Moradores do bairro Katinton em Luanda abandonados pela EDEL

Jornal Continente

11 De Fevereiro de 2015

Texto: Zeferino Praia

Borges Ribeiro, responsável do grupo afirma que, passado algum tempo, a direcção da EDEL havia orientado uma equipa que passou a fazer o trabalho de concertação no bairro e esta equipa foi conduzida por um engenheiro, que o mesmo preferiu mantê-lo em anónimo.

O jovem responsável pela situação, afirma que a EDEL, prometeu que até princípio de 2014 teriam estabelecido os problemas que durante anos vem afligido os moradores. Seis meses depois, diz Borges, a EDEL envia mais uma equipa no local, a comissão era composta por dois engenheiros que infelizmente nada de resolução protagonizaram.

Só mais tarde com a presença da Engenheira Núria, conseguiu-se fazer as implantações de alguns postes nas ruas, tudo isto aconteceu no ano transacto. Na tentativa de colocarem mais pressão, os jovens, mais uma vez foram a EDEL, segundo conta o jovem responsável pela situação, e, lhes foi indicado um outro engenheiro e este engenheiro que atende pelo nome de Edson, começou a colocar os cabos de baixa tensão, fez o levantamento da cabine eléctrica e passou a ser o correspondente directo entre os jovens e a EDEL, desde o semestre do ano pretérito, contamos.

Prosseguindo, aqueles jovens dizem que a "nossa grande surpresa, foi que em Novembro do ano passado, fomos surpreendidos com a paralisação da obra e perguntamos ao Engenheiro responsável pela electrificação no bairro, em resposta disse-nos que as obras foram atribuídas à outra empresa que por sinal fez um contrato com a EDEL para a conclusão da mesma. Sequenciando, o jovem Borges, salienta que neste preciso momento sentimo-nos embaraçados porque as obras de construção da cabine que para nós é um vector de esperança está paralisada, aliás, mesmo a forma como a obra estava a decorrer não nos satisfazia porque o técnico que prestava serviços para a empresa contratada pela EDEL, quando quisesse comprar materiais de construção, faziam-no de forma muito retalhado ou seja, se tivesse de comprar água, ao invés de contratar uma cisterna,

comprava em bidons e outras questões aborrecedoras, desabafou.

E os materiais no local estão a ser roubados, o índice de delinquência tem aumentado no bairro. Tudo que pedimos é que por favor os órgãos responsáveis pela situação devem agir por nós, estamos desgastados com a situação, lamentou.

8.2 Punição do garimpo

Jornal de Angola

12 De Fevereiro de 2015

Texto: Francisco Makanda

O Executivo tem feito múltiplos esforços para melhorar as condições de vida da população, em particular no que diz respeito à distribuição de água potável e são visíveis os investimentos públicos para ela poder chegar a todos os lares de Angola.

O Estado tem investido avultadas somas em dinheiro na instalação de infra-estruturas que possibilitem o fornecimento da água potável às habitações. A água é um produto indispensável e o seu abastecimento regular permite, por exemplo, prevenir doenças. A falta de água pode causar problemas graves de saúde pública e é por isso que as autoridades tudo têm feito para a população ter acesso àquele produto. Acontece que o chamado "garimpo da água" tem criado problemas aos esforços que são feitos para distribuir melhor este bem pela população. Os garimpeiros desviam a água das condutas e prejudicam milhares de pessoas.

Informações recolhidas pelo Jornal de Angola referem que 40 por cento da água produzida não chega aos consumidores por causa do desvio ao longo da rede de distribuição. Perante os casos de garimpo, que atinge já grandes proporções, o Ministério da Energia e Aguas está a preparar legislação que prevê sanções aos infractores, como forma de se salvaguardar o interesse público

A punição do garimpo da água pode fazer reduzir os casos de desvios daquele produto, no interesse dos consumidores.

8.3 “Água para todos” abrange habitantes da comuna do Dongo

Jornal Continente

11 De Fevereiro de 2015

Enquadrado no Programa "Água para Todos", o sistema custou ao Estado 41 milhões, 97 mil e 664 Kwanzas, conta com um reservatório e rede de distribuição domiciliar com 900 metros de extensão de conduta.

Na ocasião, o director provincial de Energias e Águas, Abel João da Costa, disse que o mesmo foi concebido para abastecer apenas duas mil pessoas, mas com o crescimento populacional houve a necessidade de alargar o projecto.

Segundo ele, o mesmo projecto está a ser implementado nos municípios do Cuvango e Jamba, onde poderá beneficiar mais de 30 mil populares.

Já o soba da comunidade, João Ndala, agradeceu o esforço do governo em construir o sistema de fornecimento, distribuição e tratamento de água, uma vez que vai reduzir as doenças provocadas pelo consumo de água não tratada, assim como a distância que os populares percorriam a procura do líquido.

O governador inaugurou no mesmo dia quatro fontenários de água potável na comunidade de Mbeu, Jango e Mampele.

8.4 Assinado acordo no sector das águas

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2015

Um acordo para apoiar o Governo na criação de um Centro de Formação Profissional no sector das Águas (CFPA) foi assinado ontem, em Luanda, entre a União Europeia (UE) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O projecto, encabeçado pelo Governo de Angola, tem desenvolvido diferentes acções no sentido de garantir o acesso das populações à água potável de qualidade, particularmente as mais vulneráveis.

Segundo o embaixador da União Europeia, Gordon Krick, o acordo é parte de um projecto global orçado em 11,8 milhões de euros, resultado da contribuição da UE com 6 milhões de euros, Governo de Angola com 4,17 milhões, Banco Mundial (PDISA) com 1,5 milhões de euros e 130 mil euros do UNICEF. O centro de formação profissional vai garantir a preparação de técnicos qualificados e capacitados para dar resposta às necessidades prementes no sector das águas, contribuindo para a redução de mortes por doenças de origem hídrica.

De acordo com as duas entidades internacionais, a implementação das acções inseridas no acordo vai ter impactos de âmbito nacional no desenvolvimento de competências e capacidades no sector desde a monitorização da qualidade, à operação, manutenção e gestão de sistemas de água, passando pela planificação e gestão de recursos hídricos ou a mobilização social para mudança de comportamentos. O acordo prevê, numa primeira fase, que vai até 2017, a formação de 2.500 trabalhadores do sector provenientes das 18 províncias do país. O centro de formação já está a ser construído em Ongazanga, cerca de 15 quilómetros de Catete, em Luanda.

8.5 Famílias de Chimbolo e Cotra já beneficiam de água tratada

Jornal de Angola

13 Fevereiro de 2015

Cerca de três mil famílias das localidades de Chimbolo e de Cotra, em Cabinda, passam a beneficiar de água potável, com a entrada em funcionamento, ontem, mais de 40 anos depois, de um sistema de captação e tratamento, com capacidade de produzir 35 metros cúbicos por hora.

Inaugurado pela governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, o sistema é sustentado por um furo artesiano de 60 metros de profundidade e um tanque com capacidade para armazenar 300 metros cúbicos, além de cinco fontenários.

O secretário da comissão da aldeia de Chimbolo, Francisco Mangovo, afirmou que a colocação do sistema para as populações das aldeias de Chimbolo e Cotra é resultado dos esforços que as autoridades realizam para a melhoria das condições sociais básicas dos habitantes.

Com a instalação do sistema de captação de água, as populações sentem-se mais aliviadas, pois deixam de percorrer diariamente mais de dois quilómetros até ao rio, em busca de água para consumo.

A população solicitou ao Governo Provincial que continue a desenvolver esforços para resolver os problemas da estrada, principalmente a que liga Povo Grande a Cotra, por se encontrar totalmente esburacada, de corrente eléctrica, da carência de salas de aulas e da ampliação do Posto Médico.

Em resposta, a governador, provincial de Cabinda garantiu que o Programa de Combate a Pobreza prevê uma série de acções que visam a melhoria das condições de vida das populações, com destaque para a construção e reconstrução de unidades sanitárias, escolares e turísticas, bem como o apoio à agricultura, reparação de estrada e outras.

Aldina da Lomba apelou à população para cuidar do empreendimento inaugurado, de forma a que as dificuldades superadas no domínio da água não voltem a surgir nesta parcela da província de Cabinda.

8.6 O crescimento económico passa pela gestão de água

Jornal Economia e Finanças

13 De Fevereiro de 2015

Texto António Eugénio

Angola possui um potencial hidrográfico para sustentar o sector agrícola, turístico, eléctrico. Um recurso que tem um papel preponderante para alavancar a política económica do Executivo virado para a diversificação da economia, em entrevista ao JE o responsável do Instituto Nacional Hídrico, Manuel Quintino, revela que há necessidade de aproveitar devidamente este bem que já começa a escassear em alguns países. Por isso, o Ministério da Energia e Águas através do instituto está a promover a elaboração de planos de desenvolvimento dos recursos hídricos de bacias hidrográficas principais. É importante a educação ambiental dos moradores das áreas ribeirinhas para a conservação das espécies.

Quais são os rios navegáveis em Angola?

Existem troços navegáveis dos rios Congo, Zambeze, Cuanza, Cuando e Cubango.

Que importância económica representa o sector hidrográfico numa altura que o Executivo está a envidar esforços para diversificar a economia dependente do petróleo?

A água é um grande factor de desenvolvimento económico e social. Numa perspectiva de diversificação da economia angolana, a água jogará um papel preponderante no desenvolvimento da agricultura irrigada, do turismo, da pesca continental, assim como da preservação do ambiente. A água jogará, também, um papel preponderante no fomento da indústria transformadora.

Angola possui rios que fazem fronteira com outras nações. Que proveito económico pode-se esperar para aumentar as receitas do Orçamento Geral do Estado?

A República de Angola possui cinco (5) rios transfronteiriços, nomeadamente: Congo, Cunene, Cubango, Cuvelai e Zambeze.

Eu acredito que o grande proveito que se pode tirar da utilização das águas transfronteiriças é a busca de acordos com os países vizinhos, que nos permitam uma boa partilha de benefícios. Isto só será possível, se nos eventuais processos negociais os países agirem no sentido de se buscar soluções do tipo "win-win" (ganhas tu ganho eu).

Quais são as principais bacias hidrográficas?

Em função das orientações da 1ª conferência inter-africana de hidrologia, que aconteceu nos dias 26 a 31 de Janeiro de 1961, em Nairobi - República do Quênia, a antiga direcção provincial dos serviços hidráulicos delineou para Angola quarenta e sete (47) bacias hidrográficas principais. Foram ainda delineadas trinta (30), de importância secundária, as chamadas bacias litorâneas ou oceânicas.

Sabendo que Angola possui uma das maiores redes hidrográficas da região da África Austral que proveitos pode tirar destas?

Não basta ter uma das maiores redes hidrográficas da região Austral. É necessário explorar o potencial da rede hidrográfica existente. É assim que o Ministério da Energia e Aguas, através do seu Instituto Nacional de Recursos Hídricos, está a promover a elaboração de planos de desenvolvimento de recursos hídricos de bacias hidrográficas, para que se possa fazer uma boa gestão dos recursos hídricos existentes no país. Aliás, a Lei 6/02, Lei de Águas, consagra a bacia hidrográfica como a unidade física onde deve ser feita a gestão dos recursos hídricos.

Que estudos e projectos estão a ser realizados pelo instituto para normalizar o potencial que o país apresenta nesta vertente?

Como foi dito mais acima, o Ministério da Energia e Águas, através do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, está a promover a elaboração de planos de desenvolvimento de recursos hídricos de bacias hidrográficas principais. Sob a égide do Ministério da Energia e Águas está também a ser elaborado o plano nacional da água, cujo primeiro produto, o PNEA - Plano Nacional de Emergência para a Água, foi aprovado pelo Conselho de Ministros, na 1ª Sessão Extraordinária que teve lugar no dia 11 de Dezembro de 2012. Aqui importa referir que será utópico falar-se de gestão de recursos hídricos sem uma rede hidrométrica funcional. É assim que o Ministério da Energia e Águas, através do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, está a promover a reabilitação gradual da rede hidrométrica nacional. É a rede hidrométrica que nos permitirá fazer a inventariação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas do país.

Fala-se que nos próximos tempos uma das maiores crises que o mundo pode viver será a escassez de água por causa da desertificação e o desvio de rios. Que medidas se podem tomar para acautelar este problema?

Eu não creio que a escassez de água será provocada pelos efeitos da desertificação. Há toda uma série de acções conjugadas, como por exemplo as alterações climáticas e a concomitante variabilidade hidrológica. Não nos esqueçamos que a população do planeta cresce de forma exponencial. Para alimentar e dar de beber a esta população, em crescimento, necessitamos de muita água. É assim que muitos rios e mananciais subterrâneos estão a ser explorados até ao limite. A exploração das fontes de água até ao seu limite, traz consigo o respectivo esgotamento. Uma das grandes soluções de engenharia para o problema da escassez de água serão os tranvases, também tecnicamente conhecidos como transferências de caudais. Em alguns países já estão a ser operadas transferências de caudais, das regiões com abundância de água para as que enfrentam a escassez deste mesmo líquido.

Em sua opinião há um aproveitamento eficaz dos recursos hidrográficos?

Há um grande esforço em se fazer a gestão correcta e eficaz dos recursos hídricos do país. Eis a razão pela qual neste momento estão a ser elaborados os planos de desenvolvimento dos recursos hídricos de bacias hidrográficas, instrumentos técnicos que nos permitam possuir uma estratégia de aproveitamento

dos referidos recursos, quer sejam eles superficiais ou subterrâneos.

As espécies que habitam nestas bacias têm sido devastadas pelos habitantes que vivem nas aldeias que circundam os rios. Que medidas podem ser tomadas para evitar este problema?

Nas áreas das bacias hidrográficas existem fundamentalmente espécies animais e vegetais. Ora, as populações que habitam nas áreas circundantes dos rios utilizam estes recursos, fundamentalmente o peixe, a carne de caça, a lenha e o carvão, para sustentar o seu modo de vida. Estamos perante uma situação inevitável, porque se trata de uma questão de sobrevivência destas populações. O fundamental é que o uso dos recursos naturais seja regulamentado pelas autoridades competentes, a fim de se evitar a sobre-exploração. A sobre-exploração de qualquer recurso natural, como é evidente, poderá causar problemas graves aos ecossistemas. Outro aspecto não menos importante, é a educação ambiental. As populações das bacias hidrográficas devem ser educadas para utilizar os recursos naturais de forma racional.

Especialistas de vários pontos do mundo aconselham os países com bacias hidrográficas a tirarem proveito destes recursos. Pode comentar o alerta?

De facto. Com as necessidades de água em crescimento, não só devido ao crescimento agrícola e industrial, mas, também devido aos novos padrões de vida das populações, fundamentalmente urbanas, há que pensar de forma pro-activa no aproveitamento dos recursos hídricos existentes nas bacias hidrográficas, quer sejam elas nacionais ou transfronteiriças. Para o efeito, é necessário que os países enveredem por um planeamento hídrico sério para o benefício das suas populações.

Não acha que Angola devia aproveitar o potencial hídrico para fortificar o processo produtivo, muito dependente da chuva?

Angola já iniciou a sua estratégia para o aproveitamento do seu potencial hídrico, tendo em vista a fortificação do processo produtivo agrícola. Para o efeito, já existe o PLANIRRIGA- Plano Nacional Director de Irrigação. O PLANIRRIGA é uma iniciativa do Ministério da Agricultura. Entretanto, e sob iniciativa do Ministério da Agricultura, foram reabilitados alguns perímetros irrigados, um pouco por todo o país, tendo em vista o desenvolvimento da agricultura irrigada, ou seja, a agricultura não dependente das chuvas. Sabemos que o Ministério da Agricultura tem em carteira a

reabilitação de vários perímetros irrigados em todo o país.

8.7 Crise económica não trava oferta de água às populações

Novo Jornal

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Isaiás Soares

O PLANO DE ACÇÃO do Programa de Água para Todos» da Província de Malanje 2014-2017 prevê uma cobertura a 100 por cento das localidades contempladas nas zonas urbanas e 80% nas rurais nos próximos dois anos, de acordo com o comunicado final saído da I reunião ordinária do governo, realizada a 11 de Fevereiro, no município de Cacusó.

Os delegados e directores provinciais e administradores dos 14 municípios da circunscrição pretendem com a aprovação do documento "assegurar o fornecimento adequado de água por meio da construção de sistemas de água no meio rural e peri-urbano", com reflexos no bem-estar e desenvolvimento económico e social dos habitantes das comunidades que serão beneficiadas.

Cinquenta e sete mil pessoas ao nível da região esperam pelo "precioso líquido", confirmou o director provincial de Energia e Águas de Malanje, Jacinto Caculo, à margem do encontro.

O Plano de Acção do Governo de Norberto Fernandes dos Santos reserva para 2015 a construção, reabilitação e ampliação da rede de distribuição para o aumento da capacidade de fornecimento de água a 15 sedes comunais e seis pontos no município de Malanje.

O governador Norberto Fernandes dos Santos apelou, na abertura do encontro, ao rigor na gestão dos recursos financeiros disponíveis por parte dos agentes públicos e "uma gestão mais parcimoniosa das despesas públicas", realça o documento final.

O plano orientador do executivo da região prescreve para o sector da educação o aumento da qualidade do ensino a todos níveis, desde a capacitação dos professores ao sistema de avaliação, incluindo as garantias definidas pelo Ministério da Educação quanto à "obrigatoriedade e gratuidade da educação

até ao Iº Ciclo do Ensino Secundário e apela ao reforço do Programa de Alfabetização de Adultos".

A redução da mortalidade materna, infantil e infante-juvenil, sem descorar a morbilidade e mortalidade no quadro nosológico da província, constam também das prioridades do "documento".

O apoio à produção agrícola e o comércio rural deverão merecer especial atenção por parte das administrações municipais que devem harmonizar o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza às metas do Programa do Governo Provincial, com o propósito de criar condições para o incremento na produção de bens e serviços, fomentando o emprego e as rendas para as famílias.

Os membros do Governo daquela circunscrição receberam informações relacionadas com os projectos do sector de energia e águas de âmbito central, do programa dos deputados do círculo provincial, do estado de implementação do Pólo de Desenvolvimento de Calandula, de Capanda, da situação económica do município de Cacusó, entre outros documentos.

A Iª reunião do ano do executivo aconteceu no anfiteatro do Centro de Formação Profissional de Cacusó, 72 quilómetros a oeste da cidade de Malanje.

8.8 Milhares de habitantes beneficiam de água potável

24 De Fevereiro de 2015

Texto: Estanislau Costa

o novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, um dos melhores da região sul, com equipamento sofisticado, vai abastecer, quando atingir o topo, mais de 70 mil habitantes da sede municipal da Jamba, a 315 quilómetros a leste da cidade do Lubangon na província da Huíla.

A água captada no rio Colui, situado a 400 metros do local onde está implantado o aparato técnico, tratamento e distribuição, é bombeada para dois enormes reservatórios, capacitados para reservar acima de 2.700 metros cúbicos.

Os tanques instalados no cimo da montanha próxima da vila da Jamba permitem que o abastecimento, numa primeira fase, a 160 moradias e empresas

públicas e privadas seja feito por gravidade, evitando encargos permanentes com combustíveis e lubrificantes.

O director provincial de Energia e Aguas da Huíla, Abel João da Costa, disse ao Jornal de Angola que os equipamentos instalados possuem uma potência de captação de 200 metros cúbicos/hora e reserva de água apropriada para o consumo de 850 metros cúbicos.

A rede de adução foi montada num espaço de mil metros, enquanto a de distribuição de é instalada numa área de demais de 11 mil metros. O sistema de captação e distribuição de água potável, montado na sede do município da Jamba, está enquadrado no Programa "Água para Todos".

Abrangência da água potável

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe, disse que com a instalação do sistema está resolvido o processo de abastecimento de água potável no município e lembrou que agora o abastecimento do precioso líquido é mais abrangente.

"Foi instalado equipamento de alta qualidade pelo facto de se construir um sistema com tecnologia muito sofisticada e, com isto, penso que não há falhas constantes de água com a captação do produto, a partir do rio próximo da localidade", frisou. Luís Filipe apelou aos beneficiários a cuidarem dos equipamentos instalados e a racionalizarem o consumo para evitar desperdícios, de modo a permitir que as futuras gerações beneficiem também da água apropriada para que se possa reduzir o contágio de doenças causadas pela utilização de líquido inadequado. O Executivo vai redobrar as acções relacionadas com o Programa Água para Todos, para que o abastecimento do produto no meio rural atinja uma cifra de 80 por cento até 2017.

Neste momento está a ser feito trabalho de vulto que vai abranger todas as povoações, aldeias e comunas com sistemas de fornecimento de água potável, de modo a encurtar distâncias, melhorar o consumo, cuidados higiénicos, entre outras benesses no seio das comunidades. Luís Filipe acredita estar acima da média o abastecimento de água na província da Huíla, em relação a outros pontos do país, argumentando que a aplicação do programa já chegou a 70 por cento.

Satisfação dos habitantes

O soba grande do município da Jamba Mineira, Miguel Cambinda, considerou a instalação do

primeiro sistema de captação e distribuição de água potável como o melhor presente do Executivo, num momento em que os angolanos estão prestes a comemorar 40 anos de independência. Miguel Cambinda disse que as autoridades tradicionais estão a realizar campanhas de sensibilização e mobilização para educar e convencer alguns habitantes a evitar o consumo da água do rio, por não estar tratada e que fazer mal à saúde.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Delinquência preocupa Bitá Tanque

Novo Jornal

20 De Fevereiro de 2015

OS MORADORES DO BAIRRO Bitá Tanque, município de Belas, estão apreensivos com o recrudescimento do índice de criminalidade naquela região sudoeste de Luanda.

Numa reunião com a coordenação de moradores, os residentes do bairro pediram aos agentes da lei e ordem para redobram esforços no combate ao fenómeno da criminalidade que, nos últimos tempos, conquista espaço naquela cidade.

Alguns intervenientes do encontro voltaram a "atacar" a Polícia pela alegada impunidade de alguns malfeitores que, conduzidos às celas, voltam a cometer o mesmo tipo de crime, contribuindo, deste modo, para a instabilidade social no bairro.

No Bitá Tanque, os principais tipos de crimes são os assaltos na via pública ou em residências, com recurso a instrumentos contundentes na via pública, os furtos qualificados e burlas, envolvendo, na sua maioria, cidadãos com menos de 30 anos de idade.

A sociedade civil tem vindo a pedir agravamento das penas de prisão para quem comete crimes.

"O que nós pretendemos é viver em harmonia, sem permitir que sejamos alvo dos bandidos" - referiu a dona de casa Domingas Pedro, para depois acrescentar que os moradores querem "viver livres do crime" nas suas comunidades.

Uma fonte da Polícia Nacional reiterou a necessidade do envolvimento das comunidades na luta contra a criminalidade, através de formalização de denúncias para que a corporação possa agir de forma mais eficaz.

9.2 Desmantelados vários grupos marginais

Jornal A Capital

21 De Fevereiro de 2015

Texto: Diniz Kapapelo

O realce para a referida operação recai para um grupo de marginais que se dedicava ao roubo e assalto aos estaleiros de empresas chinesas, em Luanda, com a ajuda de um meliante que se fazia passar por funcionário, no caso, motorista dos referidos estaleiros.

Fortunato Tomás Kifuba, ou simplesmente 'Tio Mingo', João Domingos Avelino, 'Sprite', Pedro Sebastião António, 'Cidadão', Francisco Nelson Coji, mais conhecido por 'Setenta e três', de 40, 26 e os dois últimos com 22 anos cada, respectivamente, são os integrantes da quadrilha que servia-se de um infiltrado nos estaleiros dos chineses para as suas acções delituosas.

Fortunato Kifuba, também conhecido por 'Tio Mingo', é motorista de profissão e o elemento encarregue de dar as pistas aos comparsas para os assaltos, ao passo que Francisco Coji, ou simplesmente 'Setenta e três', um cadete em formação na Academia das FAA servia-se da sua situação militar para facilitar as acções delituosas com a sua pistola.

Dados apurados pelo A Capital dão conta que a quadrilha já terá assaltado vários estaleiros, no caso, três ou quatro por onde o senhor 'Mingo' entrava como motorista mas com a simples missão de controlar o movimento dos chineses e dar as coordenadas aos parceiros para o 'golpe do baú'.

Em sua defesa, Fortunato Tomás Kifuba, ou simplesmente 'Tio Mingo', o mais velho do grupo, já com os seus 40 anos batidinhos, disse que de facto, era funcionário de uma empresa chinesa, mas que infelizmente já estava a quatro meses sem receber os seus ordenados.

"Devido a situação periclitante que eu estava a passar, convidei o meu amigo, 'Setenta', no sentido de acompanhar-me e discutir os meus direitos com os meus chefes, no caso, chineses", começou por explicar a sua presença entre um grupo de detidos.

Postos lá, referiu, o seu chefe, um chinês, começou a discutir com ele dizendo que não tinha dinheiro para dar-lhe. "Por este facto, começamos a discutir e durante a discussão, o meu amigo também se meteu e eu aproveitei para puxar a pasta que ele tinha pendurado no ombro", sublinhou, acrescentando posteriormente que para sua sorte e azar do cidadão chinês, na pasta tinha 200 mil kwanzas.

"Tão logo saímos dali, a correr, dividimos os valores com os meus amigos, com os quais estou aqui detido. Dei-lhes cada 50 mil kwanzas", sustentou, reiterando que o caso ocorreu na zona do Mazozo, no recuado dia 18 de Janeiro.

Contudo, disse mais adiante, que está preso porque ao invés de ter participado o caso à Polícia, foi, na companhia dos amigos, e acabaram por levar uma pasta contendo o dinheiro.

"Isso foi considerado por justiça por mãos próprias. E como o chinês sabe que sou funcionário dele, foi com os agentes da Polícia em minha casa e fomos todos detidos", rebateu, antes mesmo de dizer que auferia um salário na ordem dos 35 mil kwanzas/mês e já estava a quatro meses sem ver a cor do salário.

9.3 Polícia reúne com comissões de moradores

Jornal de Angola
23 De Fevereiro de 2015

o comandante de divisão da Polícia Nacional no município do Cazenga, província de Luanda, reuniu-se com os presidentes das comissões de moradores com quem analisou formas de combate à criminalidade.

Manuel Gonçalves disse aos representantes da comunicação que o objectivo da reunião foi colher contribuições que ajudem a diminuir a criminalidade no Cazenga e que a Polícia Nacional desenvolve um trabalho que satisfaz a população, mas que é necessário melhorar a actuação com a ajuda dos moradores, cuja colaboração é importante para se obterem os resultados desejados.

O comandante, que afirmou ter recebido muitas informações e denúncias que vão ajudar a melhorar o

trabalho da Polícia no combate à criminalidade, reconheceu haver zonas do município do Cazenga "sem cobertura policial", mas que se desenvolvem esforços para garantir segurança a toda a população. Cazenga, um dos sete municípios da província de Luanda, é constituído pelas comunas de Tala-Hadi, Cazenga e Hoji ya Henda.

Acidentes de viação

Duas pessoas morreram e 24 ficaram feridas nos 24 acidentes de viação registados nos últimos sete dias no Bié, disse o director do gabinete da comunicação e imagem do comando provincial da Polícia Nacional.

Entre os acidentes sobressaem despistes, colisões entre veículos e velocípedes com e sem motores, com obstáculos fixos e entre automóveis.

António Hossi declarou que, os acidentes também causaram danos materiais de 1,729 milhões de kwanzas.

As principais causas dos desastres rodoviários foram imprudência, falhas de travões, mau estado técnico das viaturas e dos troços rodoviários, excesso de velocidade, condução em estado de embriagues e não cedência de prioridade de passagem.

Cuanza Sul

No Cuanza Sul foram detidas 26 pessoas na semana passada por suspeita envolvimento em 44 crimes de natureza diversa, revela um comunicado divulgado ontem pela Polícia Nacional. Entre os crimes contam-se furtos, especulação, desobediência, ofensas corporais voluntárias graves, violência física, homicídio voluntário, posse e uso de drogas, tentativa de violação e falsificação. Os municípios do Sumbe, Amboim, Cela, Quibala, Porto Amboim e Mussende foram os que registaram maior número de crimes. O comunicado informa que se registaram também 15 acidentes de viação.

9.4 Assaltos preocupam os moradores nos bairros de Luanda

Jornal Continente
11 De Fevereiro de 2015
Texto: Alberto Kahango

Falando ao CONTINENTE os mesmos referiram que as acções de vandalismo acontecem não só nas

caladas da noite mas também no pleno dia. Segundo eles, quando estiver andar sozinho o aparecimento em tua frente de um jovem a te pedir dinheiro e em poucos segundos o surgimento surpreendente dos demais do grupo, é um dos truques que os referidos assaltantes usam para te tirarem tudo que tiveres levado consigo.

João Kinanga, um dos moradores revelou que recentemente na ponte entre Katinton do Cassequel e o das Mangueiras local de muitas praticas, assistiu o assalto à uma mulher que aparentava vir do mercado que sem a intervenção das pessoas, temendo lhes fazer passar pela mesma desgraça lhe foi retirada sua pasta, contendo nela um montante de dinheiro sem no entanto revelar os valores.

No passado, referiram, davam gosto de se viver nestes bairros, tendo em conta a sua calma que apresentava, mas agora com o crescimento do número de casas e pessoas com diferentes comportamentos, não permitindo andar a qualquer hora da noite porquanto até mesmo no pleno dia acções de vandalismo são realizadas na presença das pessoas, já não se consegue viver em tranquilidade.

Já nos bairros conhecidos por Chimuco, Ingutal, afectos ao município de Viana e alguns do município de Cacucaco, nomeadamente Augusto Ngangula, cerâmica, Boa Esperança e Paraíso a situação não foge a regra.

Nesses, revelaram, em certos casos as mulheres que andam de noite distraidamente são violadas.

A falta do policiamento, do espírito de denúncia por parte dos moradores, bem como da mal urbanização e iluminação nas respectivas ruas, é apontado pelos mesmos como estando na base de toda a maldade que se pratica por grupos de jovens desconhecidos. "Os meliantes quando actuam contra um cidadão, retirando-lhe o que tem ninguém se atreve mas depois da retirada dos malfeitores que se metem nos becos, as pessoas aparecem perguntando saber sobre o que te tiraram", lamentaram.

Na opinião de muitos com que tivemos acesso de conversar, seria bom que os órgãos de direito tomassem a peito no sentido de mais uma vez realizarem buscas para se devolver aos moradores o sossego perdido com o aumento da delinquência.

9.5 Entre o desentendimento com a população e a intolerância política

Jornal A Capital

21 De Fevereiro de 2015

As autoridades policiais imputam a um desentendimento entre a população do município do Cuango, na província da Lunda Norte, e militantes da UNITA, o incidente que culminou com o ferimento de 22 pessoas, entre as quais o primeiro secretário provincial do maior partido político na oposição angolana, e a danificação de pelo menos 10 viaturas.

Naquele que é um posicionamento contraditório às considerações feitas a propósito por dirigentes da UNITA, o porta-voz da Polícia Nacional, Aristófares dos Santos, aludiu à ocorrência como tendo sido protagonizada por populares e não por militantes do partido político no poder em Angola, o MPLA, como de resto foi a acusação inicial dos "maninhos".

"Na sequência do desentendimento com a população, a delegação da UNITA manteve sob cárcere privado dois populares", explicou Aristófares, sobre o desenrolar do facto ocorrido no troço rodoviário entre as comunas de Luremo e Cafunfo. Tal atitude da UNITA, na versão da Polícia, revoltou os demais habitantes, "levando-os a atacar a caravana, resultando em danos e agressão física", acrescentou.

A UNITA, por sua vez, considerou que o facto decorreu de um acto de intolerância política, acusando "um grupo de militantes do MPLA" como sendo os atacantes. Da investida, resultou o ferimento de 22 pessoas, entre as quais o secretário provincial da UNITA, três delas em estado grave.

Durante a semana, a UNITA apresentou testemunhos sugestivos de que os partidos da oposição têm dificuldades para desenvolver actividades políticas na região, queixando-se de serem impedidos por militantes do partido no poder. Eles "não permitem", referiu um quadro partidário. Como exemplo, apontou para o facto de não existir, na localidade, içada uma única bandeira de algum partido da oposição. Por outro lado, recordou que, no ano passado, alguns militantes da UNITA foram alegadamente expulsos de um bairro conhecido como Gika.

Para a UNITA não há dúvidas: "acreditamos que o que existe é intolerância política instigada superiormente", acusou Domingos Oliveira, Secretário Provincial para a Lunda Norte, ele que

reforça a sua tese culpando o MPLA por supostamente deter, naquela província, autênticos "feudos eleitorais" controlados pelas administrações locais que "impedem que os partidos da oposição penetrem e desenvolvam actividades políticas".

Procurando contrapor a essa situação, o dirigente da UNITA programou uma deslocação ao município do Cuango, de que a comuna de Luremo faz parte, perspectivando a realização de um acto político. Teve, para o efeito, um encontro com o administrador municipal, Luís Figueiredo, com o objectivo principal de mantê-lo informado da intenção partidária, bem como de abordar questões relacionadas com a actual conjuntura política, social e económica da região. O encontro, segundo Oliveira, até foi pacífico. "Falamos também da minha visita à comuna do Luremo", referiu.

A princípio, o administrador desaconselhou a visita, dizendo que, embora recentemente nomeado, sabia que, naquelas localidades, houve horrores cometidos no período da guerra de que grande parte da população não se tinha, ainda, esquecido. No entanto, "ele próprio ligou para o administrador comunal de Luremo a informá-lo da visita" dos responsáveis do Galo Negro. Esse telefonema deixou Domingos Oliveira de certo modo tranquilo, embora do outro lado da linha o anfitrião tivesse mostrado indisponibilidade para recebe-lo, por alegadamente estar a cumprir "uma licença disciplinar".

No dia a seguir ao encontro, portanto, a 15 de Janeiro, a caravana de 10 viaturas, seguiu para Luremo. Mas já à entrada da comuna encontrou várias barricadas que a impediam de prosseguir a marcha. Os populares, militantes do MPLA conforme a acusação da UNITA, empunhavam catanas e ao avistar a caravana começaram a arremessar contra ela pedras e paus. Os militantes da UNITA retorquiram, tendo retido dois cidadãos. Com isso instalou-se, definitivamente, a confusão a tal ponto que, ao retirar-se da comuna, a delegação confrontou-se com mais um grupo de populares que, contra ela, voltou a arremessar pedras e paus. Do confronto, resultou o ferimento dos 22 elementos da delegação partidária, além da destruição das 10 viaturas da caravana.

A UNITA alega ainda que, durante o curso dos acontecimentos, a polícia Nacional se manteve indiferente, tendo começado a movimentar-se apenas quando a delegação do partido refugiou-se no comando municipal em busca de socorro. Mesmo assim, "não conseguiu evitar que o soba local entrasse na esquadra a arremessar pedras contra os maninhos".

A polícia Nacional, por seu turno, rejeita as acusações de passividade, garantindo que a zaragata só foi contida graças à sua intervenção. A UNITA, insatisfeita, reputa a situação como tendo sido "de extrema gravidade", na medida em que, tal como consideraram os seus dirigentes, "fere gravemente o espírito de paz e reconciliação nacional".

O Secretário Provincial da UNITA disse ter se queixado à vice-governadora da Lunda Norte para o Sector Político e Social, Angélica Nené Kulika, de quem recebeu a garantia de que "tudo seria feito para identificar os culpados pela desordem".

Lamentação dos maninhos

A Direcção da UNITA, em comunicado divulgado no princípio da semana, diz ter acompanhado com preocupação os acontecimentos ocorridos na comuna do Luremo e "condena em termos mais enérgicos o ataque contra a caravana do seu Secretário Provincial que cumpria uma missão política na comuna para contacto com os militantes e simpatizantes do seu Partido".

O partido liderado por Samakuva diz que, além dos danos, os militantes da UNITA na comuna de Luremo estão a ser perseguidos, encontrando-se em parte incerta, depois de as suas casas terem sido deitadas abaixo por supostos militantes do partido no poder.

O que constitui estranheza para este partido é o facto de tais actos, que reputa como intolerância política, terem lugar depois de "bem informadas as autoridades administrativas e policiais sobre o programa de trabalho do Secretário Provincial da UNITA naquela comuna".

Já agora, a UNITA acha, que o senhor Presidente da República tem sido constantemente desautorizado pelos militantes do seu próprio partido "que insistem e persistem na execução destas acções por todo o país". Seja como for, pede que o Presidente "de todos os angolanos" faça cumprir a sua afirmação feita por ocasião do discurso de fim de ano, através da qual manifestava o desejo de "passos firmes para neutralizar as causas da intolerância política e recurso à violência".

Falta de formação

Em declarações à Rádio Eclésia, o padre António Makoko Muyamba, da paróquia Francisco Xavier, em Luremo, alertou para os sucessivos incidentes de intolerância política que vão acontecendo naquela parcela do território nacional.

Para o pároco, em momento nenhum, em democracia, o povo devia viver "actos como estes de intolerância que têm sido regulares na região", por isso sugere que se crie um plano de formação política para os líderes políticos naquela localidade no que a convivência na diferença diz respeito, "já que nota-se a ausência da mensagem de paz, de entendimento e tolerância".

9.6 Exploração sexual ganha terreno

Novo Jornal

13 De Janeiro de 2015

EMBORA "TODOS os países africanos tenham disposições legais para criminalizar a violência sexual, o abuso e a exploração", os ataques contra crianças "estão de tal forma incorporados nas sociedades que tendem a passar despercebidos ou a serem aceites como norma", revela o "Relatório Africano sobre a Violência Contra a Criança".

De acordo com o documento, a África do Sul, o Quênia, o Senegal, Marrocos e a Etiópia estão a tornar-se atracções turísticas por causa da exploração sexual infantil

"As nossas leis são fantásticas, mas não se aplicam em áreas desfavorecidas. Há uma guerra contra as crianças em África e está a ser conduzida por africanos", alerta a activista Jackie Branfield.

10. AMBIENTE

10.1 Habitantes de Ondjiva plantam árvores

Jornal de Angola
03 De Fevereiro de 2015

Os habitantes da cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, foram incentivados a plantar árvores nos quintais das suas residências, tendo em conta a sua importância para o meio ambiente.

O director municipal da Repartição do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Yanes da Conceição Lupeke, manifestou, propósito do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Ambiente, a sua preocupação por haver poucas árvores na urbe e por isso, a necessidade de consciencializar a população para participar em actividades relacionadas com plantação, multiplicação e preservação.

As autoridades estão preocupadas com políticas públicas que combatam a exploração ilegal de árvores.

A moringa oleífera e o eucalipto são importantes, têm funções benéficas para o meio ambiente, recuperando áreas degradadas, e para a saúde humana.

Os países em todo o mundo desenvolvem acções para a preservação do meio ambiente. Uma das acções passa pela plantação de árvores e redução dos actos que colocam em perigo a biodiversidade.

Angola comemora a 31 de Janeiro o Dia Nacional do Ambiente. Foi nesta data que terminou a primeira semana de conservação da natureza, decorrida de 26 a 31 de Janeiro, em 1976, em Luanda. A efeméride visa chamar a atenção dos sectores políticos e sociais sobre a necessidade de se criar medidas e padrões de vida sustentáveis para uma gestão equilibrada dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações.

Arborização em Benguela

O programa de arborização da cidade de Benguela, "Acácias Rubras", foi apresentado no sábado pelo administrador municipal, no âmbito do Dia Nacional do Ambiente, assinalado em 31 de Janeiro.

Leopoldo Muhongo disse, no âmbito do programa, são feitas este ano pelo menos 800 mudas, o que

permite a plantação de múltiplas espécies, maioritariamente acácias rubras.

A Administração Municipal, afirmou, está a ensaiar um modelo de gestão dos espaços verdes que inclui o acompanhamento de ruas arborizadas e por arborizar por determinadas pessoas, escolhidas como padrinhos, que se responsabilizam pela rega e tratamento das plantas.

Os camiões cisterna, que prejudicavam o trânsito automóvel, foram substituídos por motorizadas de três rodas equipadas com um depósito de 500 litros. A Administração entregou plantas diversas a residentes das seis zonas do município

Leopoldo Muhongo mencionou "o débil saneamento básico, a qualidade dos solos argiloso a acumulação de resíduos sólidos em alguns mercados informais", como os principais problemas. "Estamos a trabalho com as entidades responsável pela recolha e foram introduzidas agora empresas de fiscalização para melhorar o processo.

10.2 Falta de valas de drenagem deixa casas e ruas inundadas

Jornal de Angola
09 De Fevereiro de 2015
Texto: Elautério Sillpulení

As fortes chuvas que se abateram nos últimos dias sobre a cidade de Ondjiva, no Cunene, deixaram várias casas e ruas dos bairros Pioneiro Zeca, Castilhos e Naipalala inundadas, criando dificuldades aos moradores e na circulação de viaturas.

A estagnação da água nas ruas deve-se em grande parte à falta de um sistema de drenagem, mas é causada também pela construção desordenada de habitações em alguns bairros.

A situação repete-se todos os anos. As ruas tornam-se intransitáveis devido à exposição de cabos eléctricos e de excrementos provenientes de fossas das residências.

Uma consequência das enxurradas nas ruas Hoji-ya-Henda e 8 de Março, no bairro Pioneiro Zeca, foram as grandes quantidades de águas da chuva paradas

que invadiram algumas residências, dificultando quem quisesse sair para se dirigir para o trabalho.

José do Nascimento e Filomena Patrícia, moradores há mais de 10 anos neste bairro afectado, defenderam a colocação de valas de drenagem para que as chuvas não venham a causar danos, como o que aconteceu. Nos bairros Castilhos e NaipalaIa, a situação ainda mais preocupante, já que além das águas pluviais estagnadas, existem muitos buracos que formaram grandes lagoas que impedem a circulação de viaturas de pequeno porte.

O saneamento básico nalguns bairros periféricos da cidade de Ondjiva é ainda deficiente e a situação se agrava nesta época chuvosa. O lixo é arrastado e espalhado pelas águas.

José Kundi, morador do bairro Castilhos, disse que a conhecida rua da "Valmim", onde estão concentradas algumas instituições do governo, como a Direcção Provincial da Saúde, os transeuntes e viaturas circulam com muita dificuldade. "A situação é precária.

10.3 Chuva volta a causar mortes no município do Longonjo

Jornal de Angola
20 De Fevereiro de 2015

Uma mulher perdeu a vida na comuna do Lépi, município do Longonjo, 64 quilómetros da cidade do Huambo, ao ser atingida, na tarde de terça-feira, por uma descarga eléctrica, sendo a segunda em menos de uma semana.

O facto foi confirmado pelo administrador comunal adjunto do Lépi, Aurélio Luciano, realçando que a vítima, de 34 anos, foi surpreendida pela fâisca, às 17 horas, quando se protegia da chuva debaixo de uma árvore, ao regressar da lavra. Aurélio Luciano disse ainda que o temporal danificou um computador e a placa solar da administração comunal do Lépi. Com esta morte eleva-se para 11 o número de vítimas por descargas eléctricas no município do Longonjo, desde o princípio desta estação chuvosa.

Moto-taxistas.

Por outro lado, 61 moto-taxistas do município do Longonjo receberam segunda-feira as suas cartas, após concluírem o curso de condução, que durou três

meses. O administrador municipal, António Caviendi, que apelou os moto-taxistas para prevenirem os acidentes rodoviários e evitar mortes.

10.4 Seca compromete campanha agrícola

Jornal de Angola
20 De Fevereiro de 2015

A campanha agrícola de 2014/2015 na Ganda, Benguela, está praticamente comprometida devido à seca, pois onde a última vez que choveu foi 21 de Dezembro, disse à Angop o responsável municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Manuel Tchitumba afirmou que 61 hectares de milho e mais de 90 por cento dos 5.059 plantados de feijão secaram, o que afectou as comunas do Casseque, Ebanga, Babaera e a sede municipal.

Naquelas localidades, referiu responsável, o prejuízo da primeira época foi de entre 65 e 75 por cento do cultivo, embora na comuna da Chicuma os danos se tenham ficado por um quarto da produção.

O responsável disse que a esperança agora é que os agricultores consigam ao menos produzir o indispensável para a sua alimentação, especialmente feijão, batata rena, batata-doce e hortícolas, mas que para isso que para isso é preciso recuperar represas e açudes.

Uma equipa técnica, chefiada por Manuel Tchitumba, constituída por técnicos das Estações de Desenvolvimento Agrário das cinco comunas, é responsável por fazer um levantamento da situação.

Aprender a regar

A acção de formação, que se realiza há três dias em Benguela, sobre o uso correcto da água no regadio, na qual participam responsáveis institucionais, técnicos e agricultores sobre o uso eficiente da água para regadio termina amanhã.

N a iniciativa, promovida pela Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, são dadas noções do uso e gestão da água, sistemas de regadio, estações de bombagem e mediação.

O prelector do seminário, engenheiro agrónomo Isaurindo Oliveira, disse que o objectivo é o de ensinar quem está directamente envolvido na produção agrícola a determinar o momento e em que quantidade deve ser armazenada a água, o teor dela no solo e saberem o momento próprio da rega.

10.5 Vítimas da chuva receberam apoios

Jornal de Angola
20 De Janeiro de 2015

As 21 famílias do Luele, Lunda Sul, afectadas pela chuva receberam da Administração Municipal de Dala chapas de zinco, utensílios de cozinha, colchões, cobertores e alimentos, bens indispensáveis para quem perdeu quase tudo.

A chuva, que desalojou 81 pessoas, quatro das quais ficaram feridas, destruiu também uma escola primária, o mercado, as instalações da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Administração do Uíge

As 13 famílias da comuna de Quinvuenga, Uíge, cujas casas foram destruídas pela chuva de sábado, receberam da Administração Municipal do Songo, no Uíge, alguns bens, entre os quais chapas de zinco.

A administradora municipal do Songo disse que a oferta serviu para acudir às situações mais prementes, mas garantiu mais apoios nos próximos dias. "Vamos continuar a prestar uma melhor assistência a estas famílias", precisou.

Adelina Pinto afirmou que as autoridades continuam a desenvolver esforços para "as famílias poderem reabilitar ou construir casas e continuar a vida".

A chuva destruiu igualmente um posto policial, casas dos funcionários da Administração Comunal e o alpendre de uma escola do 11 ciclo do ensino secundário.

10.6 Chuvas desalojam famílias

Jornal de Angola
23 De Fevereiro de 2015

As chuvas da semana passada desalojaram 485 pessoas de 140 famílias dos municípios de Cazengo e Lucala, disse aos jornalistas o porta-voz do Serviço provincial de Protecção Civil e Bombeiros.

André da Costa, fez o anúncio ao apresentar o balanço das ocorrências daquela semana, afirmou que as chuvas fizeram com que 237 casas particulares, duas escolas, duas igrejas e um restaurante ficassem sem telhado. O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está a proceder ao registo das pessoas afectadas para serem assistidas com géneros de primeira necessidade. André da Costa referiu que as chuvas também derrubaram 16 árvores que deixaram temporariamente intransitáveis alguns troços da Estrada Nacional 230-A.

No mesmo período, declarou porta-voz, foram registados nos mesmos municípios dois incêndios, provavelmente provocados por negligência e fogo posto, que originaram danos materiais de 285 mil kwanzas.

O serviço de Bombeiros também registou a por afogamento, no município de Quiculungo, de um homem, de 42 anos.

10.7 Apoio às vítimas das chuvas

Jornal de Angola
27 De Fevereiro de 2014
Texto: Justino Vitorino

Um total de 40 famílias da aldeia de Kanjonde, município da Chicala Cholohanga, província do

Huambo, beneficiou de chapas de zinco, cimento, portas, janelas e bens alimentares, para minimizar a carência e assegurar o seu realojamento.

As famílias beneficiárias ficaram sem as suas residências, em consequência das fortes chuvas que caem intensamente na região. A população também recebeu outros bens de primeira necessidade, dados pela Administração Municipal.

A administradora, Luísa Ngueve, informou que no quadro do programa de serviços de protecção civil, as famílias sinistradas receberam chapas de zinco, portas, janelas, cimento, bens alimentares e outros meios para assegurar o realojamento nas suas comunidades.

"A situação é preocupante e é nosso dever acudir às populações afectadas", frisou a administradora. Em Dezembro do ano passado, a chuva destruiu centenas de habitações, escolas, centros e postos de saúde, postos de iluminação pública, pontes e muitas plantações. O município regista também algumas mortes por descargas eléctricas e outras ocorrências, resultantes das quedas pluviométricas, mas assegurou que tudo está a ser feito para minimizar a situação e acautelar outras que possam ocorrer nos próximos tempos.

As populações foram orientadas a não construir próximo dos cabos eléctricos, enquanto estiver a chover e os adultos devem evitar que as crianças frequentem ou se aproximem das valas de drenagem.

O regedor da aldeia Canjonde, João Comandala, apontou também as puxadas anárquicas dos cabos de energia eléctrica e a fixação de residências nas zonas consideradas de grande risco e à beira dos rios e terrenos inclinados como outras causas das mortes no município.

A autoridade tradicional aconselha as populações a plantar árvores, sobretudo eucaliptos, em zonas consideradas de risco, para combater certas tragédias nas comunidades.

As construções feitas em áreas de risco preocupam as autoridades. O Executivo já gastou somas elevadas para o realojamento.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Adiado repatriamento de angolanos

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2015

O início da segunda fase do processo de repatriamento voluntário e organizado dos ex-refugiados angolanos na República Democrática do Congo (RDC), inicialmente previsto para ontem, foi adiado para data a anunciar.

Em declarações à Angop, o director provincial do Zaire da Assistência e Reinserção Social, Manuel José António, disse que o adiamento se deve a razões operacionais por parte das entidades da RDC.

"Fomos notificados que o arranque da segunda fase da operação de ex-refugiados angolanos ainda na RDC foi adiado sem data, por razões técnicas das entidades migratórias deste país vizinho", disse.

O regresso dos angolanos é feito através da comuna fronteira do Luvo, 60 quilómetros a norte da cidade de Mbanza Congo, sede da província do Zaire. A primeira fase do processo de repatriamento, realizada de Novembro a Dezembro do ano transacto, permitiu o regresso de 1.488 ex-refugiados ao país, correspondentes a 422 famílias, das quais 390 foram reassentadas na província do Zaire, enquanto as restantes foram transportadas para outros pontos do país.

Ex-refugiados no Moxico

A directora da Assistência e Reinserção Social na província do Moxico, Quintas Camiji Pinto, aconselhou quarta-feira, no Luena, os ex-refugiados provenientes das vizinhas República da Zâmbia e da República Democrática do Congo a trabalharem para o auto-sustento das suas famílias.

Quintas Pinto disse à imprensa que os ex-refugiados devem sentir-se angolanos e envolver-se em actividades como agricultura, alvenaria, mecânica, entre outras áreas, depois de receberem apoios com equipamentos de reintegração.

Aquando da sua chegada, os ex-refugiados receberam igualmente bens alimentares para a sua subsistência para seis meses. Passado este período, devem

trabalhar para conseguir o auto-sustento das suas famílias e inserir-se nas comunidades, evitando deste modo a dependência total do Estado e de outras organizações filantrópicas.

Quintas Pinto garantiu que o seu sector vai continuar a intervenção no sector social, com apoios pontuais, pelo facto de ainda existirem nas comunidades muitas pessoas que carecem de acompanhamento e apoio do Estado.

Em 2014, foram contempladas 708 pessoas, portadoras de deficiências, com meios de locomoção, como cadeiras de rodas e canadianas (muletas), assim como equipamentos de reintegração social.

No mesmo período, o Ministério da Reinserção Social (MINARS) inseriu 709 crianças nos programas de educação pré-escolar, através do Centro Infantil Comunitário e Centro de Educação Comunitária, bem como construiu 13 casas comunitárias para idosos em alguns bairros periféricos da cidade do Luena.

A Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social recebeu 7.996 ex-refugiados, oriundos da República Democrática do Congo e Zâmbia.

II.2 Imigrantes são repatriados por estarem ilegais no país

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2015

Um grupo de 65 estrangeiros de várias nacionalidades em situação ilegal na Huíla são repatriados nos próximos dias, disse à Rádio Nacional de Angola o director provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME).

Mariano Miguel afirmou que grupo é constituído filipinos, egípcios, moçambicanos nigerianos, zimbabwianos, eritreus, somalis, portugueses e brasileiros. A maioria entrou em Angola pelas fronteiras com a República Democrática do Congo e da Namíbia.

O Serviço de Migração e Estrangeiro recusou em Janeiro a entrada no país a dois portugueses e a um nigeriano por serem portadores de vistos falsos,

refere um relatório do SME. O documento anuncia que entre os dias 22 e 28 daquele mês, o SME expulsou, por via administrativa e judicial, 1. 756 Estrangeiros em situação irregular no país.

O segundo comandante da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, revelou em Janeiro que havia em Angola mais de meio milhão de imigrantes ilegais e que iam ser tomadas medidas para desencorajar as entradas clandestinas no país. Números do ano passado do Serviço de Migração e Estrangeiros revelam que naquele ano foram expulsos de Angola mais de mil imigrantes em situação ilegal.

Numa operação de fiscalização realizada pelo SME em 20 de Dezembro em Luanda permitiu deter 884 estrangeiros em situação ilegal.

11.3 Polícia detém estrangeiros

Jornal de Angola
19 De Fevereiro de 2015

O Comando da Sétima Unidade da Polícia de Guarda Fronteiras de Angola deteve 198 indivíduos provenientes da República Democrática do Congo (RDC) que viviam em situação migratória ilegal na Lunda Norte.

Um comunicado daquela instituição refere que as detenções foram feitas entre os dias 9 e 16 numa operação de rotina e que foram evitadas 11 entradas ilegais no país e detectado um caso de exploração ilegal de madeira. Recentemente, mais de cem imigrantes em situação ilegal provenientes do Congo Democrático, Costa do Marfim, Senegal, Mali, Guiné Conacri, Mauritânia e Sudão foram detidos pela Polícia Nacional na comuna de Soma Cuanza, Bié.

Além de viverem de forma ilegal em Angola, suspeita-se que se dedicavam à exploração e compra ilegal de diamantes, tráfico de drogas e seres humanos e branqueamento de capitais.

11.4 Polícia em Cabinda reforça postos fronteiriços e combate à criminalidade

Novo Jornal
20 De Fevereiro de 2015
Texto: David Felipe

O COMANDO PROVINCIAL da Polícia Nacional vai aumentar os níveis de operacionalidade em Cabinda e nos postos fronteiriços, para reforçar o programa de combate à criminalidade.

O comandante da polícia no enclave, comissário Eusébio Almeida e Costa, disse ao Novo Jornal que a corporação tem conhecimento da existência de "redes" organizadas a partir de determinados países vizinhos que planeiam acções de vária ordem para perturbarem a ordem pública na província.

"O aumento de cidadãos em condições migratórias irregulares está a preocupar a Polícia em Cabinda, tendo em conta o número de pessoas que são repatriadas e outras que abandonam voluntariamente a província, através das fronteiras a norte de Massabi e a sul de Yema", salientou o comandante, garantindo que estão já criadas as condições para conter esse fenómeno.

Segundo dados estatísticos referentes ao período que vai de Janeiro a Setembro do ano passado, 11.288 cidadãos estrangeiros que se encontravam em situação migratória irregular na província de Cabinda foram expulsos, pelo Serviço de Migração e Estrangeiros (SME).

"Fazer mais e melhor com os meios disponíveis terá, assim, que ser forçosamente um dos grandes objectivos da Polícia Nacional", prometeu o responsável pelo comando provincial de Cabinda.

Para o presente ano, o comissário destacou como principais acções o reforço da segurança pública, através do aumento do dispositivo policial,

modernização de equipamentos tecnológicos, especificamente os adequados às exigências operacionais actuais para facilitar a rápida descoberta dos autores de crimes e garantir provas irrefutáveis para a sua condenação em tribunal.

"Temos que trabalhar mais afincadamente no policiamento de proximidade para que toda a sociedade participe de maneira activa na segurança pública", reforçou.

Durante o Conselho Consultivo que ocorreu recentemente em Cabinda, o comissário Eusébio Domingos e Costa disse que as acções policiais em curso indicam que é tempo de aperfeiçoar ou renovar os mecanismos de controlo e combate às causas e factores desencadeadores da criminalidade, desordem pública, desobediência e de desrespeito das leis vigentes no país.

Adiantou que esta acção visa, sobretudo, criar o efeito de mecanismos de participação de outros factores sociais na execução de programas específicos que estimulem e envolvam as várias instituições.

Avançou ainda que, no domínio da segurança e protecção das fronteiras, deve-se continuar a trabalhar no sentido de reduzir cada vez mais o espaço de manobra para todos aqueles que procuram fomentar a imigração ilegal, fuga ao fisco, o contrabando de combustíveis, o tráfico de drogas e de pessoas, bem como o branqueamento de capitais.

No comunicado final, os membros do conselho foram ainda unânimes em aprovar medidas de aperfeiçoamento em termos funcionais dos piquetes das distintas unidades policiais, áreas de atendimento às vítimas de violência com o objectivo de proporcionar melhor atenção a todos quantos necessitam dos serviços da Polícia Nacional.

O conselho fez o balanço das actividades desenvolvidas durante o ano de 2014, e perspectivou acções na sequência da implementação do Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional para o quinquénio 2015/2017 e também para consolidar os resultados alcançados à luz da directiva executiva do Comando Geral da Polícia Nacional.

Os membros do Conselho Consultivo Alargado, pela forma como caracterizaram a abordagem dos assuntos, concluíram que os esforços conjugados das distintas especialidades da Polícia Nacional permitiram: esclarecer uma grande parte das ocorrências chegadas ao seu conhecimento, dando particular realce para a contenção dos crimes violentos, cujas estatísticas demonstram uma

diminuição no número de homicídios, bem como na utilização de armas de fogo, desde o desarmamento da população.

Continuam a inquietar a corporação na região, como ficou evidenciado durante o encontro, os casos de justiça por mãos próprias e a crença no feiticismo, fenómeno promovido por algumas seitas religiosas na província, que incutem receio nos seus fiéis para a obtenção de lucros fáceis, assim como sustentam actos de promoção e auxílio à imigração ilegal.

No entanto, os membros do Conselho Alargado consideraram satisfatórios os resultados alcançados no combate à criminalidade económica, fiscal, transfronteiriça, particularmente a fuga ao fisco, imigração ilegal, contrabando de combustíveis, especulação e burla por defraudação.

A sinistralidade rodoviária foi igualmente caracterizada como factor de preocupação. Trata-se de um fenómeno que tem perturbado a sociedade pelas consequências causadas pela desobediência ao estabelecido no código de estrada e demais legislação, tendo-se recomendado um policiamento eficaz e efectivo, com prioridade para as acções de prevenção.

11.4 Polícia em Cabinda reforça postos fronteiriços e combate à criminalidade

Novo Jornal

20 De Fevereiro de 2015

Texto: David Felipe

O COMANDO PROVINCIAL da Polícia Nacional vai aumentar os níveis de operacionalidade em Cabinda e nos postos fronteiriços, para reforçar o programa de combate à criminalidade.

O comandante da polícia no enclave, comissário Eusébio Almeida e Costa, disse ao Novo Jornal que a corporação tem conhecimento da existência de "redes" organizadas a partir de determinados países vizinhos que planeiam acções de vária ordem para perturbarem a ordem pública na província.

"O aumento de cidadãos em condições migratórias irregulares está a preocupar a Polícia em Cabinda, tendo em conta o número de pessoas que são

repatriadas e outras que abandonam voluntariamente a província, através das fronteiras a norte de Massabi e a sul de Yema", salientou o comandante, garantindo que estão já criadas as condições para conter esse fenómeno.

Segundo dados estatísticos referentes ao período que vai de Janeiro a Setembro do ano passado, 11.288 cidadãos estrangeiros que se encontravam em situação migratória irregular na província de Cabinda foram expulsos, pelo Serviço de Migração e Estrangeiros (SME).

"Fazer mais e melhor com os meios disponíveis terá, assim, que ser forçosamente um dos grandes objectivos da Polícia Nacional", prometeu o responsável pelo comando provincial de Cabinda.

Para o presente ano, o comissário destacou como principais acções o reforço da segurança pública, através do aumento do dispositivo policial, modernização de equipamentos tecnológicos, especificamente os adequados às exigências operacionais actuais para facilitar a rápida descoberta dos autores de crimes e garantir provas irrefutáveis para a sua condenação em tribunal.

"Temos que trabalhar mais afinadamente no policiamento de proximidade para que toda a sociedade participe de maneira activa na segurança pública", reforçou.

Durante o Conselho Consultivo que ocorreu recentemente em Cabinda, o comissário Eusébio Domingos e Costa disse que as acções policiais em curso indicam que é tempo de aperfeiçoar ou renovar os mecanismos de controlo e combate às causas e factores desencadeadores da criminalidade, desordem pública, desobediência e de desrespeito das leis vigentes no país.

Adiantou que esta acção visa, sobretudo, criar o efeito de mecanismos de participação de outros factores sociais na execução de programas específicos que estimulem e envolvam as várias instituições.

Avançou ainda que, no domínio da segurança e protecção das fronteiras, deve-se continuar a trabalhar no sentido de reduzir cada vez mais o espaço de manobra para todos aqueles que procuram fomentar a imigração ilegal, fuga ao fisco, o contrabando de combustíveis, o tráfico de drogas e de pessoas, bem como o branqueamento de capitais.

No comunicado final, os membros do conselho foram ainda unânimes em aprovar medidas de aperfeiçoamento em termos funcionais dos piquetes das distintas unidades policiais, áreas de atendimento

às vítimas de violência com o objectivo de proporcionar melhor atenção a todos quantos necessitam dos serviços da Polícia Nacional.

O conselho fez o balanço das actividades desenvolvidas durante o ano de 2014, e perspectivou acções na sequência da implementação do Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional para o quinquénio 2015/2017 e também para consolidar os resultados alcançados à luz da directiva executiva do Comando Geral da Polícia Nacional.

Os membros do Conselho Consultivo Alargado, pela forma como caracterizaram a abordagem dos assuntos, concluíram que os esforços conjugados das distintas especialidades da Polícia Nacional permitiram: esclarecer uma grande parte das ocorrências chegadas ao seu conhecimento, dando particular realce para a contenção dos crimes violentos, cujas estatísticas demonstram uma diminuição no número de homicídios, bem como na utilização de armas de fogo, desde o desarmamento da população.

Continuam a inquietar a corporação na região, como ficou evidenciado durante o encontro, os casos de justiça por mãos próprias e a crença no feiticismo, fenómeno promovido por algumas seitas religiosas na província, que incutem receio nos seus fiéis para a obtenção de lucros fáceis, assim como sustentam actos de promoção e auxílio à imigração ilegal.

No entanto, os membros do Conselho Alargado consideraram satisfatórios os resultados alcançados no combate à criminalidade económica, fiscal, transfronteiriça, particularmente a fuga ao fisco, imigração ilegal, contrabando de combustíveis, especulação e burla por defraudação.

A sinistralidade rodoviária foi igualmente caracterizada como factor de preocupação. Trata-se de um fenómeno que tem perturbado a sociedade pelas consequências causadas pela desobediência ao estabelecido no código de estrada e demais legislação, tendo-se recomendado um policiamento eficaz e efectivo, com prioridade para as acções de prevenção.

11.5 11.5 Mais angolanos regressam ao país

Jornal de Angola

23 De Fevereiro de 2015

Texto: Fernando Neto

acompanhamos os processos dos ex-refugiados para lhes garantir um regresso digno às áreas de origem.

Um grupo de 44 famílias angolanas, com 188 pessoas no total, provenientes da República Democrática do Congo, onde viviam na condição de refugiados, foi instalado no centro de acolhimento de Quinzau.

O director provincial no Zaire da Assistência e Reinserção Social disse que estes angolanos, regressados à margem da segunda fase do processo de repatriamento voluntário organizado pelo Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), após obterem as cédulas pessoais e os Bilhetes de Identidade e receberem utensílios de cozinha e produtos alimentares seguem para as zonas de origem.

Manuel António afirmou que foi constituída uma comissão multisectorial responsável por criar as condições essenciais para o realojamento dos ex-refugiados nas terras de origem.

O responsável elogiou o trabalho desenvolvido pelas Administrações Municipais e Comunais no processo de realojamento das famílias regressadas, principalmente a nível de distribuição de terrenos para a agricultura e de chapas de zinco para a autoconstrução dirigida, bem como na inserção das crianças no sistema normal de ensino. O coordenador do repatriamento do ACNUR em Angola disse haver 6.500 angolanos que vivem na RDC que querem regressar às províncias do Zaire e do Uíge.

César Castro declarou que muitos angolanos residentes na República Democrática do Congo na condição de refugiados que manifestaram desejo de regressar ao país ainda não o fizeram por não terem conseguido ainda documentação que prove a sua nacionalidade. Como exemplo mencionou o caso de 317 candidatos ao regresso voluntário, dos quais apenas 188 conseguiram apresentar documentos legais.

César Castro garantiu que o ACNUR em Angola está preparado para prestar apoio logístico e protecção aos candidatos ao regresso ao país. Também afirmou que em Kinshasa há um escritório do ACNUR que ajuda os angolanos que estão na RDC localizarem as famílias. A partir dos Centros de Acolhimento, disse,

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Angola participa na Feira Internacional de Minas na África do Sul

ANGOP Agencia Angola Press
06 Fevereiro de 2015

Luanda - Angola vai participar, de nove a 12 deste mês, em Cape Town, África do Sul, na 21ª edição da Feira Internacional de Minas (Mining Indaba), com o objectivo de procurar investidores para os vários projectos que o país possui no domínio dos minérios.

Durante quatro dias, investidores, empresários, especialistas em mineração, concessionárias e industriais de todo o mundo vão se juntar com o propósito de discutir e apresentar soluções para o desenvolvimento deste grande sector que pode contribuir para o crescimento das economias de muitos países, sobretudo africanos.

A feira, um evento que se realiza todos os anos, reúne mais de sete mil participantes de 45 delegações governamentais e mais de duas mil companhias internacionais. O encontro constitui uma grande oportunidade para os países africanos captarem investimentos e desenvolverem as suas infra-estruturas.

Angola vai participar do evento com várias empresas ligadas ao sector mineiro, dentre elas as empresas Nacional de Diamantes de Angola, Endiama E.P., Comercialização de Diamantes (Sodiam), Ferrangol, as sociedades mineiras de Catoca, Chitotolo e Kuango.

Estudos feitos em Angola no sector dos diamantes concluíram que 90 por cento dos kimberlitos mineralizados se encontram no subsolo angolano e que os diamantes explorados nos últimos cem anos representam apenas uma pequena parte do que é explorado.

Por este motivo, a Endiama pretende intensificar a campanha de prospecção de novos jazigos aluvionares e em kimberlito.

Em 2014, aquando da vigésima edição da conferência internacional de minas, o Presidente do Conselho de Administração da concessionária nacional, António Carlos Sumbula, sublinhou que

Angola iria entrar numa fase de prospecção diamantífera com a certeza de que existem kimberlitos, uma vez que os diamantes aluvionares explorados até ao momento no país são provenientes de kimberlitos por descobrir.

A par dos diamantes, o país tem em curso grandes projectos no domínio do ferro, ouro, cobre, quartzo e rochas ornamentais.

O Mining Indaba é um evento de periodicidade anual organizado no Continente Africano com o objectivo de promover e mobilizar investimentos mineiros. Em simultâneo realiza-se uma feira internacional onde várias empresas expõem o seu potencial no domínio mineiro, procuram estabelecer parcerias e mobilizar investidores para os seus projectos.

12.2 Desmantelado grupo de garimpeiros de madeira no Necuto

ANGOP Agencia Angola Press
09 Fevereiro de 2015

Cabinda - Um grupo composto por seis elementos, que se dedicava a prática de garimpo de madeira no parque nacional do Maiombe, província de Cabinda, foi desmantelado sábado último, informou hoje, segunda-feira, o administrador do parque, José Maria Bizi.

Em declarações à imprensa, o responsável disse que os garimpeiros, dos quais quatro cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) e dois angolanos, foram flagrados na aldeia de Simbanza, comuna de Necuto, município de Buco-Zau, explorando madeira de forma ilegal.

“Apanhamos em flagrante delito cidadãos da RDC com a conivência de cidadãos nacionais, sobretudo autoridades tradicionais, na prática de garimpo, ao fazermos o trabalho como ambientalistas”, realçou.

De acordo com José Bizi, foram retidos no local aparelhos de corte, dentre os quais moto-serras. Os cidadãos da RDC implicados foram entregues aos Serviços de Emigração e Estrangeiros (SME), enquanto os nacionais detidos foram entregues às autoridades competentes para o devido tratamento.

José Bizi aproveitou a ocasião para apelar à população a abster-se do garimpo de madeira e a não facilitar os estrangeiros a explorar ilegalmente os recursos naturais no território angolano.

12.3 Seminário Angola/Canadá em véspera do Indaba Mining

09 Fevereiro de 2015

ANGOP Agencia Angola Press

Cape Town (Da enviada especial da Angop) - Um seminário Canada/Angola sobre oportunidades de negócios decorre hoje, em Cape Town, África do Sul, no qual as delegações angolanas e canadianas discutem as modalidades de investimento no sector mineiro angolano, reunião que acontece um dia antes da abertura da 21ª Conferência Internacional de Minas, Mining Indaba.

Este encontro, decorre em função de um primeiro realizado em 2014, por ocasião da vigésima conferência de minas, onde as duas partes concordaram em continuar com as discussões.

No seminário, o ministro da Geologia Minas de Angola, Francisco Queiroz, fez uma apresentação do Plano Nacional de Geologia (Planageo), tendo explicado aos presentes todas as acções que envolvem este grande projecto, que prevê terminar em 2017, com o conhecimento de todos os minerais existentes no país, sua localização e quantidades.

Por sua vez, o presidente do conselho de administração da Endiama, António Carlos Sumbula, ao fazer a apresentação da empresa que dirige, falou sobre o Processo Kimberley do qual Angola preside e sobre os kimberlitos que Angola ainda tem por descobrir, da diversificação da economia e da exploração artesanal de diamantes.

Elucidou que par dos diamantes, o país tem grandes projectos no domínio do ferro, ouro, cobre, quartzo e rochas ornamentais.

A 21ª Conferência Internacional de Minas, Mining Indaba, inicia nesta terça-feira, em Cape Town, África do Sul, com mais de sete mil participantes de 45 delegações, com o objectivo de atrair investidores para os projectos que o continente africano possui no domínio mineiro.

O encontro, que reúne investidores, empresários, especialistas em mineração, concessionárias e

industriais de todo mundo, vai durante quatro dias discutir as melhores formas de se investir no continente, contribuir para a diversificação da economia, diminuir a pobreza e fazer crescer as economias dos países africanos.

Angola participa nesta reunião com várias empresas ligadas ao sector mineiro, com destaque para Empresas Nacional de Diamantes de Angola, Endiama E.P. e as suas associadas - Catoca, Chitotolo, Kuango, Luminas, Somiluana. O grupo Endiama está representado pela Sodiam, Ferrangol, Alfa5 Enditrade, Hotel Diamante, Endiama Mining, Fundação Brilhante.

A Endiama, além de expositor, participa do evento na qualidade de patrocinadora, com um stand de cerca de 22,5 metros quadrados, onde expõe as principais actividades desenvolvidas pela concessionária.

A conferência, que abre as suas portas terça-feira, vai decorrer em simultâneo com uma feira internacional, onde os participantes vão expor as suas potencialidades no domínio dos minerais, procurar estabelecer parcerias e investidores para os seus projectos.

O Mining Indaba, organizado no continente africano, é um evento de periodicidade anual para promoção e mobilização de investimentos mineiros.

12.4 África do Sul, Notícias de Angola sobre captação de investimentos são importantes para país

ANGOP Agencia Angola Press

10 Fevereiro de 2015

Cape Town (Da enviada especial) - O que for divulgado sobre a realidade de Angola para captar investimento é importante sobretudo neste momento de diversificação da economia do país, considerou segunda-feira em Cape Town, África do Sul, o ministro da Geologia e minas, Francisco Queiroz.

Em declarações à imprensa no final do seminário Angola/Canadá sobre oportunidades de investimentos, em véspera da 21ª conferência Internacional de Minas, Mining Indaba, Francisco Queiroz sublinhou que o país está a fazer um exercício no sentido de fazer com que os investidores se interessem em investir em Angola, adiantando que

o Canadá tem um significado muito especial, já que é um país mineiro tal como a Austrália e outros.

Por esta razão, o ministro deu a conhecer aos canadianos o Plano Nacional de Geologia (Planageo), o potencial de informações geológicas mineiras que este projecto vai trazer para o país, instrumento que vai proporcionar grandes investimentos e infra-estruturas mineiras de apoio às actividades, como portos, caminhos-de-ferro, vias de acesso rodoviárias, pontes e telecomunicações.

Os representantes canadianos foram também informados sobre a realidade política, económica e social de Angola e, de acordo com o governante angolano foi notado um grande interesse da parte dos investidores e assim que houver informações mais palpáveis e concretas sobre o Planageo irão surgir investidores em Angola.

Em relação à importância do Corredor do Lobito, na província de Benguela, que detém um porto mineiro, disse que a sua importância é relativa, na medida em que há uma política do Executivo que visa a transformação dos minerais no país e não a sua exportação em bruto.

“Portanto, o caminho-de-ferro não vai servir para a exportação em bruto, "queremos evitar. Queremos fazer toda a transformação no país", referiu o governante.

Salientou que o Corredor do Lobito é importante por ser uma fonte de receitas cambiais por ser um meio de escoamento para os países limítrofes.

O sector da Geologia e Minas segundo Francisco Queiroz, representa sem dúvida uma alternativa à diversificação da economia e uma grande fonte de receitas do estado.

Neste sentido, disse, há uma estratégia do Executivo para este sector, considerada sustentável e correcta que vai gerar resultados. E assim, que este ano serão anunciados alguns resultados concretos que vão ajudar também no domínio social com a criação de postos de trabalho.

A conferência Internacional de Minas, Mining Indaba abre oficialmente hoje. Na segunda-feira decorreram vários encontros, com abordagens de várias temáticas relacionadas com a energia, recursos commodities e investimentos estratégicos.

Angola participa nesta conferência com várias empresas ligadas ao sector mineiro e procura no evento captar investimentos para os seus projectos.

O Indaba reúne todos os anos mais de sete mil participantes de 45 delegações com o objectivo de atrair investimento para os projectos que o continente africano possui no domínio dos minerais.

I.2.5 Soba Grande da Jamba ansioso com retoma da exploração do ferro em Cassinga

Jornal Continente

11 De Fevereiro de 2015

Em declarações hoje, quarta-feira, à Angop, à margem do encontro de concertação entre os membros do conselho municipal de auscultação e o governador da província da Huíla, João Marcelino Tyipinge, a autoridade tradicional afirmou que a retoma imediata desta actividade, representaria um valor acrescentado à diversificação da economia nacional.

Para o soba, a retoma da exploração do ferro e do ouro é crucial para alavancar, não só a economia da província, mas também o país, na medida em que são minérios com algum valor no mercado internacional. Assegurou que o município da Jamba tem áreas para os investidores implementarem os seus projectos e ajudar no desenvolvimento socioeconómico.

A exploração de ouro na área do Limpopo, município da Jamba, está prevista para este ano.

O projecto de prospecção teve início em 2011 e o início da exploração em 2013, mas devido a vários constrangimentos não foi possível arrancar com o projecto na data prevista.

Quanto ao ferro, o principal investidor é a empresa AEMR, que paralisou a actividade de prospecção e despediu os trabalhadores por dificuldades financeiras. O Projecto de Cassinga é integrado e conta com minas em Cassinga e Cateruca. Tem um potencial para 15 milhões de toneladas de ferro, a serem exploradas durante dez anos (a razão de um milhão e 500 mil toneladas/ano).

12.6 Endiama entra na produção de ouro

Jornal de Angola

09 De Fevereiro de 2015

Texto: Natacha Roberto

A Empresa Nacional de Diamantes (Endiama) estabelece este ano parcerias para aquisição de ouro para joalheria na República Centro Africana, Congo Democrático, Níger e Mali, anunciou o presidente do Conselho de Administração da companhia.

Carlos Sumbula disse ontem a um grupo de investidores na Conferência Internacional sobre Investimento Mineiro em África (INDABA) que a lapidação e a joalheria são por agora as maiores apostas da Endiama, que procura empregar a sua produção de oito milhões de quilates por ano.

"A fábrica reinaugurada em Luanda corresponde a menos de um por cento das necessidades de lapidação de diamantes no país. Queremos gerar valor acrescentado para a nossa produção e criar postos de trabalho", sublinhou. Carlos Sumbula pediu aos empresários para investirem em Angola pelas inúmeras oportunidades e as facilidades concedidas pelo Executivo para estimular as ações do sector privado no domínio da produção.

Em declarações posteriormente prestadas à imprensa, o presidente do Conselho de Administração da Endiama informou que manteve um encontro com uma delegação da Índia, onde foi manifestada a vontade dos empresários deste país comprarem diamantes angolanos de pequena dimensão.

"Os indianos estão interessados em diamantes de pequena dimensão e nós vamos manter parcerias com os investidores para otimizar toda a actividade diamantífera e arrecadar mais receitas dos minerais", declarou.

A Sociedade Mineira de Catoca, uma participada da Endiama, tem projectos de exploração em outros mercados, embora esteja numa fase de redução dos custos operacionais.

A Endiama participa numa feira de diamantes que decorre em paralelo com a Conferência, com um stand de 22,5 metros quadrados em que estão representadas as suas detidas SODIAM, ENDITRADE, Clínica Sagrada Esperança, Fundação Brilhante, ALFA 5, Club Desportivo, Hotel Diamante, Endiama Mining e as associadas Cato tolo, Chitotolo, Cuango, Luminas e Somiluna.

Na feira estão presentes mais de 24 países, entre os quais a África do Sul, Angola, Botswana, Quênia, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

12.7 Apresentada oportunidades de investimento no sector dos diamantes

Jornal Manchete

13 De Fevereiro de 2015

O sector dos diamantes prevê, este ano, conseguir implementar vários projectos, em cooperação com os investidores nacionais e internacionais, considerou recentemente, em Cape Town, África do Sul, o Presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Diamantes, Endiama E.P, António Carlos Sumbula.

Em declarações à imprensa, na Conferência Internacional de Minas, "Mining Indaba", no Fórum de Negócios, encerrada nesta quinta-feira, Carlos Sumbula aproveitou a ocasião para prestar informações sobre a actual produção de diamantes no país, bem como a necessidade de construção de fábricas de lapidação no país. Informou também aos investidores que no subsolo angolano existem kimberlitos com muita mineralização, que se torna, por este facto, necessário fazer um trabalho de prospecção no sentido de se aumentar as reservas de diamante em Angola.

"Por isso, pensamos que vamos ter gente para trabalhar connosco na fábrica de lapidação e para o aumento da campanha de prospecção na descoberta de mais kimberlitos", sublinhou. Referiu que terça-feira, aquando da apresentação do Níger no Fórum de Negócios, foi discutida a nível do sector angolano a possibilidade de se estabelecer uma cooperação Sul/Sul com os países africanos produtores de ouro, nomeadamente o Mali, Níger, Congo, Cote Divoir, entre outros.

Neste momento, precisamos de ouro para fazer jóias, disse o PCA da Endiama, referindo que apesar de existir no país ocorrência de ouro, as quantidades ainda são poucas, salientou.

Instado a pronunciar-se sobre o que foi abordado no encontro que manteve com representante da Índia, Carlos Sumbula disse que este manifestou o interesse em comprar diamantes pequenos em Angola.

Sobre este aspecto, o PCA da concessionária angolana informou que o país tem estado a produzir, neste momento, diamantes pequenos que no passado faziam parte dos grupo de rejeitados, mas agora são diamantes economicamente aproveitáveis.

"Nós achamos que devíamos aproveitar esta sua proposta, porque por enquanto nós estamos engajados a otimizar toda a actividade no sentido de termos cada vez mais receitas", disse. Sobre os projectos de exploração que a Sociedade Mineira de Catoca tem na RDC e na Zâmbia, informou que foi concluído que Catoca devia concentrar os seus esforços na redução dos seus custos operacionais e só depois de ter os parâmetros da produção optimizado serão analisados outros vectores.

Entretanto, o PCA da Endiama sublinhou que as portas do país estão abertas para a construção de mais fábricas de lapidação, pois com estas serão criados mais postos de trabalho.

O Presidente do Conselho de Administração da Endiama avançou que os investimentos no sector diamantífero são grandes, mas os seus resultados compensam.

12. 8 Diamantes. Vendas atingiram 1,6 mil milhões de dólares em 2014

Jornal Agora

13 De Fevereiro de 2014

Os números, ainda provisórios, dividem a produção total entre as componentes industriais de exportação e a artesanal, em que pequenos garimpeiros são autorizados, sob licença do Estado, a fazer a extracção, noticia a Lusa.

Do total da extracção angolana, 8,75 milhões de quilates da produção industrial seguiram para exportação, num volume global de 1,308 mil milhões de dólares (1,15 mil milhões de euros). Cada quilate (equivalente a 0,2 gramas) destes diamantes foi

vendido, em termos médios, a cerca de ISO dólares (132,5 euros).

Já a actividade artesanal, de acordo com os mesmos dados do Ministério da Geologia e Minas, garantiu, em 2014, uma produção global de 934.506 quilates que, por sua vez, renderam 332.202.648 dólares (293,6 milhões de euros).

Cada quilate de produção artesanal rendeu 355 dólares (313,8 euros) no ano passado.

Depois do petróleo, os diamantes são a principal fonte de receita em Angola, sendo o país o quinto maior produtor mundial.

A produção angolana, representa 8,1% do valor global mundial, e a mina de Catoca, no interior Norte de Angola, é a quarta maior do género no mundo.

O administrador da concessionária diamantífera angolana, Endiama, assumiu, em Janeiro, que estava para breve a descoberta, no país, de uma nova mina de diamantes de grande dimensão, face aos resultados dos estudos já realizados.

Segundo o presidente do conselho de administração da Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), Carlos Sumbula, estão em curso no país estudos de prospecção de kimberlitos (campos com uma espécie de rocha magmática com diamantes) e aluviões, em conjunto com outros parceiros.

"Podemos dizer que os indícios que estamos a encontrar indicam que acabaremos por descobrir uma mina importante", fez saber o presidente do conselho de administração.

Carlos Sumbula acrescentou que os estudos já realizados, em conjunto com parceiros da Endiama, concluíram que os kimberlitos mineralizados e os diamantes explorados ao longo dos últimos 100 anos - a exploração iniciou-se ainda no período colonial português - representam apenas uma pequena parte do potencial do país.

"A certeza de descobrir uma mina importante é cada vez maior, quando olhamos para o estudo que a Endiama fez com o 'Airosa', que demonstrou que o subsolo angolano tem kimberlitos importantes e bem mineralizados", sublinhou.

A empresa angolana assinou, em 2013, um acordo com a homóloga russa 'Airosa', para a prospecção de diamantes em Angola, tendo em conta estimativas iniciais que apontam que apenas 10% das reservas do país são conhecidas.

12.9 Estrangeiros que controlam diamantes angolanos com contas bancárias “chorudas” na Suíça

Jornal Manchete

13 De Fevereiro de 2015

Fonte: *Makangola*

A informação bancária de 31 entidades angolanas com contas no banco HSBC, na Suíça, e com um valor de depósitos de US \$36 milhões, revela que grande parte dos seus titulares são comerciantes de diamantes estrangeiros. A lista dos nomes relembra as vezes que o presidente atribuiu a nacionalidade angolana a traficantes de armas e a suspeitos de crimes de corrupção e invasão fiscal. Mas, em Angola, estes cidadãos são ilustres, alguns são mesmo amigos e sócios de Isabel dos Santos, condição que em Angola continua a permitir que se esteja acima da lei e da dignidade dos angolanos.

A lista faz parte da divulgação de informação bancária referente aos anos de 2006 a 2007, obtida pelo jornal francês *Le Monde*, e que o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) colocou à disposição de colegas em várias partes do mundo, incluindo o *Maka Angola*. Os ficheiros do banco, colocados à disposição dos jornalistas e analisados pelas autoridades francesas, estão incompletos mas permitem aferir os clientes por país. Sabe-se que, em muitos casos, o cliente apresenta três a quatro nacionalidades diferentes, optando o banco por identificá-lo como nacional do país com o qual tem maior relacionamento financeiro.

No topo da lista de clientes identificados com a nacionalidade angolana, encontram-se cidadãos judeus originários da Bélgica e de Israel, todos ligados ao sector dos diamantes.

A mais importante dessas figuras é Guy Laniado, de 43 anos, então gerente da *Ascorp*. Esta empresa foi criada em 2000 pelo traficante de armas Arkady Gaydamak, com o objectivo de comercializar exclusivamente os diamantes angolanos. Em troca da exclusividade do negócio de diamantes, Gaydamak assegurou apoio técnico-militar israelita para o combate decisivo contra Jonas Savimbi.

Gaydamak conhecia o negócio das armas, mas desconhecia o negócio dos diamantes, tal como ele próprio declarou, em 2013, a um tribunal londrino. Por essa razão, segundo o seu argumento, associou-se a empresários conhecedores do sector

de diamantes, como Ehud Laniado (parente de Guy), Sylvain Goldberg e Lev Leviev. Tudo tem um preço familiar no reinado da presidência de Dos Santos. Não bastava Gaydamak fornecer as armas e a ajuda militar ao governo angolano, a família do presidente fazia também parte da equação do negócio. Gaydamak reservara 24.5 por cento das acções da empresa para Isabel dos Santos, a primogénita do presidente angolano. Gaydamak e Isabel dos Santos oficializavam assim a sua parceria de sócios. E os recursos de Angola eram usados pelo governo de Angola, mas, no mesmo negócio, o presidente garantia que a sua família seria a maior beneficiada.

Para se aferir a influência de Guy Laniado em Angola, o *Maka Angola* recorre, mais uma vez, ao testemunho de Arkady Gaydamak no tribunal de Londres. Em parelha com outro traficante - Pierre Falcone -, Gaydamak foi um dos grandes pilares do presidente José Eduardo dos Santos nos últimos anos da guerra. Ambos obtiveram a nacionalidade angolana e passaportes diplomáticos pelos seus serviços de fornecimentos de armas e assistência técnico-militar para o aniquilamento dos rebeldes.

Em 2003, para garantir a libertação de Pierre Falcone, que se encontrava detido em França no âmbito do escândalo *Angola gate*, o presidente nomeou-o ministro conselheiro da embaixada de Angola junto da UNESCO. Protegido pela imunidade diplomática criada pelo Estado angolano, Falcone foi libertado e instalou-se em Angola. O escândalo *Angola gate* comportava suspeitas de tráfico de armas, branqueamento de capitais, corrupção de dirigentes franceses e angolanos e invasão fiscal. Para não ser apanhado pelo processo nas teias da justiça francesa, Gaydamak rapidamente se refugiou em Israel, conseguindo assim evitar a sua detenção sob o mesmo processo. O petróleo angolano abafou o caso.

Gaydamak declarou que a segurança da *Ascorp* para o combate ao garimpo ilegal estava sob tutela de Ehud Laniado. A Gaydamak cabia o controlo e a operacionalidade dos ex-comandantes e oficiais do exército israelita e ex-directores e operativos da Mossad, que prestavam assistência ao governo para a eliminação da guerrilha.

Como Ehud Laniado não apresentava resultados satisfatórios, quer para o governo quer para os seus sócios, Tal como disse Gaydamak, "o seu filho [Guy] operava em Angola e tinha boas relações com Isabel dos Santos, e eu sei que ele [o filho] convenceu a Isabel, a filha do presidente, que a segurança deveria permanecer sob controlo da empresa belga [do seu pai Ehud]". Um antigo funcionário dos Laniado afirma, ao *Maka Angola*, que Guy é sobrinho de Ehud.

Quando o juiz inglês perguntou a Gaydamak qual era o envolvimento do presidente José Eduardo dos Santos na gestão da Ascorp e com os seus gerentes, a sua resposta foi directa:

"O presidente, em Angola, controla tudo." A seguir, Gaydamak esclareceu que tudo o que tinha a ver com recursos naturais, sobretudo petróleo e diamantes, estava sob controlo do presidente.

Os laniado e a família presidencial

Antes da criação formal da Ascorp, entre 1998 e 1999, Gaydamak estabeleceu negociações com Ehud Laniado, para a compra de diamantes em posse de Isabel dos Santos.

Já com a Ascorp em funcionamento,

segundo Gaydamak, "os verdadeiros lucros eram obtidos através da Welox [de Laniado e Leviev], a quem a Ascorp vendia os diamantes comprados aos produtores, por Lev Leviev e o Laniado Group". Os lucros e diamantes da Welox eram divididos a meias entre o grupo controlado por Ehud Laniado (que, por sua vez, dividia os seus lucros com Sylvain Goldberg e Isabel dos Santos), e o grupo controlado por Arkady Gaydamak e Lev Leviev. Ao Estado angolano cabia a fama da sociedade.

Se, por um lado, é possível compreender que o Presidente tenha atribuído nacionalidade e estatuto diplomático a Gaydamak e a Falcone, por gratidão pelo seu contributo na guerra, como se pode justificar que Angola proteja Guy Laniado? A única explicação plausível é a sociedade e a amizade de Laniado com Isabel dos Santos. Ou seja, os interesses da família presidencial sobrepõem-se aos do Estado angolano.

Estes exemplos demonstram que a atribuição da nacionalidade angolana tem sido usada como ferramenta de negócio pelo Presidente e a sua filha.

No entanto, as negociatas dos Laniado com Isabel dos Santos eram ilícitas e, em alguns casos, ambíguas à luz da legislação angolana.

Para dissipar quaisquer dúvidas sobre casos semelhantes, em Setembro de 2014 o presidente orientou seu partido, o MPLA, para a aprovação do anteprojecto de Lei da Nacionalidade. O presidente passa a ter poderes legais exclusivos para atribuir a nacionalidade a quem quiser e como bem entender. Na verdade, é isso que tem acontecido, ainda que à revelia.

Segundo o anteprojecto, o presidente "pode conceder, sem faculdade de delegação da Assembleia Nacional, a nacionalidade angolana, naturalização, aos estrangeiros que tenham prestado ou sejam chamados a prestar serviços relevantes ao Estado angolano".

Muitos dos indivíduos a quem o presidente tem atribuído a nacionalidade angolana são de idoneidade duvidosa.

Por exemplo, a empresa dos Laniado e de Sylvain Goldberg, na Bélgica, a Omega Diamonds, para onde têm sido canalizados os diamantes de Angola e República Democrática do Congo, está envolvida na maior história de invasão fiscal, branqueamento de capitais e defraudação das autoridades alfandegárias neste país. Em 2013, a Omega Diamonds comprometeu-se a pagar uma multa de US \$180 milhões às autoridades belgas para pôr termo às investigações criminais. O caso continua no Tribunal Supremo da Bélgica.

Outros indivíduos que também fizeram os seus depósitos na Suíça como angolanos são Jacob Karko, director da Ascorp; Tal Schechter, financeiro da Ascorp; Jacques Norbert Davids, um dos principais compradores de diamantes da Ascorp, e Eran Nativ, sobrinho de Ehud Laniado.

Há também três comerciantes estrangeiros, listados como angolanos, com contas no HSBC na Suíça, nomeadamente Zulfikarali Adatia, Noureen Jamal-Adatia, Mahmoud Alidina.

No entanto, tratando-se de angolanos, o caricato impera. Quem detém o maior montante depositado no período em apreço é uma cidadã, EIsa Maria Matos Almeida Teixeira, que se apresenta no banco como dona de casa e tem um pecúlio de 7 milhões e 167 mil dólares.

Por sua vez, Guy Laniado instalou-se em Londres, onde fundou e dirige uma empresa destinada a criar oportunidades de negócios para os seus clientes em África, na Ásia e na Europa. Segundo o website da sua empresa Northcross, depois de dez anos de trabalho no sector dos diamantes em Angola, Guy Laniado apresenta-se "como um dos maiores especialistas na indústria e tem trabalhado estreitamente em vários projectos mineiros no país". Laniado reclama também ter sido conselheiro do Estado na aprovação de nova legislação "para tomar o comércio dos diamantes mais seguro e mais transparente". "Actualmente, Guy continua como conselheiro de altos dirigentes no sector diamantífero", lê-se no seu website. Sobre o caso, o sociólogo João Paulo Ganga apenas lamenta: "O grande dilema é que o Estado está nas mãos de

delinquentes. Há um processo de privatização do Estado. Falar de leis é complicado porque aqui [em Angola] o poder é unipessoal e do presidente".

"A nacionalidade é atribuída por um órgão de soberania, o presidente, a Assembleia Nacional ou um órgão judicial, mas os órgãos de soberania estão sequestrados pela vontade e poder de um só homem. As leis são apenas para legitimar a sua vontade", conclui o sociólogo.

12.10 Indústria mineira capta investidores

Jornal Economia e Finanças
13 De Fevereiro de 2015

As oportunidades de investimento no sector mineiro angolano foram apresentadas terça-feira última, em Cape Town, África do Sul, durante um fórum económico de investimento, pelo ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.

Ao apresentar o programa numa plateia que reuniu mais de cem expositores, empresários governantes e investidores de distintas partes do mundo ligado ao sector mineiro, o governante angolano destacou o Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) como um dos principais projectos que o Governo de Angola desenvolve neste momento.

O Planageo que vai mudar a história geológica e mineira do país nos próximos cinco anos, tem já uma parte coberta com sobrevoos, uma vez que foram desenvolvidos cinco blocos nas três partes em que o país foi dividido no âmbito do projecto. Por esta razão já se está em condições de sentir que há um potencial muito grande de recursos minerais no país. Por este facto, até ao final do ano poderá ter boas notícias em relação a este potencial.

O Planageo que representa um investimento de cerca de 405 milhões de dólares do Governo de Angola, tem a duração de quatro anos, e um dos resultados provisórios esperados está ligado a actualização da carta topográfica de 1:100.000, cobrindo 81,8 por cento do território nacional.

Os resultados esperados estão ligados à elaboração de cartas geológicas e hidrogeográficas de minerais para a construção civil e minerais metálicos, bem como a construção de infra-estruturas de apoio a mineração como, portos, caminhos-de-ferro, energia eléctrica, estradas e comunicação.

Francisco Queiroz referiu-se também aos resultados alcançados durante o ano de 2014 no sector mineiro, tendo adiantado que a produção de diamantes registou uma produção total de cerca de 8 milhões 750 mil quilates, um preço de exportação na ordem de um milhão 308 mil 138 dólares a um preço médio do quilates de 150 dólares.

A produção artesanal foi responsável pela comercialização de 934 milhões 506 mil 68 quilates, num valor total de 332 biliões 202 milhões 648 mil 85 dólares, ao preço médio de 355,48 dólares o quilate.

Quanto às rochas ornamentais, a produção atingiu cerca de 49 milhões 216 mil e 42 metros cúbicos, enquanto as exportações chegaram a 29 milhões 380 mil 644 metros cúbicos. O valor das vendas representou cerca de oito biliões 661 milhões 405 mil e 67 dólares.

No subsector de minerais para a construção civil (inertes), a produção total foi de cinco biliões 026 milhões e 220 mil e 46 metros cúbicos.

O ministro apontou também que o país está aberto a investimentos no domínio do ouro, cobre, ferro, metais básicos, platina, níquel, magnésio, mica, urânio, barite e semi-preciosas.

Francisco sublinhou o projecto de Ferro de Kassinga está a sofrer uma pequena paralisação que está ligada ao mercado internacional do ferro que está em baixa. A China, apontou, que era um grande consumidor de aço reduziu muito a procura, um comportamento que se reflectiu muito nos preços, tornando-os não competitivos.

Canadá investe no país

Angola e Canadá reuniram-se em seminário sobre oportunidades de investimento, em véspera da 21a conferência Internacional de Minas, Mining Indaba.

No evento, Francisco Queiroz sublinhou que o país está a fazer um exercício no sentido de fazer com que os investidores se interessem em investir em Angola, adiantando que o Canadá tem um significado muito especial, já que é um país mineiro tal como a Austrália e outros.

Os representantes canadianos foram também informados sobre a realidade política, económica e social de Angola e, de acordo com o governante angolano foi notado um grande interesse da parte dos investidores e assim que houver informações mais palpáveis e concretas sobre o Planageo irão surgir investidores em Angola.

Fábricas de lapidação

A construção de fábricas de lapidação e de joalheria. Consta actualmente das prioridades da Empresa Nacional de Diamantes (ENDIAMA E.P), uma vez que a concessionária comercializa diamantes brutos e o ideal seria transformá-los em produto acabado para a sua comercialização, considerou segunda-feira, em Cape Town, África do Sul, o seu presidente do conselho de administração, António Carlos Sumbula.

Em declarações à imprensa, no final do seminário sobre Oportunidades de negócio Angola/Canadá, que decorreu em véspera da 21 a conferência internacional de minas, Indaba Mining, Carlos Sumbula chamou à atenção pelo facto de se ganhar dinheiro com os diamantes brutos, mas vender diamantes lapidados ganha-se muito mais.

Por isso, disse, foi também transmitido aos empresários canadianos que existem no país kimberlitos mineralizados que precisam de ser descobertos.

O responsável disse que o país apresenta neste momento um desenvolvimento rápido, fruto das grandes obras de construção que estão a ser erguidas em todo território nacional.

Segundo Carlos Sumbula, esta foi uma das razões que levou a embaixadora do Canadá em Angola, manter este encontro com os empresários angolanos, para estes apresentarem aos investidores canadianos as áreas ou sectores angolanos que necessitam de investimentos.

"Aquando da visita da embaixadora do Canadá em Angola, em 2014, referiu que as empresas canadianas deveriam participar na reconstrução nacional do país", explicou.

"Esperamos daqui para a frente ter empresas canadianas a operar no país não só na área dos diamantes, mas também noutras áreas minerais", concluiu.

O Mining Indaba decorreu esta semana, em Cape Town, África do Sul, com a participação de mais de sete mil profissionais de vários países.

12.11 Começam voos do levantamento geológico-mineiro

Jornal de Angola
19 De Fevereiro de 2015

Os voos de levantamento do potencial de recursos minerais no Cunene começam este mês, anunciou

ontem, em Ondjiva, o coordenador do Plano Nacional de Desenvolvimento Geológico-mineiro André Buto, que fez a apresentação do PLANEGEO a membros do Governo Provincial do Cunene, disse que numa primeira fase está disponível um avião no Aeroporto 11 Novembro, de Ondjiva, com todos meios necessários.

Os voos são feitos a uma altura de 80 a cem metros do solo, a uma velocidade de 200 quilómetros por hora, abrangendo as zonas fronteiriças com a Namíbia, no caso particular dos que são realizados nas províncias do Cunene e Cuando Cubango.

O coordenador do PLANEGEO referiu que o trabalho no Cunene é feito num período de um a dois meses e que consoante o resultado das acções, número de voos pode aumentar e incluir mais dois aviões.

O PLANEGEO, plano de desenvolvimento para quinquénio 2012/2017 e para o sector da Geologia e Minas, tem como objectivo o registo e levantamento do potencial mineiro e a sua localização no país.

No quadro do programa, o país foi subdividido nas zonas Norte, Leste e Sul, com uma base no Cunene para a Huíla e Cuando Cubango. O levantamento está em estado avançado no Norte e no Leste.

12.12 Novas empresas na produção de granito

Jornal de Angola
19 De Fevereiro de 2015

A Direcção Provincial da Indústria, Geologia e Minas anunciou em comunicado que seis novas empresas de exploração de rochas ornamentais Iniciam este ano a produção de granitos na Huíla.

O documento refere que com a entrada em funcionamento das novas empresas eleva-se a 18 o número de companhias que explora granito naquela província. A Direcção Provincial prevê a abertura este ano de três britadeiras, uma na comuna da Huíla, outra em Caconda e a terceira no Hoque.

As 12 empresas em actividade na Huíla exploraram no ano passado 281.982 metros cúbicos de granito negro, 26.129 dos quais foram exportados para países da Europa e Ásia.

Sector dos serviços

A direcção provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo arrecadou nos últimos quatro anos 94,633 milhões de kwanzas com a emissão de licenças para o exercício da actividade comercial e de prestação de serviços mercantis.

O director provincial declarou que, do valor arrecadado ao longo do período, 76,194 milhões de kwanzas provêm do Departamento do Comercio e Serviços Mercantis, 14, 231 milhões de kwanzas do de Hotelaria e Turismo e 4, 208 milhões de kwanzas da Inspeção e Fiscalização.

Fernando Calola declarou que a procura de documentos foi positiva, apesar de em 2013 e 2014 não se ter emitido qualquer documento.

Em curso, referiu, está a introdução do Sistema de Licenciamento de Actividade Comercial (SILAC), que faz com que a Direcção Provincial não emita o novo alvará comercial e de prestação de serviços mercantis. No ano passado foram vistoriados 347 estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços mercantis contra 265 em 2013.

A província da Huíla conta com 4.538 estabelecimentos comerciais, 818 dos quais de prestação de serviços mercantis, 2.928 retalhistas e 792 grossistas, apontou o director.

Também dispõe de dez hotéis de três e quatro estrelas, 606 similares, 101 restaurantes, 79 hospedarias, 15 aldeamentos turísticos, 22 agências de viagens, 20 centros turísticos e 15 pensões.

12.13 Aumento da produção deve-se a mercado estrangeiro

Jornal Expansão
20 De Fevereiro de 2015
Texto: Estevão Martins

O aumento da produção de diamantes de Angola está intrinsecamente relacionado com a 'reanimação' do mercado internacional, que foi duramente atingido pela crise financeira de 2008 e 2009, defende, ao Expansão, o economista Fiel Constantino, sobre o aumento dos níveis de produção de diamantes no País em 2014.

"Como observámos, o mercado de joalharia foi dos mais prejudicados, levando mesmo ao encerramento de alguns projectos já em exploração em Angola", lembra, frisando que a reanimação da economia

mundial, principalmente nos anos 2012 e 2013, voltou a gerar liquidez para o financiamento de despesas não fundamentais, como é o caso do mercado em análise.

Para Fiel Constantino, dada a tendência de crescimento do sector diamantífero nacional, "com certeza que o mercado de diamantes poderá representar uma alternativa à diminuição da extrema dependência do petróleo".

Aliás, sublinha, observa-se a recuperação de alguns projectos diamantíferos que haviam recuado em tempo de crise, assim como a própria indústria de lapidação, que está também a ser relançada.

De acordo com o economista, é estratégia da concessionária nacional de diamantes exportar os diamantes de menor porte para a Índia, sabendo-se que o país é um mercado tradicional de diamantes com um parque de cerca de 13.000 lojas e uma população acima de um mil milhões de habitantes.

"A estratégia de crescimento do mercado de lapidação em Angola fará com que se crie mais valor acrescentado, e isso vai estimular exportações mais valiosas, com a criação de e mais postos de trabalho no sector dos diamantes", sustenta

No que toca às novas áreas de prospecção, o entrevistado afirma haver indicações resultantes de pesquisas e projecções que apontam para a ocorrência de diamantes em zonas que não sejam tradicionais, nomeadamente as Lundas e a província de Malanje.

Para o economista, o potencial de diamantes noutras regiões poderá até ser superior ao que actualmente é explorado nessas zonas do País.

"Salvaguardando os devidos limites, designadamente ambientais, o País tem muito por onde crescer no domínio dos diamantes", diz.

A produção diamantífera pode) num prazo entre cinco e dez anos, mais que duplicar, afirma o economista. Mas, para tal, adianta Fiel Constantino, deverá concorrer igualmente "a participação de parceiros altamente qualificados, com experiência comprovada noutras paragens onde a exploração diamantífera é mais eficaz e competitiva".

"O levantamento actualmente em curso, no quadro do PLANA- GEO, será de extrema importância para a redução de custos de pesquisa para a exploração", antecipa.

Sobre o desempenho da produção artesanal, o economista frisa que, sendo a exploração de

diamantes o principal meio de subsistência das populações nativas das áreas de exploração, cabe às autoridades angolanas garantirem apoios à classe.

Para o economista, a exploração de diamantes deve estar estratificada em função da capacidade dos agentes, não deixando de fora aqueles que, não tendo capacidade para a grande exploração, podem produzir à medida das suas habilidades e necessidades.

De acordo com o académico a integração da produção artesanal no quadro de desenvolvimento do sector de diamantes deve ser entendida como "uma responsabilidade política do Estado e uma responsabilidade social das empresas que operam no sector".

Atendendo ao carácter histórico da exploração artesanal, defende, "é tempo de se investir na qualificação daquela força de trabalho, para que possam tirar melhores rendimentos e terem um nível de vida mais consentâneo com a qualidade de produtores de diamantes".

12.14 Produção de diamantes cresce 25% e rende 168 mil milhões Kz em 2014

Jornal Expansão

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Estêvão Martins

As projecções iniciais, que apontavam para um crescimento do sector diamantífero nacional na ordem dos 25% em 2014, com a produção de 10 milhões de quilates de diamantes contra os 8 milhões dos últimos anos, foram alcançadas, graças à entrada em funcionamento de duas novas explorações.

O sector rendeu ao País mais de 168 mil milhões Kz (1,6 mil milhões USD) em 2014, com a produção de cerca de 10 milhões de quilates, segundo dados do Ministério da Geologia e Minas divulgados recentemente em Luanda.

Os números, ainda provisórios, dividem a produção total entre as componentes industrial de exportação e artesanal em que pequenos garimpeiros são autorizados pelo Estado a fazerem extracção em áreas predefinidas.

Do total, 8,75 milhões de quilates da produção industrial serviram para a exportação, num volume global de 136,1 mil milhões Kz (1,308 mil milhões USD). Cada quilate (equivalente a 0,2 gramas) foi vendido, em termos médios, a cerca de 150 USD.

A actividade artesanal, segundo os dados do Ministério da Geologia e Minas, garantiu, no mesmo período, uma produção global de 934.506 quilates, que renderam 35 mil milhões Kz (332,2 milhões USD). Cada quilate de produção artesanal foi vendido a 37, 1 mil Kz (355 USD) em 2014.

Depois do petróleo, esta é a segunda fonte de receitas nacionais, sendo o País o quinto actual maior produtor de diamantes a nível mundial. A produção angolana representa 8,1% do valor global mundial.

A mina de Catoca, localizada na província da Lunda Sul, é a quarta maior do género no mundo e garante a maioria da produção, representando entre 85% e 87% do total.

Projectos em perspectiva

Entretanto, a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama) havia anunciado, no início do ano, estar "para breve" a descoberta no País de uma nova mina de diamantes de grande dimensão, em função dos resultados de estudos já realizados.

Segundo o presidente do conselho de administração (PCA) da empresa, Carlos Sumbula, estão em curso em Angola estudos de prospecção de kimberlitos (campos com uma espécie de rocha com diamantes) e aluviões com outros parceiros.

"Os indícios mostram que está em perspectiva a descoberta de uma importante mina, que contribuirá para o processo de incremento da produção em curso no País", disse o PCA.

Carlos Sumbula acrescentou que estudos já realizados com parceiros da concessionária concluíram que os kimberlitos mineralizados e os diamantes explorados ao longo dos últimos 100 anos no País representam apenas uma pequena parte do potencial existente no território nacional.

"A certeza de descobrir uma mina importante é cada vez maior, quando olhamos para o estudo que a Endiama realizou com a empresa russa AIrosa, que demonstrou que o subsolo angolano tem kimberlitos importantes e bem mineralizados", sublinhou.

Contributo insignificante Questionado pelo Expansão sobre este tema, o economista Alves da

Rocha lembra que a produção de diamantes no País representa, em termos de valor agregado, apenas 1 % a 2%, no máximo, do Produto Interno Bruto (PIB). Em termos de emprego, contando com outros sectores minerais, "talvez" dê trabalho a cerca de 30 mil pessoas.

A sua contribuição anual para as receitas fiscais do Estado, avança o analista, deve rondar os 250 milhões USD, o que, face aos 43 a 50 mil milhões USD de receitas do petróleo, em condições normais de produção e preços, revela que a actividade está ainda longe do seu auge.

Para Alves da Rocha, a indústria transformadora, que teve um peso relativo médio nos últimos anos de 5% a 6% do PIE, tem-se revelado muito mais importante para a diversificação e para alterações estruturais ocorridas na economia nacional.

"É evidente que os projectos de lapidação podem aumentar o valor agregado, restando saber se o produto terá aceitação e procura mundial", afirma, notando que, em termos nacionais, as jóias só poderão ser adquiridas pelos cidadãos com elevado poder financeiro.

Questionado sobre se o crescente aumento da produção de diamantes poderá vir a colocar este sector como uma fonte alternativa em relação ao petróleo, visando a diversificação da economia, o também docente universitário é peremptório na resposta: "Nunca."

Para que tal ocorresse, explica, teríamos de "esventrar completamente" o território nacional e, ainda que tal produzisse descobertas, o sector ficaria sempre dependente da procura e dos preços nos mercados internacionais.

"O sector dos diamantes é dos mais sensíveis em termos de preços internacionais, havendo a necessidade de gerir muito cautelosamente a produção para que estes sejam atractivos", afirma.

No que se refere aos projectos com vista ao alcance dos lugares cimeiros em termos de produção e venda, Alves da Rocha salienta que o Plano Nacional de Geologia e Minas (PLANAGEO) - que tem como objectivo a caracterização do potencial geológico-mineiro do País para futuros investimentos - é um "trunfo" a ter em conta.

Mas, alerta, existem diferentes minérios, "seguramente mais importantes para a diversificação da economia, que deverão ser explorados".

A produção artesanal foi preponderante para o aumento dos níveis de produção a nível nacional.

Para Alves da Rocha, isso poderá mostrar que são suficientes os apoios governamentais para a consolidação da actividade, a qual, contudo, está sujeita às vicissitudes da actividade garimpeira.

12.15 Apresentado Plano Nacional de Geologia

*ANGOP Agencia Angola Press
21 Fevereiro de 2015*

Malanje- O Plano Nacional de Geologia (Planageo) que permitirá a obtenção de informação geológica de qualidade e credível sobre os recursos minerais da província de Malanje, foi apresentado, sexta-feira, nesta cidade aos membros do governo local e representantes da sociedade civil

A cerimónia, também testemunhada pelo governador local, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", visou igualmente apresentar a tecnologia de uma aeronave que vai sobrevoar a uma altitude de 100 metros e a numa velocidade de até 200 quilómetros/horas à província, para a detenção do potencial mineiro e efectuar o seu mapeamento.

O director técnico do Instituto Geológico (IGEO), Sousa Secassange, que orientou o encontro fez saber que numa primeira fase será feito um trabalho de levantamento a erogeofísico regional a ser desenvolvido pela empresa Chinesa Citic Group Corporation.

Na segunda fase, complementou, será efectuado um trabalho de prospecção mineira feito via terrestre, sendo que os técnicos vão percorrer toda extensão do território da província.

O responsável precisou que o Planageo engloba trabalhos aerogeofísico, geoquímica, cartografia, geologia, assim como estudos hidrogeológicos e geotécnicos.

Explicou que o território angolano foi dividido em três blocos, nomeadamente, as regiões leste, norte e sul, cujos laboratórios de análise dos mineiros, a serem detectados, estão instalados nas províncias de Luanda, Huíla e Lunda Sul.

Referiu que o Planageo vai permitir a elaboração do primeiro Plano de Reservas de Estado, em termos de recursos geológicos e minerais.

O governador da província, Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, na ocasião, enalteceu a iniciativa do Ministério da Geologia e Minas, uma vez que o projecto vai permitir conhecer as reais potencialidades de Malanje.

“Com este trabalho, vamos conhecer o que realmente existe nos solos e o que se pode explorar”, sustentou, acrescentando que o governo local vai apoiar os trabalhos na região.

12.16 Entre o desentendimento com a população e a intolerância política

Jornal A Capital

21 De Fevereiro de 2015

As autoridades policiais imputam a um desentendimento entre a população do município do Cuango, na província da Lunda Norte, e militantes da UNITA, o incidente que culminou com o ferimento de 22 pessoas, entre as quais o primeiro secretário provincial do maior partido político na oposição angolana, e a danificação de pelo menos 10 viaturas.

Naquele que é um posicionamento contraditório às considerações feitas a propósito por dirigentes da UNITA, o porta-voz da Polícia Nacional, Aristófanes dos Santos, aludiu à ocorrência como tendo sido protagonizada por populares e não por militantes do partido político no poder em Angola, o MPLA, como de resto foi a acusação inicial dos “maninhos”.

“Na sequência do desentendimento com a população, a delegação da UNITA manteve sob cárcere privado dois populares”, explicou Aristófanes, sobre o desenrolar do facto ocorrido no troço rodoviário entre as comunas de Luremo e Cafunfo. Tal atitude da UNITA, na versão da Polícia, revoltou os demais habitantes, “levando-os a atacar a caravana, resultando em danos e agressão física”, acrescentou.

A UNITA, por sua vez, considerou que o facto decorreu de um acto de intolerância política, acusando “um grupo de militantes do MPLA” como sendo os atacantes. Da investida, resultou o ferimento de 22 pessoas, entre as quais o secretário provincial da UNITA, três delas em estado grave.

Durante a semana, a UNITA apresentou testemunhos sugestivos de que os partidos da oposição têm dificuldades para desenvolver

actividades políticas na região, queixando-se de serem impedidos por militantes do partido no poder. Eles “não permitem”, referiu um quadro partidário. Como exemplo, apontou para o facto de não existir, na localidade, içada uma única bandeira de algum partido da oposição. Por outro lado, recordou que, no ano passado, alguns militantes da UNITA foram alegadamente expulsos de um bairro conhecido como Gika.

Para a UNITA não há dúvidas: “acreditamos que o que existe é intolerância política instigada superiormente”, acusou Domingos Oliveira, Secretário Provincial para a Lunda Norte, ele que reforça a sua tese culpando o MPLA por supostamente deter, naquela província, autênticos “feudos eleitorais” controlados pelas administrações locais que “impedem que os partidos da oposição penetrem e desenvolvam actividades políticas”.

Procurando contrapor a essa situação, o dirigente da UNITA programou uma deslocação ao município do Cuango, de que a comuna de Luremo faz parte, perspectivando a realização de um acto político. Teve, para o efeito, um encontro com o administrador municipal, Luís Figueiredo, com o objectivo principal de mantê-lo informado da intenção partidária, bem como de abordar questões relacionadas com a actual conjuntura política, social e económica da região. O encontro, segundo Oliveira, até foi pacífico. “Falamos também da minha visita à comuna do Luremo”, referiu.

A princípio, o administrador desaconselhou a visita, dizendo que, embora recentemente nomeado, sabia que, naquelas localidades, houve horrores cometidos no período da guerra de que grande parte da população não se tinha, ainda, esquecido. No entanto, “ele próprio ligou para o administrador comunal de Luremo a informá-lo da visita” dos responsáveis do Galo Negro. Esse telefonema deixou Domingos Oliveira de certo modo tranquilo, embora do outro lado da linha o anfitrião tivesse mostrado indisponibilidade para recebe-lo, por alegadamente estar a cumprir “uma licença disciplinar”.

No dia a seguir ao encontro, portanto, a 15 de Janeiro, a caravana de 10 viaturas, seguiu para Luremo. Mas já à entrada da comuna encontrou várias barricadas que a impediam de prosseguir a marcha. Os populares, militantes do MPLA conforme a acusação da UNITA, empunhavam catanas e ao avistar a caravana começaram a arremessar contra ela pedras e paus. Os militantes da UNITA retorquiram, tendo retido dois cidadãos. Com isso instalou-se, definitivamente, a confusão a tal ponto que, ao retirar-se da comuna, a delegação confrontou-se com mais um grupo de

populares que, contra ela, voltou a arremessar pedras e paus. Do confronto, resultou o ferimento dos 22 elementos da delegação partidária, além da destruição das 10 viaturas da caravana.

A UNITA alega ainda que, durante o curso dos acontecimentos, a polícia Nacional se manteve indiferente, tendo começado a movimentar-se apenas quando a delegação do partido refugiou-se no comando municipal em busca de socorro. Mesmo assim, "não conseguiu evitar que o soba local entrasse na esquadra a arremessar pedras contra os maninhos".

A polícia Nacional, por seu turno, rejeita as acusações de passividade, garantindo que a zaragata só foi contida graças à sua intervenção. A UNITA, insatisfeita, reputa a situação como tendo sido "de extrema gravidade", na medida em que, tal como consideraram os seus dirigentes, "fere gravemente o espírito de paz e reconciliação nacional".

O Secretário Provincial da UNITA disse ter se queixado à vice-governadora da Lunda Norte para o Sector Político e Social, Angélica Nené Kulika, de quem recebeu a garantia de que "tudo seria feito para identificar os culpados pela desordem"

Lamentação dos maninhos

A Direcção da UNITA, em comunicado divulgado no princípio da semana, diz ter acompanhado com preocupação os acontecimentos ocorridos na comuna do Luremo e "condena em termos mais enérgicos o ataque contra a caravana do seu Secretário Provincial que cumpria uma missão política na comuna para contacto com os militantes e simpatizantes do seu Partido".

O partido liderado por Samakuva diz que, além dos danos, os militantes da UNITA na comuna de Luremo estão a ser perseguidos, encontrando-se em parte incerta, depois de as suas casas terem sido deitadas abaixo por supostos militantes do partido no poder.

O que constitui estranheza para este partido é o facto de tais actos, que reputa como intolerância política, terem lugar depois de "bem informadas as autoridades administrativas e policiais sobre o programa de trabalho do Secretário Provincial da UNITA naquela comuna".

Já agora, a UNITA acha, que o senhor Presidente da República tem sido constantemente desautorizado pelos militantes do seu próprio partido "que insistem e persistem na execução destas acções por todo o país". Seja como for, pede que o Presidente "de todos os angolanos" faça cumprir a sua afirmação feita por

ocasião do discurso de fim de ano, através da qual manifestava o desejo de "passos firmes para neutralizar as causas da intolerância política e recurso à violência".

Falta de formação

Em declarações à Rádio Eclésia, o padre António Makoko Muyamba, da paróquia Francisco Xavier, em Luremo, alertou para os sucessivos incidentes de intolerância política que vão acontecendo naquela parcela do território nacional.

Para o pároco, em momento nenhum, em democracia, o povo devia viver "actos como estes de intolerância que têm sido regulares na região", por isso sugere que se crie um plano de formação política para os líderes políticos naquela localidade no que a convivência na diferença diz respeito, "já que nota-se a ausência da mensagem de paz, de entendimento e tolerância".

12.17 Reconhecida importância do Planageo para desenvolvimento do sector mineiro

*ANGOP Agencia Angola Press
21 Fevereiro de 2015*

Malanje - O Director Nacional de Geologia, André Francisco Neto, reconheceu sexta-feira, nesta cidade a importância do Plano Nacional de Geologia (Planageo) para o desenvolvimento do sector geomineiro do país e na diversificação da economia nacional.

Em declarações à Angop, a propósito da apresentação da aeronave do Planageo que vai sobrevoar durante algumas semanas o território de Malanje, o responsável precisou que o Planageo constitui uma mais-valia, porquanto visa a detenção do potencial mineiro e sobretudo o seu mapeamento.

O também secretário executivo do Planageo referiu que anteriormente o sector sobrevivía apenas da exploração de pequenos recursos naturais que eram descobertos, mas hoje a implementação desse plano, afigura-se como uma oportunidade para se alavancar o sector até então voltado para os diamantes.

Apontou as rochas ornamentais, os diamantes e inertes como sendo os recursos mais explorados no

país, embora haja indícios de existência de outros, mas ainda não quantificados.

Fez saber que a exploração de poucos recursos geológicos e mineiros se deve sobretudo, a falta de quantificação de recursos existentes no país, daí que na elaboração do Planageo se teve todo cuidado de avaliar se os laboratórios de análises estão capacitados em termos de análise mineralógica.

Por outro lado, André Neto mostrou-se preocupado com a falta de quadros nacionais qualificados que possam acompanhar toda tarefa.

12.18 Sociedade Mineira de Catoca vai melhorar eficiência operacional

ANGOP Agencia Angola Press
24 De Fevereiro de 2015

Luanda- A Sociedade Mineira de Catoca vai melhorar, este ano, a eficiência operacional, principalmente, devido a profundidade em que se encontra a mina, informou hoje (segunda-feira), em Luanda, o gerente do Planeamento Estratégico e Novos Negócios da sociedade, Benedito Paulo Manuel.

Em declarações à Angop, Benedito Manuel referiu que a grande preocupação de Catoca reside na melhoria da eficiência operacional, uma vez que o mineiro apresenta maior capacidade. Antes o trabalho era feito com escavadeiras. Actualmente é necessário fazer detonações, o que indica que as condições operacionais complicam-se a medida que o trabalho vai avançando. A este facto, junta-se o ajustamento do preço dos combustíveis, por isso Catoca aposta na busca de melhorias operacionais, afirmou. Informou que a redução de custos e o aumento da eficiência operacional constituem trabalhos diários, sobretudo, num momento em que há uma recomendação dos sócios no sentido de equilibrar as receitas e os custos operacionais. Tendo em vista o referido objectivo, Catoca trabalha com equipas, técnicos da Alrosa, Endiama e Odebrecht. Com esse grupo de trabalho montou um programa de redução de custos que vai implicar na programação do orçamento para o bienio 2016/2018, além de adequar o plano de produção. A Sociedade Mineira de Catoca tem projectos nas províncias do Cuanza Sul, Lunda Sul, Lunda Norte, e no Bié. No Cuanza Sul os trabalhos continuam com o ensaio de determinadas amostras. Em termos de produção, Benedito Manuel informou que em 2014 a

produção esteve à volta de 15 milhões e 450 mil metros cúbicos de massa mineira, enquanto para 2015 se prevê um incremento de seis porcentos.

12.19 Cabinda: Província conta com oito concessões para prospecção de Ouro

ANGOP Agencia Angola Press
27 Fevereiro de 2015

A província de Cabinda conta com oito concessões para prospecção de ouro, afirmou hoje, sexta-feira, nesta cidade, o presidente do Conselho de Administração da Ferrangol, Diamantino de Azevedo.

Diamantino de Azevedo, que dissertava sobre o tema a “Reorganização e redinamização da prospecção e exploração de ouro na província de Cabinda: Impacto e benefícios esperados”, adiantou que essas empresas adquiriram as concessões através de um trabalho técnico elaborado com o Ministério da Geologia e Minas.

“Começamos a trabalhar com as empresas orientando-lhes quais as obrigações a cumprir e que a empresa do Estado deveria fazer parte dos projectos, estamos a ver se têm capacidade técnica e financeira, caso não, estamos disponíveis para ajuda-los”, sublinhou.

De acordo com Diamantino de Azevedo, duas destas empresas estão com os seus processos a nível do Ministério da Geologia e Minas, tratando das questões legais com novos investidores e parecerias que dão alguma esperança de algum resultado a breve trecho.

Em algumas dessas áreas, realçou, existem indícios de haver alguma actividade de garimpo, havendo um trabalho conjunto com o governo provincial para a solução dessa questão tendo em conta o interesse das comunidades.

“Esses garimpeiros se forem cidadãos nacionais far-se-á o enquadramento deles dentro dos novos projectos de concessão e aquelas áreas que depois forem libertadas e que por exemplo a empresa não tem interesse para a exploração industrial e houver indivíduos que querem fazer-la de forma semi-industrial ou artesanal deverão fazer-lo de forma

organizada e o código de exploração mineira prevê isso”, acrescentou.

Na ocasião, o vice-governador para o sector económico, Romão Macário Lembe, manifestou a sua satisfação, enaltecendo a importância das concessões.

Disse ter constatado que na província ainda persistem sinais de atropelo das normas, tanto por algumas autoridades tradicionais como por parte de algumas empresas que pretendem exercer actividades mineiras apesar do Código Mineiro ter entrado em vigor em Setembro de 2011.

A palestra enquadra-se no seminário sobre os direitos e deveres na actividade mineira, a luz da lei nº 31/11 de 23 de Setembro - Código Mineiro.

Participaram da palestra membros dos núcleos locais da Associação de Exploradores de Inertes e de Ouro, autoridades tradicionais, membros do governo e da sociedade civil.

12.20 Angola em condições de forte incremento

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2015

O gestor do Planeamento Estratégico e Novos Negócios da Sociedade Mineira de Catoca, Benedito Paulo Manuel, vaticina que Angola vai liderar a exploração de diamantes no mundo nos próximos sete anos, com a descoberta recente dos kimberlitos TChiuzo, Luele e Catoca, pela Sociedade Mineira de Catoca, após 12 anos de prospecção.

Segundo Benedito Manuel, em declarações à Angop, existem nas três concessões de Tchiuzo, Luele e Catoca kimberlitos industrialmente exploráveis e economicamente rentáveis, que permitem a rápida recuperação do capital da Sociedade Mineira de Catoca, avaliado em 20 milhões de dólares, investido na prospecção.

O projecto Tchiuzo, na Província da Lunda Norte, tem reservas avaliadas em 30 milhões de toneladas de diamantes e "já possui o estudo de viabilidade concluído, faltando apenas fechar a equação financeira para as infra-estruturas e a construção da mina", revelou o gestor.

De acordo ainda com Benedito Manuel, só a concessão de Luele, uma chaminé de cerca de cem hectares, superando o projecto Catoca em 32 hectares, tem reservas estimadas em 230 milhões de toneladas de diamantes, enquanto a concessão de Catoca tem reservas avaliadas em 3,5 milhões de toneladas de diamantes.

A concessão de Catoca apresenta teores entre 0,6 e 0,8 quilates de diamante por tonelada, enquanto a do Luele tem mais de um quilate por tonelada.

"Estamos a falar numa ordem de crescimento que acaba por duplicar o Catoca nas suas actuais dimensões", sublinhou o gestor do Planeamento Estratégico e Novos Negócios.

De uma maneira geral, Angola tem um incremento em reservas que atinge 300 milhões de toneladas de diamantes.

Para Benedito Paulo Manuel, a concretização dessa avaliação coloca Angola na liderança mundial de exploração de diamantes, que deve ser suportada por um pólo industrial de exploração diamantífera a ser erigido em Catoca.

"Isto vai representar um crescimento bruto da indústria diamantífera em Angola, que é parte da estratégia do Executivo angolano e da Empresa Nacional de Diamantes de Angola, a Endiama", salientou Benedito Manuel.

Eficiência operacional

O responsável empresarial considerou "bastante aceitável a qualidade do diamante nessas áreas, onde se pode encontrar uma enorme variedade dessas pedras preciosas", salientando que nos últimos 30 anos não houve na indústria diamantífera prospecções que tenham alcançado resultados positivos em tão pouco tempo, apenas 12 anos.

Benedito Paulo Manuel antecipou uma melhoria da eficiência operacional da Sociedade Mineira de Catoca este ano, devido à profundidade em que se encontra a mina.

Nas suas declarações à Angop, Benedito Manuel referiu que a grande preocupação de Catoca reside na melhoria da eficiência operacional. Se antes o trabalho era feito com escavadeiras "neste momento é necessário fazer detonações, o que indica que as condições operacionais se complicam à medida que o trabalho vai avançando", esclareceu.

O responsável informou que a redução de custos e o aumento da eficiência operacional constituem trabalhos diários, sobretudo num momento em que

há uma recomendação dos sócios para equilibrar as receitas e os custos operacionais. "Tendo em vista este objectivo, Catoca trabalha com equipas e técnicos da AIrosa, Endiama e Odebrechet", precisou. Com esse grupo de trabalho, a empresa montou um programa de redução de custos que implica a reprogramação do orçamento para o bínio 2016/2018 e a adequação do plano de produção. A Sociedade Mineira de Catoca tem projectos nas províncias do Cuanza Sul, Lunda Sul, Lunda Norte e Bié. No Cuanza Sul, os trabalhos continuam com o ensaio de amostras.

Com um diâmetro de aproximadamente um quilómetro, uma área de 64 hectares e uma profundidade de 120 metros, a mina de Catoca é o quarto maior kimberlito do mundo a céu aberto.

Em 2014, a produção da companhia rondou os 15 milhões e 450 mil metros cúbicos de toneladas de massa mineira e para 2015, a diamantífera prevê um incremento de seis por cento da produção.

12.21 Inaugurado estabelecimento de compra e venda de Ouro

ANGOP Agencia Angola Press
28 Fevereiro de 2015

Cabinda - Um empreendimento privado vocacionado para a compra e venda de ouro na província de Cabinda foi inaugurado sexta-feira, nesta localidade, com o objectivo de transformar o mineiro em jóias e comercializar no mercado nacional.

Trata-se de um empreendimento localizado no largo Pedro Bengue, que vai comprar o mineiro explorado localmente na sua forma bruta, e vai gerar nove postos de trabalho directos.

Na cerimónia de inauguração a governadora da província, Aldina Catembo, disse que a entrada em funcionamento do empreendimento vai permitir a partir de agora organizar uma actividade que até a bem pouco tempo era realizada em forma de garimpo e nem sempre beneficiava as populações, uma vez que não havia o controlo da sua exploração.

"A natureza nos deu essa riqueza do nosso solo e pensamos que com essa iniciativa a população e o país vão beneficiar dos rendimentos desta riqueza natural", realçou.

A governadora exortou aos administradores municipais e aos empresários do ramo no sentido de se organizarem de acordo com a legislação em vigor no país, para que possam legalmente exercer a sua actividade.

Desta forma, prosseguiu, estaremos a contribuir para o desenvolvimento do país e da economia, dando emprego sobretudo à juventude, sublinhou.

Aproveitou a ocasião para apelar aos órgãos competentes maior e melhor controlo da actividade para que os empresários do ramo possam exercer com competência o seu trabalho.

O representante local das empresas detentoras de licença de prospecção de ouro, Manuel Pombal, realçou na ocasião a importância do sector para a diversificação da economia nacional, aclamando, porém, a necessidade de existência de um banco de apoio às empresas mineiras de Angola.

12.22 Polícia de Fronteiras prende mais de 100 imigrantes ilegais

ANGOP Agencia Angola Press
28 Fevereiro de 2015

Dundo - Cento e 31 cidadãos da República Democrática Congo (RDC) foram detidos nas últimas 48 horas, pela Polícia de Guarda Fronteira na província da Lunda Norte, soube sexta-feira à Angop na cidade do Dundo.

Segundo uma nota da corporação, os ilegais interceptados quando tentavam entrar no país a partir dos postos de guarda fronteira do Marco 21, Tchissanda, Furi 3, Furtuna, Txumo, Muacanhica, Cambamba e Nordeste, na província da Lunda Norte.

A nota assinada pelo comandante da 7ª unidade da Polícia de Guarda Fronteira, Inácio Feliciano, refere que os estrangeiros foram detidos durante operações de rotina realizadas pelos policiais nas referidas áreas.

Realça que no mesmo período foram registados 11 casos de violação de fronteiras, bem como a detenção de 25 cidadãos congolese demócraticos por prática ilegal de garimpo de diamantes.

Na sequência, foram confiscados alguns instrumentos utilizados na extração artesanal de diamantes, nomeadamente sete pás, cinco peneiras, quatro catanas, uma barra de mina e seis motorizadas